

# Caderno de orientações para o planejamento

## n.º 17



Secretaria da  
Educação



Prefeitura de  
**SOROCABA**

**Prefeito**

Rodrigo Maganhato

**Secretário**

Clayton Cesar Marciel Lustosa  
(Em substituição)

**Gestores de Planejamento e Execução**

Aparecida Ferreira da Silva Gutierrez  
Leandro Aparecido Soares

**Coordenador de Planejamento Estratégico**

Camila de Melo Cardia Morais

**Coordenação Administrativa**

Izaura Mendes Rosa Maganhato  
Andréa Picanço Souza Tichy

**Gestores de Desenvolvimento Educacional**

Ana Paula Fernandes  
Andréia de Lima Schott Meira  
Danila Paschoine Firmino  
Flávia Arruda Costa  
Lauren Delgado Messias Cazerta  
Liani de Souza Sai G. Moreira da Cunha

Marília Maria R. A. Barreto

Michele Regina Oliveira Lorianio

Patrícia Justo Machado

Rafael Augusto Nunes Silva Amadio

Thais Helena de Oliveira Moraes

Tully Vicentin de Almeida

**Gestores de Desenvolvimento Administrativo**

Felipe Rubinato Seabra

Gessé Luiz de Farias Junior

Jefferson Sergio Calixto

Maria Angélica Martins Alves Porto

Paulo Bruno Pistilli Rodrigues

**Supervisores de Ensino**

Ana Paula Libório Arruda

Ana Rosa Rezende

Clayton Cesar de Oliveira Borges

Daniel Tadeu Moreira dos Santos Merlin

Daniela de Ávila Pereira Lourenço

Edmara Aparecida Parra Melati

Elaine Cristina Nochelli Braz

Everton de Paula Silveira

Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara

Guilhermina Monteiro

Jaqueline Latance Amorim Oliveira

Jessimeire Alessandra D. C. Grosso

Luiz Fábio Santos

Márcia de Fátima Delanholo Sturm

Maria Cristina Camargo

Marilaine Quiozane Correa

Renan Luiz Genaro

Roberta Rodrigues da Paz Oliveira

Rogéria Fernandes do Nascimento

Solange Aparecida da Silva Brito

Uratã Alves Caldeira

Waldemar dos Santos

**Divisão de Apoio Técnico Pedagógico**

Mellany Caroline Pires Rodrigues

Andréia Cardoso Avallone

Auende Lorena Teodoro de Oliveira

Débora Oliveira Bacci

Maria Maia da Cruz Clarke

Valéria Freitas Pereira de Souza

**Professores(as) responsáveis por projetos:**

Luis Gustavo Maganhato

Paulo de Tarso Cesar da Silva

Priscila Cristina Gaspar Diogo

**Divisão de Educação Especial**

Marcos Abel de Souza

Gilcelia Aparecida da Silva Oliveira

Luís Carlos Soufen

**Divisão de Alimentação Escolar**

Leandro Lemos da Silva

Felipe Dias Morales

**Divisão de Obras, Manutenção Escolar e Apoio Logístico**

Daniela Fernandes

Denise dos Santos Vieira Campioni

Rosiane Aparecida Tenório

Vagner Brazão Avena

Vergílio Aparecido Castro

**Divisão de Administração e Finanças**

Agnaldo Gonçalves Bento

Lais Elaine Gorroy Foglia

**Divisão de Compras e Contratos**

Mariana de Paula Leme Caffé

Maria Tereza Maymoni

**Divisão de Gestão e Controle de Convênios**

Valéria Alessandra Assaf de Arruda

Daiane Machado

Josane Sala

Rosa Santana Aragão

**Divisão de Educação Básica**

Débora Bona Dal Pian Nunes da Silva

Drielly de Oliveira Alves Ribeiro

Elisa Ivace Momoshima

Miltes Maria de Salles

**Colaboradores - texto da Educação Física**

Laureen Lopes Camargo

Luiz Renato Assunção Vieira

Wellington Santana Silva Junior

## Apresentação

Prezada Equipe Escolar,

Quero saudá-los e desejar que neste início de ano letivo possamos dar continuidade ao trabalho de excelência que acontece na Rede Municipal de Sorocaba. Desejo ainda, que este período de recesso escolar tenha sido propício ao descanso e renovação das energias para que 2024 seja um ano de muitas conquistas e produtividade.

Que nossas crianças, adolescentes e adultos sejam o objetivo de todas as ações planejadas e que acontecem nas instituições educacionais e que desenvolvam-se de forma integral, sendo respeitadas e valorizadas enquanto sujeitos de direitos, participando e vivenciando experiências nos ambientes educativos.

Desta forma, destaco a importância de estabelecer a parceria em todas as esferas e que este trabalho integrado possa frutificar e reverberar em todos os ambientes educativos da rede municipal.

Apresento, assim, o Caderno de Orientações nº 17, que é o resultado de um trabalho feito por muitas mãos educadoras e que intenciona apoiar o planejamento e as ações das instituições educacionais, bem como elucidar possíveis dúvidas acerca de procedimentos entre outros desdobramentos no cotidiano escolar.

Que 2024 seja um ano próspero, de estudos, reflexões e feitos grandiosos! Grande abraço a todos e contem sempre com a Secretaria Municipal da Educação de Sorocaba.

**Clayton Cesar Marciel Lustosa**  
Secretário da Educação (em substituição)

## Sumário

<b>1. Diretrizes Estratégicas - (2021 a 2024)</b> .....	<b>6</b>
<b>2. Considerações sobre o planejamento</b> .....	<b>6</b>
<b>3. Reuniões e Organizações</b> .....	<b>8</b>
3.1 Reunião de Equipe e Planejamento (01 e 02/02/2024 - Não letivo).....	8
3.2 Replanejamento - 12/07 (dia não letivo).....	9
3.3 Reunião de Avaliação de Ensino e Aprendizagem – RAEA.....	9
3.4 Reunião de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil.....	10
3.5 Reunião de Acompanhamento de Vida Escolar do Estudante (RAVEE).....	10
3.6 Reunião de Conselho de Classe/Ano/Termo.....	11
3.7 Primeiro dia letivo: Escola aberta (05/02/2024).....	11
3.8 Primeiros dias letivos - Acolhimento e Adaptação.....	12
<b>4. Especificidades da Educação Infantil</b> .....	<b>13</b>
4.1 Organização e Acolhimento.....	13
4.2 Organização do Trabalho Pedagógico.....	14
<b>5. Especificidades do Ensino Fundamental</b> .....	<b>21</b>
5.1 Organização e Acolhimento.....	21
5.2 Organização do Trabalho Pedagógico.....	22
5.2.1 Documentação pedagógica.....	24
5.2.2 Avaliação/Acompanhamento da aprendizagem.....	27
5.2.3 Avaliação Diagnóstica.....	31
5.3 Ensino em Período Integral.....	33
5.4 Alfabetização.....	33
5.5 Educação Física.....	35
<b>6. Especificidades da Educação de Jovens e Adultos</b> .....	<b>38</b>
6.1 Organização e Acolhimento.....	38
6.2 Organização do Trabalho Pedagógico.....	39
6.3 Atribuição da Carga Suplementar de Trabalho para a EJA.....	40
<b>7. Educação para as Relações Étnico-Raciais</b> .....	<b>41</b>
7.1 Sugestões de materiais e links para o planejamento de atividades da Educação das Relações Étnico-Raciais.....	44
<b>8. Orientações da Rede de Proteção</b> .....	<b>44</b>
8.1 Conselho Tutelar.....	44
8.2 Escuta Especializada.....	45
8.3 Demais Casos.....	45
<b>9. Orientações da Supervisão de Ensino</b> .....	<b>46</b>
9.1 Plantão da Supervisão de Ensino.....	46
9.2 Termo de Orientações Gerais da Supervisão De Ensino.....	47
9.3 Pasta Supervisão - Orientações e Documentos Legais.....	48
<b>10. Orientações específicas de Divisões e Seções</b> .....	<b>49</b>



10.1 Divisão de Alimentação Escolar.....	49
10.1.1 Seção de Apoio à Alimentação Escolar.....	49
10.2 Divisão de Apoio Técnico Pedagógico.....	57
10.2.1 Seção de Apoio às Políticas Educacionais.....	57
10.1.2 Seção de Apoio aos Programas de Saúde escolar.....	61
10.2.3 Seção de Estágio e Apoio Funcional.....	69
10.3 Divisão de Educação Básica.....	72
10.4 Divisão de Educação Especial.....	73
10.4.1 Seção de Apoio à Educação Especial.....	73
10.4.2 Seção de Apoio Multidisciplinar.....	76
10.5 Divisão de Gestão e Controle de Convênios.....	79
10.5.1 Seção de Gestão do Fundo Rotativo e do PDDE.....	79
10.6 Divisão de Obras, Manutenção Escolar e Apoio Logístico.....	79
10.6.1 Seção de Apoio Administrativo a Equipamentos e Materiais Escolares.....	80
10.6.2 Seção de Apoio Administrativo e Operacional.....	80
10.6.3 Seção de Apoio à Próprios Escolares.....	81
10.6.4 Seção de Logística e Suporte às Tecnologias Educacionais.....	81
<b>11. Orientações sobre Programas e Projetos.....</b>	<b>82</b>
11.1 Programa EDUTEK – Tecnologias Educacionais.....	82
11.1.1 Projetos e Ações EDUTEK.....	84
11.2 Projeto “Eu Pratico” - Esporte Educacional Escolar.....	85
11.2.1 Público Atendido.....	87
11.2.2 Desenvolvimento.....	87
11.3 Projeto Oficinas de Aprendizagem – Recuperação Paralela.....	88
11.3.1 Cabe aos(às) Professores(as).....	89
11.3.2 Plano de Trabalho.....	89
11.3.3 Acompanhamento dos Resultados.....	90
<b>12. Referências.....</b>	<b>91</b>

## 1. Diretrizes Estratégicas - (2021 a 2024)

### Missão

Ofertar aos nossos(as) estudantes uma educação pública de excelência comprometida com a formação cidadã para todos(as).

### Visão

Tornar-se referência em educação pública, por meio da inovação.

### Valores

Ética, empatia, proatividade, responsabilidade social e comprometimento com os resultados.

## 2. Considerações sobre o planejamento

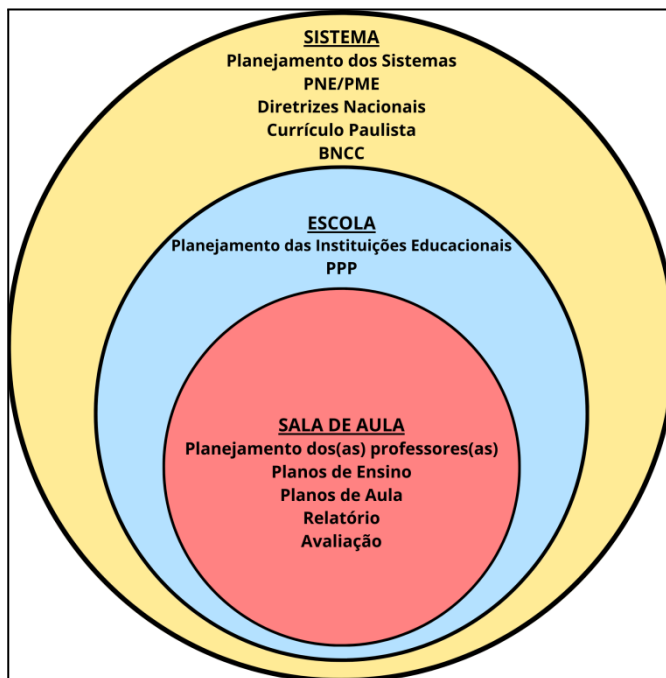
O planejamento na perspectiva da participação, parte da análise situacional do “o que fazer” e “para que fazer”, incluindo a distribuição do poder e das responsabilidades.

É uma tomada de decisões coletiva de “**para onde ir**” e “**quais maneiras adequadas para chegar lá**”. Para tanto, é necessário compreender o processo de desenvolvimento como algo forjado nas relações

sociais, tendo a instituição educacional como local de destaque na potencialidade desse desenvolvimento, posto que é na intervenção pedagógica que ocorrem as aprendizagens que não ocorreriam sem essa mediação. Nesse sentido, o diálogo se configura como um fator de transformação da prática docente e na relação professor(a) estudante.

Há três modalidades de planejamento que estão intimamente interligadas e devem ser observadas no espaço educacional: **o plano da escola**, que é um documento macroestrutural, com orientações gerais em conformidade ao sistema de ensino e ao projeto pedagógico da

escola; **o plano de ensino**, que compreende uma previsão de objetivos semestrais ou anuais, em que são especificados também os objetivos, conteúdos, recursos, metodologia e o(s) processo(s) de avaliação e **o plano de aula**, que traz as especificidades relacionadas ao desenvolvimento dos conteúdos para uma determinada aula ou um conjunto de aulas (LIBÂNEO, 1994).



Conforme Silva (2008), é fundamental que o plano de ensino fundamente-se em alguns elementos:

- No estudo real da escola em relação ao contexto: o que demanda a caracterização do universo sociocultural, que evidencia os interesses e as necessidades dos(as) estudantes;
- Na organização do trabalho didático propriamente dito, o que implica em:
  - **Definir objetivos** - em função do desenvolvimento de todos(as);
  - **Prever conteúdos** - com critérios de seleção e finalidade de instrumento de compreensão crítica da realidade;
  - **Selecionar procedimentos metodológicos** - considerando os diferentes níveis de aprendizagem e a natureza da área do conhecimento;
  - **Estabelecer critérios e procedimentos de avaliação** - considerando a finalidade de intervenção e retomada no processo de ensino e aprendizagem, sempre que necessário.

Em consonância à legislação vigente, ao Marco Referencial da rede municipal de ensino de Sorocaba e às Diretrizes para a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das Instituições Educacionais de Sorocaba conforme [Caderno de Orientações SEDU nº 05](#), entende-se que as instituições escolares necessitam definir sua identidade político-pedagógica. Neste documento construído em co-participação da equipe escolar juntamente com a comunidade, se faz necessário que contenha as principais características e concepções éticas, estéticas, identitárias, culturais, de espaços e tempos educacionais, e os desafios postos à tarefa de oferecer uma educação de qualidade aos estudantes.

A elaboração do documento deve partir, segundo Libâneo (2018), das seguintes reflexões:

- Que tipo de escola, nós, profissionais que nela trabalhamos, desejamos construir?
- Quais objetivos e metas correspondem às necessidades e expectativas dessa comunidade escolar?
- Quais as necessidades das crianças e/ou dos(as) estudantes são necessárias atender em termos de cuidados e de formação para contribuirmos com a construção de sua autonomia, participação e efetivo exercício da cidadania?
- Como faremos para colocar nosso projeto em permanente avaliação, dentro da prática da ação-reflexão-ação?

Por fim, o planejamento escolar, via de regra, prevê, segundo ainda Libâneo (2018), as etapas gerais:

- **Diagnóstico e análise da realidade da escola:** busca de informações reais e atualizadas que permitam identificar as dificuldades e suas causas, em relação aos resultados desejados ou esperados.

- **Definição de objetivos e metas:** compatibilizando a política e as diretrizes do sistema escolar com as intenções, expectativas e decisões da comunidade.
- **Determinação de atividades e tarefas a serem desenvolvidas:** elencar em função das prioridades, recursos disponíveis, prazos estabelecidos e mecanismos de controle e avaliação.

### 3. Reuniões e Organizações

#### 3.1 Reunião de Equipe e Planejamento (01 e 02/02/2024 - Não letivo)

Momento em que gestores, docentes e equipe de apoio escolar encontram-se ou reencontram-se a fim de planejar os tempos e espaços, interagindo com a cultura escolar para que os objetivos educacionais, ao longo do ano, sejam alcançados.

Sugestões de pauta:

- Acolhimento e apresentação dos integrantes da equipe escolar;
- Apresentação e estudo do Caderno de Orientações para o planejamento 2024<sup>1</sup>;
- Atualização da Caracterização da Equipe Escolar com informações que compõem o PPP e o Marco Situacional da Escola.
- Contextualização da escola: breve apresentação do processo de construção do PPP, do Regimento Escolar e dos Resultados da Avaliação Institucional, visando à construção dos planos de ações para o ano de 2024 (Marco Operacional);
- Entrega de horários, listagem das turmas e organização da escola para o início do ano letivo.

Por meio do trabalho coletivo e, tendo como base os documentos orientadores em nível de sistema e institucional, considera-se oportuno que os dias de planejamento sejam direcionados para ações entre professores(as) de etapa/ano/termo, que contemplem:

- Organização e socialização, entre os pares, das atividades diagnósticas e dos planos de adaptação, bem como o acolhimento a ser desenvolvido no início do ano letivo;
- Início do processo de construção dos planos de ensino;
- Descrição por etapa/ano/termo dos aspectos que serão observados, durante as primeiras semanas de aula, para caracterização dos grupos em suas necessidades e potencialidades. Os(as) professores(as) deverão construir o registro de observações dos(as) estudantes durante as atividades diagnósticas adequadas às diferentes etapas e modalidades da

---

<sup>1</sup> Este estudo deve ter continuidade nos Horários de Trabalho Pedagógicos - HTPs do mês de fevereiro/2024.



Educação Básica. Essas informações serão utilizadas para atualizar o PPP e o Marco Situacional da Instituição.

### 3.2 Replanejamento - 12/07 (dia não letivo)

Considerando que o replanejamento é fundamental para a reflexão e intervenções sobre as práticas pedagógicas, é imprescindível que as instituições educacionais, findado o primeiro semestre, analisem e avaliem os processos desenvolvidos até o momento. Para tanto, devem refletir quão inclusivas e voltadas para o sucesso da aprendizagem e desenvolvimento dos bebês, crianças e estudantes foram as práticas pedagógicas, a adequação do ambiente escolar e a qualidade das relações sociais vivenciadas nesse espaço.

Cabem aos profissionais da educação envolvidos nessa atividade a análise e a reflexão sobre as estratégias até então utilizadas, se contemplaram a integralidade dos sujeitos em seus processos de desenvolvimento, se as ações foram relevantes e se houve avanços nos processos de ensino e de aprendizagem.

Ao avaliar os processos desenvolvidos ao longo do 1º semestre, a escola poderá propor ações de continuidade para o 2º semestre, realizando as alterações necessárias.

Dessa maneira, segue sugestão para a pauta:

- Rever o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e retomar os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) bebês, crianças e estudantes previstos no planejamento inicial.
- Rever a documentação pedagógica da escola, analisando e acompanhando o desenvolvimento da aprendizagem para proposições e ajustes necessários nesse processo;
- Analisar os indicadores educacionais referentes à instituição;
- Reorganizar, se necessário, os Planos de Ação entre os pares para o semestre que se inicia.

### 3.3 Reunião de Avaliação de Ensino e Aprendizagem – RAEA

No decorrer do ano letivo de 2024 estão previstas a realização de quatro (04) Reuniões de Avaliação de Ensino e Aprendizagem – RAEA's, que correspondem a encontros, instituídos em Calendário Escolar, direcionados aos estudos, reflexões e a avaliação dos dados referentes à análise do processo de ensino e aprendizagem, tendo por princípio o aprimoramento dos Planos de Ensino e das metodologias pedagógicas. Será considerado dia letivo tanto para Creche, Pré-Escola e Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais - as reuniões previstas para os meses de março, julho, outubro e dezembro, nas seguintes datas:

MARÇO	27
JULHO	11
OUTUBRO	04
DEZEMBRO	13 – Avaliação Institucional

As RAEA's dos meses de março, julho e setembro serão organizadas pela equipe escolar. A última RAEA, prevista para o mês de dezembro, será destinada à Avaliação Institucional.

É de suma importância que o suporte pedagógico siga as orientações referentes às especificidades do atendimento Creche Integral, Creche Parcial, Pré-Escola e Ensino Fundamental Parcial, Pré-Escola e Ensino Fundamental Integral para adequação do atendimento letivo quando em data de RAEA.

### **3.4 Reunião de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil**

No decorrer do ano letivo de 2024, estão previstas duas (02) Reuniões de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil, que consistem em momento institucionalizado para estudos, reflexões, acompanhamento da documentação pedagógica e elaboração de ações coletivas. Assim, a Secretaria da Educação orienta as seguintes ações:

- Estudo Sistemático das Concepções de Avaliação na Educação Infantil;
- Análise coletiva de relatórios individuais;
- Análise coletiva de portfólios dos(as) professores(as) e portfólios dos(as) estudantes;
- Entre outros.

As Reuniões de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil estão previstas em Calendário Escolar, sendo consideradas dias não letivos:

<b>MAIO</b>	17
<b>OUTUBRO</b>	14

### **3.5 Reunião de Acompanhamento de Vida Escolar do Estudante (RAVEE)**

A Reunião de Acompanhamento de Vida Escolar do Estudante (RAVEE) deverá ser realizada, no mínimo, uma vez por bimestre, com a participação dos responsáveis e docentes. Esse é o momento mais representativo da parceria entre família e escola, parceria esta que deverá ser construída de modo a fortalecer e reconhecer o papel de cada um dos participantes no processo de ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes.

De acordo com a Lei 8069/1990, artigo 53, parágrafo único: "É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais." Sendo assim, a RAVEE deverá ser planejada e conduzida pelo docente, a partir da abordagem de assuntos relacionados ao aprendizado e desenvolvimento dos estudantes, tais como: apresentação do planejamento pedagógico de acordo com o PPP da Instituição Educacional; formação sobre temas pertinentes à turma e à escola; trocas sobre os desafios e dificuldades enfrentados e como podem ser superados a partir da parceria e da divisão de responsabilidades entre família e escola; apresentação dos critérios e instrumentos de avaliação, numa perspectiva formativa, entre outros assuntos pedagógicos pertinentes.

Este também deve ser um momento para ouvir as famílias/responsáveis, de modo que todos possam expor suas opiniões, trocar pontos de vista e colocar-se no lugar do outro, em um processo de cooperação, parceria e respeito mútuo. As decisões tomadas devem beneficiar todos os envolvidos e, em especial, os(as) estudantes. Como aponta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a educação é um direito da criança que deve ser assegurado pela família/responsáveis, escola e comunidade e é nesse sentido de trabalho em conjunto que essa relação deve se fortalecer. Por isso, é importante que todos os envolvidos na RAVEE estejam comprometidos com o processo de escuta, diálogo e construção conjunta de soluções.

### 3.6 Reunião de Conselho de Classe/Ano/Termo

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN-1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN-2013) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-2017) apresentam a perspectiva de uma educação pautada no desenvolvimento integral dos(as) estudantes, assim como a plena participação social e o exercício da cidadania, por meio da realização do potencial físico, psicológico, intelectual e social de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Nesse sentido, um dos principais meios de investimento no desenvolvimento integral dos(as) estudantes da rede municipal de ensino de Sorocaba é a Avaliação Formativa, considerada um processo transversal e não unicamente classificatório, que se sustenta em dados e relatórios.

Nesse contexto, o Conselho de Classe, como instância reveladora das concepções políticas e pedagógicas de avaliação deve se consolidar como um espaço de mudança e revisão das práticas; condição necessária para que os diversos fatores relacionados ao processo de ensino e aprendizagem sejam desvelados, pois a interseção desses fatores é a determinação do ponto de partida para novas ações.

As datas previstas para realização do Conselho de Classe/Ano/Termo para 2024 são:

<b>MAIO</b>	10
<b>JULHO</b>	10
<b>OUTUBRO</b>	14
<b>DEZEMBRO</b>	12
<b>DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS</b>	13
<b>RECONSIDERAÇÃO E RECURSOS</b>	13 a 17/12/2024

### 3.7 Primeiro dia letivo: Escola aberta (05/02/2024)

A dimensão afetiva que é estabelecida entre professor(a) e estudante tem forte influência sobre a aprendizagem, posto que “uma história de mediação afetivamente positiva produz, a curto e médio prazo, um movimento de aproximação afetiva entre o sujeito e o objeto” (LEITE, 2018).

O desenvolvimento do gosto por estar na escola, portanto, perpassa pela afetividade que permeia as relações sociais estabelecidas nesse espaço e trata-se de condição para a promoção de um ambiente de aprendizagem eficiente e significativo. Dito isso, faz-se necessário o investimento em tempo para um amplo momento de acolhimento entre famílias/responsáveis, estudantes e equipes escolares.

### 3.8 Primeiros dias letivos - Acolhimento e Adaptação

A Secretaria da Educação orienta que sejam consideradas as necessidades de um período de adaptação das crianças à rotina da instituição educacional, com horário reduzido conforme tabela abaixo, de acordo com o período de atribuição do professor(a), reunindo, sempre que possível, todos(as) os(as) profissionais no mesmo período, para que neste momento, as crianças que retornam e/ou iniciam seu processo de socialização no ambiente escolar, possam criar vínculos e despertar o sentimento de pertencimento. Após esse processo, a Instituição Educacional deverá adaptar o atendimento às necessidades individuais **de cada criança**, analisando individualmente a rotina de alimentação e bem estar ao ambiente educacional.

A expectativa em relação ao conteúdo pedagógico perpassa o planejamento no contexto escolar, em nível de rede, de forma significativa. Entretanto, como a aprendizagem não se restringe ao cognitivo, entrelaça os aspectos da emoção, do afeto e, principalmente, da relação e interação com os pares, motivo pelo qual se faz necessário o acolhimento a todos(as).

A Instituição Educacional, ao configurar-se como local de acolhimento e escuta, não precisa, necessariamente, dar respostas. Basta demonstrar interesse, atuar como uma instituição que pertence à rede de proteção da criança e do adolescente, por meio da validação do sentimento dos(as) estudantes, facilitando para que contem sua história e, a partir dela, sejam elaboradas estratégias de ação conjunta e em rede, ao se estabelecer espaços de diálogo e escuta dentro da rotina de sala de aula.

Dessa forma, é importante observar o comportamento da criança, pois expressará o que sente, primeiramente, por meio da forma como age e reage ao ambiente, muito mais do que por meio da expressão verbal. Assim, é imprescindível analisar, cuidadosamente, se há choro abundante e constante, irritabilidade, dificuldade de aceitação alimentar ou aumento exagerado do apetite, desejo de ficar o tempo todo no colo ou próximo de um(a) adulto(a), dificuldade para dormir ou sonolência excessiva, necessidade de objeto de apego em todos os momentos, apatia, agitação atípica, medo dos(as) profissionais de apoio escolar ou estranhamento exagerado de outros(as) adultos(as) do ambiente escolar e, ainda, outros comportamentos que sinalizem desconforto. Essa observação requer sensibilidade e amplo diálogo com a família/responsáveis, traçando em conjunto estratégias de acolhimento a fim de favorecer a adaptação e o desejo de permanência da criança ao contexto escolar. Essa análise deve ser individual e em conformidade



com o desenvolvimento de cada criança.

Instituição de Educação Infantil – Creche e Pré-escola Integral	
Data	Carga horária
06/02 a 16/02	5 horas

Instituição de Educação Infantil – Creche e Pré-escola Parcial	
Data	Carga horária
06/02 a 16/02	3h

Instituição de Ensino Fundamental Integral - 1º ano	
Data	Carga horária
06 a 09/02	5h
A partir de 15/02	Horário normal

Instituição de Ensino Fundamental Parcial - 1º ano	
Data	Carga horária
06 a 09/02	3h
A partir de 15/02	Horário normal

## 4. Especificidades da Educação Infantil

### 4.1 Organização e Acolhimento

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, o período de vida atendido pela Educação Infantil caracteriza-se por marcantes aquisições: a marcha, a fala, o controle esfínteriano, o desenvolvimento da imaginação e da capacidade de “fazer de conta” e de, representar, usando diferentes linguagens. Embora nessas aquisições a dimensão orgânica da criança se faça presente, suas capacidades para discriminar cores, memorizar poemas, representar uma paisagem através de um desenho, consolar uma criança que chora, etc. não são histórica e culturalmente produzidas nas relações que estabelecem com o mundo material e social mediadas por parceiros mais experientes. (BRASIL, 2013, p.86). Nota-se que a criança de 0 a 6 anos é complexa, desafiadora, surpreendente e exuberante.

Dessa forma, a organização e o planejamento na elaboração do trabalho pedagógico no dia a dia da Educação Infantil são essenciais para o(a) professor(a). Estes(as) devem permitir a reconstrução e aquisição de novos conhecimentos, construção de ideias, tentativas e negociações entre as crianças, tais como: desenhos, esculturas, engenhocas, maquetes, falas e expressões. Desse modo, é possível refletir sobre sua prática e quais intervenções pedagógicas serão necessárias diante do contexto educativo. Tais elementos permitirão ao professor(a) a elaboração de relatórios de acompanhamento do processo de aprendizagem,

focando-se nas experiências vividas e ainda possibilitando às famílias/responsáveis o acompanhamento do desenvolvimento do(a) estudante.

As Instituições de Educação Infantil deverão elaborar suas propostas pedagógicas partindo da organização da rotina, do tempo e dos espaços de aprendizagens para bebês e crianças pequenas, que fazem parte desta etapa de ensino; garantindo condições para o desenvolvimento de todos(as) promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças e o desenvolvimento de hábitos de convivência no ambiente escolar.

Para a promoção dessa estreita relação entre a família/responsáveis e a instituição educacional, sugere-se que sejam utilizadas as seguintes estratégias:

- **Reuniões com as famílias/responsáveis:** é fundamental que sejam realizadas reuniões para que haja o devido acolhimento e diálogo com as famílias/responsáveis sobre o funcionamento da creche/pré-escola e rotina estabelecida, assim como a observação do espaço físico. Dessa forma, a sensação de segurança em relação à escola fará toda a diferença no processo de (re)adaptação da criança.
- **Recepção da criança e auxílio nas atividades de vida diária:** verificar com quem a criança mais se vinculou no ambiente escolar e priorizar que os momentos de atividades de vida diária (banho, troca, alimentação e sono) sejam realizados/mediados por esse adulto, a fim de ajudar a criança a se sentir segura no ambiente e favorecer a adaptação.

**Atenção aos sinais:** choro excessivo, irritabilidade, ansiedade. Quanto mais uma criança está irritada, mais ela precisa de um adulto preparado por perto, que a acolha neste momento e a auxilie no reconhecimento de suas emoções para criar um repertório que possibilite responder de forma mais saudável às situações que o ambiente social e emocional proporciona. Procurar reconhecer se há alguma necessidade (sono, fome, frio ou calor, medo, frustração), do bebê ou da criança pequena que não foi atendida e, se possível, atender prontamente. Acolher a criança com colo, abraço, afeto, estabelecendo contato visual. Ações como estas, ajudarão as crianças a se sentirem seguras e a estabelecer vínculos. É importante lembrar que, enquanto a criança estiver chorando muito ou com sono, é bom evitar oferecer alimentação, de modo a assegurar o bem estar físico do menor.

#### 4.2 Organização do Trabalho Pedagógico

A organização do trabalho pedagógico no dia a dia da Educação Infantil mantém-se no cerne das discussões no que tange à forma como registrar o planejamento dessa etapa da educação básica, considerando que o Caderno Nº04: Diretrizes para Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba (2016) prevê que os professores produzam registros prévios de suas intenções

educativas e as incluam no que institui-se como Portfólio do Professor(a), por muitos conhecido como semanário/quinzenário. Os processos, pesquisas e práticas reflexivas acerca do fazer educativo não se esgotam, portanto, faz-se necessário seguir na constante qualificação destes.

Sendo assim, deve-se considerar os bebês e crianças, seus interesses e necessidades como centro do processo, ao planejar situações de aprendizagens que propiciem experiências e explorações alinhadas às concepções de infâncias e campos de experiências, de forma integral e não fragmentada.

Para tanto, o registro do planejamento, deve externar quais direitos e objetivos de aprendizagem inspiram a interação e/ou brincadeira planejada, qual a intencionalidade educativa em sua propositura, em quais “espaços e tempos” do cotidiano serão desenvolvidas, quais materialidades (recursos) serão necessárias, e quais estratégias/metodologias serão utilizadas.

Como acentua o Currículo Paulista (2019), **“as instituições de Educação Infantil, responsáveis pela primeira etapa da educação básica, visam atender as especificidades da criança pequena, sem, contudo, ser preparação para o ensino fundamental”**, devendo-se observar os campos de experiências dispostos na BNCC e no Currículo Paulista.

Assim, todo planejamento deve ser elaborado visando proporcionar tempos e espaços de exploração dos sentidos, da linguagem, dos objetos, do ambiente e do próprio corpo e movimento, considerando que, para uma formação integral do ser humano, é preciso aprender com o corpo inteiro.

Para tanto, evidencia-se a função do professor como mediador que organiza os ambientes, tempos, espaços e materiais, na propositura de um Centro de Educação Infantil cada vez mais próximo do trabalho com salas ambientes e/ou salas de referência, distanciando-se da ideia da “sala de aula” como único lugar de pertencimento do saber e das inúmeras “atividades” impressas e fragmentadas.

A partir da compreensão que o cuidar e o educar são intrínsecos, nesta etapa da educação, é preciso alinhar as ações de cuidados básicos ao fazer pedagógico, tornando-os momentos afetuosos e repletos de aprendizagens, como salienta o Currículo Paulista:

Também é imprescindível ter clareza de que os cuidados nesta fase são necessidades intrínsecas ao educar e que trocas e banhos acontecem ao longo da rotina sempre que necessários, sem horas engessadas e demarcadas. **O cotidiano precisa estar explicitamente a favor das necessidades das crianças** (SÃO PAULO, 2019, p. 61 - grifo nosso).

O planejamento comprometido com a descrição dos processos e propostas é essencial para que as experiências, de curta duração (respeitando os tempos dos bebês e crianças, sempre), ou que se estendam por dias e semanas, sejam atentamente observadas pelos docentes e agentes do fazer educativo, propiciando o acompanhamento dos coletivos e das individualidades, sendo ainda, facilitador na produção dos registros narrativos/avaliativos do desenvolvimento de cada bebê e criança, bem como da avaliação do

próprio processo educacional. Dessa forma, ao organizar e planejar, faz-se imprescindível observar também, nessa etapa da educação infantil, as seguintes especificidades, no que couber:

#### **a) Banho**

Esse momento de estreito convívio e de cuidado com o corpo dos bebês e crianças bem pequenas estabelece representações de afeto e segurança. Uma vez que até sua chegada nos espaços educativos, esse cuidado básico é realizado pelos adultos familiares/responsáveis mais próximos com os quais já se estabeleceram relações de confiança, assim, o papel dos educadores é de criar vínculos ao longo do processo de desenvolvimento dessa ação.

É interessante que, sempre que possível, os mesmos profissionais possam realizar tal atividade, a fim de que se estabeleça um elo entre a criança e o adulto educador, propiciando uma abordagem mais próxima e garantindo tempo de qualidade, diálogo, atenção e afeto. Considera-se imprescindível que:

- O banho seja realizado conforme as necessidades individuais de cada bebê e criança, priorizando os períodos mais quentes do dia (principalmente no inverno);
- Seja sempre verificada, pelo adulto, a temperatura da água antes de iniciar o banho;
- Toda criança tenha seus itens de higiene (sabonete, xampu, toalha, condicionador, escova de dente), que devem ser acondicionados separadamente em recipientes devidamente identificados com o nome da criança;
- Não se faça necessário lavar a cabeça da criança em todos os banhos do dia (principalmente no inverno);
- Proteja-se a orelha da criança, durante o banho, especialmente quando há suspeita de otite (aguda ou média - com presença de secreção);
- Dê-se um meio banho quando a criança evacuar, sem que o tórax seja descoberto;
- Haja cuidado com o uso das luvas de borracha pois as mesmas são um meio de contaminação cruzada entre o profissional de apoio escolar, as crianças e as superfícies tocadas com elas;
- Haja cuidado com a lavagem das mãos antes e após os cuidados com as crianças, pois esse é o passo mais importante na prevenção e redução de contaminação e disseminação de doenças;
- O local do banho esteja limpo e que este seja reservado (evitando correntes de vento);
- As roupas sejam separadas antecipadamente, para que a troca aconteça o mais rápido possível após o banho (organização do serviço, dependendo do número de profissionais de apoio escolar) e que a troca seja total;
- O momento do banho seja o mais agradável possível (água em temperatura ideal para a estação do ano, movimentos firmes e delicados; a limpeza feita com carinho e eficiência, (com



atenção especial aos órgãos genitais, que com higiene inapropriada pode ser foco de infecções);

- Ao cuidar da criança, utilize-se da voz sempre em tom suave, explicando todos os procedimentos que estão sendo realizados, antes mesmo de se pegar na criança, ao retirá-la do berço, colchonete, bebê conforto ou outro. É muito importante avisá-la que está se aproximando e irá tocá-la, a fim de evitar que a criança se assuste com a presença ou o movimento;
- Ao secar a criança, tome-se cuidado especial com as regiões de dobras e com o pavilhão auricular (área mais externa da orelha), secando-as muito bem, mas com suavidade;
- As toalhas sejam individuais, lavadas, trocadas diariamente e penduradas com uma distância de aproximadamente 20 cm para não haver contaminação cruzada (não deixá-las próximas às mochilas) no momento da secagem;
- A limpeza das cubas, das banheiras ou tanque (tipo banheira), entre um banho e outro, seja feita com esponja ou escova com água e sabão, sendo enxaguadas em água corrente. É importante também, ao final do dia, encher com água limpa e adicionar 5 ml (uma colher de sopa) de água sanitária para cada litro de água. Deixar em repouso por 30 minutos. Ao término desse tempo, esvaziar a cuba e repassar muito bem com água corrente (remova todo excesso de água sanitária).

Para os bebês, o banho deve seguir este protocolo:

- 1) Despir a criança, retirando resíduos das fezes com lenço umedecido ou algodão levemente úmido.
- 2) Observar condições da pele, assaduras, fezes, urina, etc;
- 3) Segurar a criança com uma mão colocada nas costas, apoiando a cabeça e prendendo o ombro com os dedos polegar e indicador;
- 4) Fazer a higienização com a outra mão, iniciando pelo rosto e cabeça, tendo o cuidado de lavar bem as dobras (pescoço, axilas);
- 5) Lavar os genitais por último;
- 6) Virar a criança e lavar as costas (mantendo a cabeça apoiada no braço e os ombros com os dedos polegar e indicador);
- 7) Enxugar a criança, pressionando suavemente a toalha, sem esfregá-la na pele;
- 8) Vesti-la;
- 9) Pentear os cabelos com pentes individuais.

Para outros grupos, os protocolos de banho são os mesmos que para os bebês, mas com adequações às faixas etárias.

### **b) Troca de fraldas**

Estabelecido também como momento de estreita relação, a troca de fraldas deve ser momento de cuidado, respeito e afeto. É preciso considerar o que se diz ao bebê e à criança bem pequena e também como a tocamos. Assim, podemos dispor de um tempo individual com a criança e recomenda-se utilizá-lo para além da troca e do cuidado com a higiene, mas também como tempo para conversar e estimular sentidos. Pode-se dispensar brinquedos e outros objetos manipuláveis, uma vez que a atenção da criança e do educador deve estar no encontro para o cuidado.

- Deve-se trocar a fralda todas as vezes que a criança necessitar, evitando o desconforto e assaduras;
- As mãos do adulto devem ser lavadas com água e sabão, antes e após a troca de fraldas;
- O uso das luvas requer atenção para evitar contaminações cruzadas.

A troca da fralda deve seguir este protocolo:

- 1) Higienizar o trocador e preparar todo o material antes de iniciar a troca;
- 2) Manter atenção à movimentação da criança e garantir seu conforto;
- 3) Retirar a fralda suja, descartando-a em cesto de lixo onde não seja necessário tocar na tampa;
- 4) Fazer a limpeza de frente para trás, evitando que os microrganismos das fezes sejam levados aos demais órgãos genitais;
- 5) Feita a higienização com algodão e água, lenço umedecido ou papel higiênico e, na sequência, lavar as regiões genitais com água e sabão;
- 6) Antes de colocar a fralda limpa, se necessário, usar a pomada habitual da criança. Obs: Em casos especiais, a pomada é prescrita pelo pediatra.

### **c) Alimentação**

O momento da alimentação é rico em experimentação e vínculo entre bebês/crianças bem pequenas/crianças pequenas e adulto educador, possibilitando espaço/tempo de conexão/afeto.

Para aqueles que ainda fazem uso das mamadeiras, é importante atentar-se à forma como as mesmas são disponibilizadas e a atenção que se dá para este momento. Considerando a idade e grau de autonomia, é interessante que o bebê esteja no colo, evitando sempre que a criança receba a mamadeira em equipamento como o “bebê conforto” ou deitado, que podem provocar o desvio do líquido alimentar e ocasionar otites de repetição e riscos de engasgos.

Ao servir papinhas e/ou sopas, atentar-se ao uso das colheres e pratos individuais, possibilitando à criança a experimentação da autonomia e exploração do alimento. Para crianças bem pequenas e

pequenas, esse momento de alimentação é excelente para explorar as texturas, as cores e os sabores, a fim de possibilitar a aprendizagem da pega da colher e/ou uso das mãos. Considerando que as crianças têm ritmos diferentes, bem como processos específicos de desenvolvimento, o olhar/escuta atenta dos adultos educadores possibilita o cuidar sem ferir os direitos dos bebês e crianças.

A alimentação deve ser servida preferencialmente nos refeitórios. A necessidade de fazê-la na sala de referência ou berçário deve ser avaliada junto à equipe gestora e ser o último recurso para organizar este momento. É importante observar as orientações específicas relacionadas à alimentação escolar apresentada em item próprio neste caderno de orientações.

#### **d) Sono/descanso**

O tempo de sono/descanso destinado às turmas de creche em período integral visam respeitar as **necessidades individuais** de cada bebê e criança. Sendo assim, é preciso repensar os horários fixos de sono/descanso e a obrigatoriedade de dormir, organizando o espaço e os educadores de forma a contemplar as crianças que desejam dormir/descansar e aquelas que preferirem manter-se acordadas com oferta de brinquedos e outras possibilidades.

Faz-se necessário também avaliar o mobiliário/equipamento ofertado para o sono, considerando o tamanho dos bebês/crianças a fim de que o “bebê conforto” seja utilizado apenas em casos específicos, priorizando o uso de colchonetes e o conforto dos bebês/crianças, retirando tênis, desamarrando cabelos “apertados” e avaliando se a vestimenta é compatível com tal momento, e ofertando mantas/cobertores em dias de temperatura mais baixa. Em turmas de atendimento parcial, a avaliação individual de cada criança é viável em respeito ao tempo de cada bebê/criança.

A preparação para o sono/descanso deve considerar que:

1. Na creche, os ambientes podem ser pensados e organizados para que haja lugares/espacos que favoreçam a condição de descanso como colchonetes (cobertos com lençóis limpos e trocados sempre que utilizados), cadeiras de balanço e/ou “redários” à disposição das crianças ao longo do dia;
2. As instituições com atendimento em período integral, além de seguir a orientação 1, devem organizar sala(s)/espaco(s) para as crianças que necessitam dormir ou descansar e sala(s)/espaco(s) para as que não dormem;
3. O uso de “bebê conforto” deve ocorrer **apenas** para acalantar o bebê, que deverá ser conduzido ao colchão para o momento do sono/repouso, pois o “bebê conforto” e outras cadeirinhas foram desenvolvidos somente para **transporte**;
4. O local deverá estar arejado;

5. O ambiente **não deve ser escuro**, pois precisa de luz indireta para que as crianças diferenciem o sono da tarde do sono da noite. Dessa forma, possibilita-se o descanso necessário sem prejuízo do sono noturno e a iluminação adequada também garante a visualização da sala a fim de evitar acidentes;
6. Televisores e ou aparelhos eletrônicos **não devem** ser utilizados como recurso para o sono e o uso de cantigas e músicas de ninar pode ser avaliado pela equipe.

#### e) Escovação dos dentes



##### No Berçário e na Creche I:

- Higiene bucal dos bebês sem presença de dentes - deve ser feita por um adulto após as refeições com pano limpo umedecido em água filtrada, em toda a cavidade bucal (gengiva, bochecha e língua).
- Higiene bucal dos bebês com presença de dentes- deve-se introduzir o uso de escova de dente (cabeça pequena com cerdas macias) e creme dental com flúor com quantidade mínima adequada à idade.

##### Na Creche II e III, Pré I e Pré II:

Deverá ser feita pela criança com a supervisão do adulto, com pequena quantidade de creme dental (grão de arroz) e água filtrada, após as refeições, deixando as crianças terem contato com a escova por um período de tempo.

São procedimento de escovação:

1. Iniciar a escovação pela arcada superior, somente atrás do último dente do fundo, do lado direito (da criança) – usar uma referência, como por exemplo, do lado do parque – movimento de limpador de para-brisa;
2. Escovar por dentro, a partir do último dente de cima (lado direito), “varrendo” de cima para baixo (da gengiva para o dente) até o último dente do lado esquerdo (da criança);



3. Escovar somente atrás do último dente do fundo, do lado esquerdo (da criança), com movimento de limpador de para-brisa;
4. Voltar escovando por fora, a partir do último dente de cima (do lado esquerdo para o lado direito da criança);
5. Escovar a face mastigatória (trilho) dos dentes de cima, fazendo movimentos de vai e vem com a escova em ambos os lados (Ex.: pode ser usado o som do trem para escovação dos trilhos);
6. Repetir a operação na arcada inferior, “varrendo” os dentes de baixo para cima (da gengiva para os dentes);
7. Finalizar escovando a língua de dentro para fora.
8. Conversar e explicar para a criança todo o processo.

#### **f) Escovação dos cabelos**

Após o banho é importante fazer uso de pente individual e fazer limpeza periódica dos pentes com água e sabão. Neste ato de cuidar, é imprescindível manter-se atento à forma como os cabelos são presos e amarrados, pois as crianças não podem sentir-se desconfortáveis.

É importante, também, sempre que for iniciar tais cuidados básicos com os bebês, informá-los que irá tocá-los. Com as crianças maiores, pedir para fazê-lo, pois são ações sobre o corpo do outro.

#### **g) Limpeza do nariz**

Sempre que necessário, fazer uso de lenço de papel para higienização do nariz e, em seguida, jogar fora após o uso (em lixo ou saco plástico quando estiver em locais que não possuem cestos).

Como parte do processo educativo, deve-se utilizar tais momentos como oportunos para o desenvolvimento da autonomia e sempre que for iniciar tais cuidados básicos em bebês, informá-los que irá tocá-lo, e com as crianças maiores pedir para fazê-lo, pois são ações sobre o corpo do outro.

## **5. Especificidades do Ensino Fundamental**

### **5.1 Organização e Acolhimento**

É fundamental que a equipe pedagógica reflita sobre a organização dos tempos e espaços de acolhimento dos estudantes, além de dialogar, entre os pares, sobre a elaboração de avaliações diagnósticas.

Diante das considerações apontadas anteriormente a respeito do acolhimento, a Secretaria da Educação orienta o tempo de atendimento para esse período de acolhimento/encontro/reencontro em relação aos estudantes do 1º ano do ensino fundamental, sendo que os demais anos cumprem horário normal de atendimento.

Faz-se importante ressaltar que o horário reduzido é parte de uma organização do atendimento em rede, sem desconsiderar as especificidades e necessidades de cada estudante. Nesse sentido, orienta-se que a criança seja atendida mesmo diante do não acompanhamento familiar durante o período de acolhimento.

## 5.2 Organização do Trabalho Pedagógico

A rotina escolar é essencial tanto no processo de alfabetização, quanto nas demais fases do ensino fundamental e deve ser pensada e planejada pela equipe pedagógica e transcrita no Projeto Político-Pedagógico (PPP), no plano da escola, no de ensino e materializada no plano de aula, a fim de organizar as ações da escola.

A organização do trabalho pedagógico em rotina:

- Requer claro conhecimento dos objetivos e definição das ações, procedimentos e técnicas para atingi-los;
- Organiza os tempos e os espaços pedagógicos de forma sistemática;
- Contribui para a prática de ensino e para o processo de aprendizagem;
- Possibilita o envolvimento dos estudantes no processo de ensino e de aprendizagem;
- Assegura acordos entre professor e estudantes;
- Favorece o desenvolvimento do processo de organização da rotina de estudos do estudante (quando ele prevê o que se fará na escola);
- Ajuda o professor a priorizar atividades que considera importantes para o período e sua distribuição durante a semana.

Ao se falar em rotina, é importante salientar que os estudantes devem ter conhecimento da sua organização, diariamente, no início de cada dia, pois

[...] é importante que o professor estabeleça uma orientação inicial aos alunos, apresentando uma proposta de rotina de trabalho no dia. Nesse sentido, é possível que o professor, ao entrar em sala de aula, explicita na lousa ou quadro uma rotina do que irá acontecer naquele dia, listando e numerando cada atividade. Mesmo que os alunos ainda não saibam ler, o professor pode ir fazendo a leitura e listando as atividades no canto da lousa ou quadro, reduzindo a ansiedade e expectativa dos alunos quanto ao trabalho do dia. Ao mesmo tempo, vai criando o hábito e identificando o tempo que cada uma das atividades foi planejada e como as diferentes disciplinas vão sendo contempladas na rotina do dia e da semana (BRASIL, 2014, p.17).

Para a organização da Rotina Semanal, pode-se adotar as Modalidades Organizativas do Trabalho Pedagógico, a saber: sequência didática, projetos, atividades permanentes e independentes. O [Caderno de Orientações SEDU/DAGP N.º 03](#), Diretrizes Pedagógicas para a Escola de Ensino Fundamental em Tempo

Integral, apresenta conceitualmente as modalidades organizativas do trabalho pedagógico, que podem ser expressas também da seguinte forma:

- **Sequência didática:** uma sequência de atividades, com um objetivo específico, onde a ordem da atividade interfere na realização; apresenta uma atividade disparadora, normalmente uma situação problema; após a resolução pelos estudantes (individual, duplas, coletivamente), há a socialização das resoluções, o processo de validação e posterior sistematização;

- **Projeto:** organização pedagógica que possibilita a participação dos estudantes no processo (elaboração, execução e avaliação), gerando um compromisso coletivo em que há a correlação entre ações propostas e é proposto um produto final. Além disso, articula propósitos didáticos, propósitos sociais e possibilita a interdisciplinaridade;

- **Atividades permanentes:** são atividades que visam desenvolver conceitos, procedimentos, atitudes e têm periodicidades fixadas com antecedência;

- **Atividades independentes:** atividades que podem acontecer a qualquer momento dentro da rotina, sendo: a) ocasionais: um evento ou acontecimento que cria a atividade; b) sistematização: atividades que objetivam sistematizar algum conceito ou conhecimento já trabalhado anteriormente.

Por fim, é fundamental a análise de todas as possibilidades de (re)organização do trabalho pedagógico e dos tempos e espaços a ele destinados, com toda equipe pedagógica, bem como das estratégias que serão utilizadas para alcançar o sucesso no processo de ensino e aprendizagem.

Em relação aos tempos, espaços e materiais é preciso considerar, na organização do trabalho pedagógico:

- a) um olhar que leve em conta, na proposta pedagógica, uma rotina de trabalho flexível sem perder de vista os objetivos traçados;
- b) que os tempos e espaços disponíveis sejam amplamente utilizados e de forma que contribuam para a eficácia das atividades propostas;
- c) que os materiais disponibilizados não engessem as possibilidades de percurso da criança no processo de aprendizagem, mas que sejam considerados como ferramentas que ampliem as possibilidades de aprendizagem dos(as) estudantes;
- d) que o processo educacional perpassa pela parceria entre escola e família/responsáveis, onde ambas têm um papel determinante no sucesso do desenvolvimento infantil e
- e) que a criança não deve ser olhada apenas sob o ponto de vista cognitivo, mas também pelo ponto de vista físico, psicológico e social, ou seja, como um ser integral.

Em relação às salas de aula, o Caderno nº 01, do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - Organização do Trabalho Pedagógico (2014), traz como orientação que:

[...] cada sala de aula disponha de alguns materiais que possam ser providenciados pelo professor e pelos alunos ou que possam ser adquiridos pela escola, tais como: portadores de textos com diferentes usos e representações numéricas, como por exemplo: reportagens de jornal com gráficos, tabelas de pontuação de jogos e brincadeiras, rótulos de embalagens, placas de carro, etc.; tabela numérica com números de 1 a 100 para a exploração de regularidades; varal com os símbolos numéricos, construídos com os alunos. Não há necessidade de que este varal só contemple números até o 10; mural que possibilite afixar as produções dos alunos, textos complementares do professor, curiosidades [...] que os alunos desejem compartilhar, etc.; calendário para reconhecimento e contagem do tempo (dia, mês, ano); listas variadas de assuntos que o professor deseja discutir com os alunos, tais como: nomes dos alunos, datas de aniversário, eventos da escola, brinquedos e brincadeiras preferidas, etc.; régua para a medição de altura dos alunos (instalar a régua na parede para que os alunos possam medir sua altura no decorrer do ano); balança que possibilite identificar o “peso” (a massa corporal); relógios para a medição do tempo (seria interessante que tivesse também um relógio analógico uma vez que a escola possivelmente seja um dos poucos espaços atualmente em que esse tipo de relógio apareça e que em muito contribui para a compreensão da contagem do tempo); armários e/ou outros espaços para o armazenamento de materiais de uso contínuo, como jogos, materiais manipuláveis (ábacos, material dourado, sólidos geométricos, etc.), papéis variados e materiais confeccionados pelos alunos; conjunto de calculadoras básicas que pode ser adquirido pela escola, preferencialmente do tipo solares para evitar o uso de pilhas. Seria interessante que fosse 1 calculadora para, no máximo, 2 alunos; outros materiais que o professor julgar necessário, segundo os projetos e as atividades que desenvolve no decorrer do ano, como: livros de histórias infantis, revistas para recorte, caixas, cordas, etc. (BRASIL, 2014, p. 16-17).

Uma parede cheia de imagens e textos sem sentido para os estudantes pode tornar-se, muitas vezes, fonte apenas de poluição visual. Nesse sentido, orienta-se que todos os trabalhos expostos em sala sejam construídos coletiva ou individualmente pelos estudantes, juntamente com seus professores(as), pois assim, para eles, os materiais expostos estarão impregnados de sentidos, sendo fonte constante de consulta e ajuda na realização de suas atividades e em sua aprendizagem como um todo, além de servir de material de apoio ao trabalho reflexivo que constantemente deve ser realizado pelo professor.

### 5.2.1 Documentação pedagógica

*Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.*

**BNCC (2017, p. 41.)**

A avaliação da aprendizagem está associada ao ato de conhecer e observar a criança de maneira reflexiva e contínua em diversos tempos e espaços. Fochi e Pinazza (2018) afirmam que a documentação pedagógica não deve se confundir com mero registro de práticas e, nem tampouco, representar ‘adereço’ que se encaixe em qualquer gramática pedagógica e em qualquer perspectiva curricular.

A prática da documentação pedagógica é reconhecida como condição indispensável para garantir a construção de uma memória educativa, de evidenciar o modo como as crianças constroem conhecimento, de fortalecer uma identidade própria da educação das crianças pequenas e da construção da qualidade dos contextos educativos (FOCHI, 2016).

Nesse sentido, na concepção de Barbosa, Faria e Mello a documentação, pressuposta a organização, deve acontecer para os diversos sujeitos da comunidade escolar:

- Documentação para as crianças: Dar a elas oportunidade de reconhecer seus próprios avanços e interiorizar as experiências construídas a partir desse repensar.
- Documentação para professores: Oportunizar a reconstituição do processo e a partir disso a reflexão crítica acerca do que foi edificado em comparação ao que foi planejado.
- Documentação para as famílias/responsáveis: Envolver as famílias/responsáveis para que eles se sintam partícipes das experiências vividas das crianças.
- Documentação para a comunidade: Apresentar a escola à comunidade, dar vistas ao que acontece no seu interior gerando assim um sentimento de pertencimento.

É importante salientar, ainda conforme Fochi e Pinazza (2018), que sempre que se busca a construção de um novo paradigma, faz-se necessária a busca de uma nova didática. Sendo assim, como nos apresenta Alfredo Hoyuelos (2020), ao escrever sobre o exuberante trabalho desenvolvido por Loris Malaguzzi e, considerando todos os agentes e atores aos quais a Documentação Pedagógica abarca em sua possibilidade de modificar a imagem muito banal que se tem das infâncias e juventudes, faz-se necessário a utilização de diversas formas de registros e maneiras de comunicar os processos de ensino e de aprendizagem aos familiares/responsáveis.

Essa comunicação pode ocorrer por meio de murais e painéis, documentos apresentados nas reuniões de classe, relatórios e outros instrumentos de registro do processo de avaliação, apresentando assim elementos para criar memórias, recuperando ou trazendo a luz o protagonismo das crianças e jovens, na abertura de “caminhos para dotar de historicidade crianças [jovens] e pessoas adultas” (HOYUELOS, 2020, p. 177).

De acordo com o que se apresenta no [Caderno Nº04: Diretrizes para Documentação Pedagógica](#) na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba (2016) “o ato de documentar é singular e plural, acontece na sala de aula e na escola, sendo assim, o processo avaliativo se dá por meio da documentação pedagógica”.

A Secretaria da Educação entende que os elementos apresentados nessa orientação são coerentes também com as demais etapas de ensino, assim, orienta que as escolas passem a considerá-los na constituição da documentação pedagógica de seus(as) estudantes, turmas e escolas.

Consideram-se elementos da documentação pedagógica:

**a) Portfólio do(a) Professor(a):**

Constitui-se de plano de ensino, planos de aulas (propostas de experiências, vivências, situações de aprendizagens e rotinas), relatórios reflexivos das ações, mini-histórias, crônicas do cotidiano, fotos,



filmagens, amostras de produção das crianças, devolutivas da equipe gestora, famílias/responsáveis, entre outros. O portfólio do professor deverá ser apresentado semanal ou quinzenalmente à Equipe Gestora, para acompanhamento, devolutivas e diálogos formativos.

**b) Portfólio da criança/estudante:**

O portfólio “ [...] conta a história das experiências, dos esforços, progressos e realizações da criança [e estudante] e revela suas características únicas”, assim tem como intuito o registro do “[...] processo de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens” (BRASIL, 2009).

O portfólio da(o) criança/estudante é um compilado de itens que revela, cronologicamente, os diferentes aspectos do crescimento, do desenvolvimento, da aprendizagem, possibilitando a reflexão da/o criança/estudante sobre sua própria aprendizagem. Contribui também para que os demais professores(as) e a família/responsáveis compreendam, de forma longitudinal, os caminhos percorridos ao longo de sua trajetória na educação escolar.

**c) Relatório Individual**

Na educação infantil da rede municipal, utiliza-se o relatório individual da criança como registro final do processo de avaliação das crianças matriculadas nessa etapa de ensino. Conforme o Caderno Nº04: Diretrizes para Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba (2016), o relatório deve ser elaborado, preferencialmente, a cada semestre.

O relatório é um instrumento que tem por objetivos principais registrar e historicizar o processo de construção do conhecimento de cada criança, organizado a partir dos registros cotidianos do professor com o intuito de acompanhá-la e intervir pedagogicamente. Ao(À) professor(a) cabe a participação nesse processo como sujeito ativo e corresponsável e, dessa forma, atribui significado pedagógico ao que relata.

O professor(a), por meio de um olhar sensível, devem considerar algumas questões para compor o relatório individual, tais como: conhecimentos prévios da criança/estudante, comunidade em que está inserida, sua história pessoal familiar, o caminho percorrido para as descobertas e suas aprendizagens, seus questionamentos e hipóteses, suas reações diante dos conflitos e outras observações dignas de nota.

Este relatório, além de ilustrar o trabalho desenvolvido, também pode sugerir aos familiares/responsáveis as posturas a serem adotadas e as possíveis parcerias para avanços no desenvolvimento da criança/estudante.

Cuidados na elaboração dos relatórios individuais:

- Devem ser escritos de maneira narrativa e descritiva;
- O texto precisa ser coeso, coerente e deve ser revisado para evitar erros ortográficos, de pontuação e de digitação;

- Contextualizar as propostas desenvolvidas para aproximar o leitor do que se deseja comunicar;
- Evidenciar as aprendizagens, conquistas e desafios das crianças nos campos de experiências elegidos;
- Priorizar a narração do processo de aprendizagem das crianças, ao invés de evidenciar situações comportamentais;
- Registrar o processo da criança, considerando e incluindo o professor(a) como sujeito da ação, inclusive transcrevendo suas mediações, intervenções e problematizações;
- Evitar redundâncias, generalizações e juízo de valor.

Os instrumentos de observação podem interligar-se. Nesse sentido, as filmagens, as fotos e demais pautas de observação devem culminar com um registro escrito que se materializa no Relatório Individual, configurando-se numa avaliação sistematizada que será compartilhada com as famílias/responsáveis, equipe gestora e demais educadores ao final de cada semestre.

#### **d) Ficha de avaliação do desempenho do aluno (FADA)**

Ao avaliar o professor(a) deverá compreender que cada estudante tem seu processo de aprendizagem e considerar a realidade de cada um, portanto, para avaliar é necessário utilizar de vários instrumentos.

Nesse processo de acompanhamento dos estudantes, é importante estar atento ao seu progresso e por meio da avaliação, identificar onde seu trabalho precisa focar e criar mais possibilidades e situações de aprendizagem.

A avaliação é uma reflexão para verificação do nível do trabalho escolar dos estudantes e também do professor. Desta forma, o registro desse acompanhamento dos avanços e dificuldades precisa ser realizado e verificado sempre que necessário, buscando contribuir com a reflexão do professor(a) no sentido de replanejar.

Nos dois primeiros anos do ensino fundamental da rede municipal, utiliza-se a ficha de avaliação do desempenho do estudante como registro final do processo de avaliação das crianças matriculadas nessa etapa de ensino.

Documento de preenchimento bimestral, a FADA contém os registros da aprendizagem do estudante nas áreas do conhecimento/componentes curriculares.

### **5.2.2 Avaliação/Acompanhamento da aprendizagem**

Ao se falar de avaliação, a primeira reflexão que devemos propiciar é: o que é avaliação, a que avaliação nos referimos, por que e para que avaliamos, como e quando o fazemos? Nesse sentido, o Marco Referencial da rede municipal de ensino nos aponta que temos três níveis de avaliação em nosso sistema: a avaliação da aprendizagem, a avaliação institucional e as avaliações externas.

### a) Avaliação da aprendizagem:

Segundo o Marco Referencial:

A avaliação da aprendizagem tem como protagonistas o professor e o estudante no lócus da sala de aula das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, subsidiados pelos objetivos educacionais, vivências/conteúdos a serem trabalhados, metodologia de ensino e o processo escolar, no tempo presente. A avaliação da aprendizagem se faz presente não somente de modo técnico e formal (nos diversos instrumentos de avaliação); ela também se processa de modo informal, nas relações nos diferentes ambientes dos espaços escolares, envolvendo atitudes, comportamentos e valores. A observação do estudante no seu processo de aprendizagem (e as decorrentes intervenções do professor) deve lhe proporcionar novas oportunidades de produção de conhecimentos/experiências, de forma a superar dificuldades e avançar sempre, num movimento formativo contínuo e constante (SOROCABA, 2017, p. 102).

O processo de avaliação/acompanhamento da aprendizagem compõe o planejamento educacional e deve estar presente nos planos de ensino e de aula, alinhado com os conceitos preconizados pelos documentos orientadores do trabalho pedagógico. Segundo o [Caderno de Orientações SEDU/DATP nº 01](#), a Secretaria da Educação adota a Avaliação Formativa, em sua função inclusiva e potencializadora das aprendizagens de todos os estudantes. A avaliação formativa é uma avaliação que

[...] propõe uma aprendizagem como processo, em que nada é desconectado, em que todas as ações são vistas em relação aos outros atores da comunidade escolar. Uma avaliação feita para garantir as aprendizagens, para a redefinição de um planejamento contínuo. Uma cadeia de ações interligadas. Uma avaliação com ênfase em seu aspecto processual, contínuo, que tem como finalidade compreender o que os alunos já sabem e o que precisam aprender. Sendo assim, serve para que os professores programem intervenções que atendam à diversidade de necessidades pedagógicas de sua turma, considerando que a turma sempre será heterogênea, independente da presença ou não de crianças com necessidades educacionais especiais. Isso significa uma mudança em todos os planos educacionais: currículo, gestão escolar e, naturalmente, o próprio modo de avaliar (BRASIL, 2015, p. 29).

A avaliação formativa informa ao estudante, ao professor e aos gestores sobre o alcance dos domínios dos objetivos e conteúdos programados; indica e identifica quem é o estudante e quais são as suas fragilidades e potencialidades, visando contribuir com intervenções que ajudem a superar os desafios; permite flexibilidade no planejamento e planos de aula, adaptando-os à realidade encontrada; possibilita tomada de decisão de natureza pedagógica e metodológica; ocorre durante todo processo de ensino e aprendizagem, com a utilização de um ou de vários métodos avaliativos, especialmente no momento em que o aluno está desenvolvendo as atividades; visa à ajuda imediata, em tempo presente e aplica-se a todos que se encontram em processo formativo, pois, “aprendizagem e avaliação andam de mãos dadas – a avaliação sempre ajudando a aprendizagem” (VILLAS BOAS, 2010, p. 29).

Assim, para se trabalhar com avaliação formativa, faz-se necessário abordar

[...] algumas implicações das práticas avaliativas, tais como: avaliar para favorecer a aprendizagem, para redirecionar a prática na sala de aula, e avaliação não só do aprendiz, mas também das estratégias didáticas implementadas. Dito de outra maneira [...] recomenda [-se] que o processo avaliativo perpassa pelos processos educacionais e pelos sujeitos

envolvidos na alfabetização, ou seja, é preciso avaliar o sistema educacional, o currículo, a escola, o professor e as próprias práticas de avaliação (BRASIL, 2014, p. 31).

Portanto, ao planejar a aula, deve-se também

[...] prever quais instrumentos serão produzidos pelo professor (diário de classe, registro reflexivo, narrativa de aula), pelos alunos [...] e como será o retorno aos alunos. A correção será coletiva? Individual? Haverá reescrita de textos? Como será a socialização das produções dos alunos? Esse conjunto de produções dos alunos e do professor subsidiará o processo avaliativo. Por isso, é fundamental que se planeje como será a ficha de observação de cada aluno da turma [e da turma como um todo] e de que maneira isso pode ser utilizado enquanto instrumento de avaliação das aprendizagens. Além disso, esses registros serão fundamentais como apoio ao trabalho do professor que assumirá as aulas dessa turma no próximo ano (BRASIL, 2015, p. 15).

Nesse sentido,

[...] é essencial que sejam planejadas boas estratégias para avaliar os alunos, como também boas intervenções, para que eles avancem no seu processo de aprendizagem [...] recomenda[-se] duas ações importantíssimas: 1) estabelecer o que as crianças precisam aprender em um determinado tempo; e 2) selecionar as estratégias de avaliação que sejam mais adequadas à verificação do que foi aprendido (BRASIL, 2014, p. 15).

É de extrema importância que a equipe pedagógica reflita e organize meios para o acompanhamento da aprendizagem, fortalecendo as práticas pedagógicas e de registro já existentes na instituição educacional para essa finalidade e criando novas, de acordo com o contexto de cada escola e sua proposta política pedagógica como, por exemplo, monitoramento das aprendizagens por meio de relatórios dentre outros instrumentos.

O monitoramento tem por objetivo fazer a gestão do processo de ensino e aprendizagem, identificando as falhas no processo. Os dados obtidos do monitoramento possibilitam ao professor fazer a análise pontual do trabalho desenvolvido e as intervenções necessárias para o avanço do estudante.

Cientes do desafio de manter todos os estudantes mobilizados e motivados, o planejamento de intervenções com o objetivo de combater o abandono e a evasão escolar torna-se fundamental para garantir o direito à educação.

Cabe registrar que, na rede municipal, o processo de avaliação da aprendizagem deve se materializar também na documentação pedagógica produzida durante o processo de ensino e de aprendizagem, conforme apontado anteriormente.

Na educação infantil, o registro final do processo avaliativo materializa-se por meio do relatório individual. No ensino fundamental, do 3º ao 9º ano, por meio de notas e nos dois primeiros anos, por meio da Ficha de Avaliação do Desempenho do Aluno (FADA).

**b) Avaliação institucional:**

A Avaliação Institucional é um processo sistemático, democrático e formativo que revela a realidade e as práticas vivenciadas na escola, identificando as carências e potências de todo o processo educacional. Possui caráter participativo e permite que a comunidade escolar (estudantes, famílias, funcionários, professores(as), gestão) valide as práticas que, tanto se configuram em ações já consolidadas, como também apontam necessidades e situações que são inexistentes ou que ainda precisam de um plano de ação para que ocorra melhoria do trabalho de todos e, conseqüentemente, a oferta de ensino público de excelência aos estudantes para o próximo ano letivo.

De acordo com o Marco Referencial (2017):

A avaliação institucional implantada na escola é, segundo Freitas (2014, p. 35), “um processo que envolve todos os seus atores, com vistas a negociar patamares adequados de aprimoramento, a partir dos problemas concretos vivenciados por ela”. Tal instrumental possibilita uma revisão geral da situação e dos processos existentes na instituição educacional, localizando seus problemas e contradições, e um repensar coletivo intensivo de como intervir e propor mudanças de rota para otimizar e superar os problemas vivenciados na sua rotina. Assim, na avaliação institucional o protagonista é o coletivo da escola. Implica repensar o significado e a intensidade da participação dos diferentes atores na vida da instituição educacional, corresponsabilizando-os pelos resultados da mesma. É de se considerar a vital importância do setor público em assumir integralmente sua responsabilidade no subsídio das condições para tal fim (SOROCABA, 2017, p. 102).

Dessa forma, anualmente, a rede municipal realiza a avaliação institucional em suas escolas. O resultado dessa avaliação deve ser um dos indicadores utilizados para o planejamento do ano subsequente, tanto da escola quanto da Secretaria da Educação.

**c) Avaliação externa**

A avaliação externa é organizada e possibilitada pelo poder público, e tem o objetivo de analisar o desenvolvimento das aprendizagens em nível de rede de ensino. Segundo o Marco Referencial da rede municipal (2017, p.103):

Para uma avaliação que se pretenda qualitativa, dialógica, inclusiva e participativa Freitas (2014) afirma que os diferentes níveis de avaliação devem estar articulados e trabalhando sob suas áreas de abrangência, na medida em que trazem para o palco da escola a reflexão sobre dados produzidos, os quais tornam-se subsídios para implantar ações de melhorias de sua qualidade.

Assim, a Secretaria da Educação orienta que os resultados das avaliações externas sejam utilizados nas escolas, na perspectiva de reflexão por meio da interlocução entre os três níveis de avaliação propiciados na rede.

A rede municipal de ensino participa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, que ocorre bianualmente. Participa também do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de



São Paulo - SARESP, com periodicidade anual, e da Avaliação de Fluência Leitora que ocorre em dois momentos do ano, Avaliação de Entrada e Avaliação de Saída.

A Avaliação de Fluência Leitora busca aferir a fluência em leitura dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental avaliando o processo de alfabetização através da leitura das palavras e textos lidos. Esta avaliação é uma das ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, parceria entre União, estados e municípios, para garantir o direito à alfabetização de todas as crianças brasileiras, além da recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização.

### 5.2.3 Avaliação Diagnóstica

Ao se falar de avaliação diagnóstica, é importante compreender que essa faz parte de um processo avaliativo, que deve ser formativo, contínuo e vai além de uma prova ou verificação da hipótese de escrita dos estudantes. A avaliação diagnóstica é composta de diversas ações que possibilitam ao professor, por exemplo, compreender contextos e formas de pensar e agir das(os) crianças/estudantes em diferentes situações.

As avaliações diagnósticas devem ser elaboradas de modo que possam oferecer informações e dados sobre o desenvolvimento das/os crianças/estudantes nos diferentes campos de experiência e componentes curriculares.

É preciso que a equipe pedagógica possa conhecer e analisar os instrumentos que podem ser utilizados nesse tipo de avaliação, assim como sua adequada utilização, para definir quais são os mais adequados para cada objetivo que pretendem analisar.

Nesse sentido, recomenda-se que as instituições educacionais definam períodos de avaliação diagnóstica com o objetivo de:

- I – Redimensionar o planejamento nos diversos campos de experiências e nas áreas de conhecimento;
- II – Orientar os trabalhos desenvolvidos com as/os crianças/estudantes conforme suas necessidades de aprendizagem;
- III – Viabilizar a articulação dos resultados da avaliação diagnóstica com o planejamento escolar, a formação dos professores e o redimensionamento do Projeto Político-Pedagógico.

Conforme já apontado no item que discorre sobre a documentação pedagógica, **na educação infantil**, a escuta sensível e o olhar atento permeiam a tão necessária observação que move os processos avaliativos nessa etapa de ensino. A práxis dos profissionais da educação da primeiríssima e primeira infância constitui-se de diversos registros dos momentos, tempos, situações e experiências nas quais pode-se observar a consolidação ou descoberta de saberes construídos historicamente pela humanidade.

Podemos considerar que o processo diagnóstico faz-se no cotidiano observado nas creches e pré-escolas, nas interações, falas e reações dos bebês e crianças, as quais podem apresentar detalhes dos quais “o sulfite”, o desenho pronto ou as atividades fragmentadas jamais seriam capazes de narrar. Assim, a partir desse processo diagnóstico, o planejamento refletirá práticas que promovam novos desafios e situações de aprendizagem.

Para os anos que possuem como foco a **alfabetização**, a avaliação diagnóstica faz-se primordial. Portanto, cabe às equipes pensar com muita atenção sobre os instrumentos que utilizarão para tal diagnóstico. Tão importante quanto sua construção será o processo posterior de tabulação, análise coletiva e elaboração de plano de ação, visando consolidar as futuras intervenções pedagógicas.

A organização da avaliação diagnóstica na fase da alfabetização deve ser pensada, considerando os diferentes instrumentos disponíveis, de modo que possa coletar dados suficientes sobre a leitura e a escrita, a compreensão de textos, o raciocínio lógico-matemático e demais áreas do conhecimento que a equipe pedagógica considerar pertinente para que a análise realizada condiga com a real situação de aprendizagem da/o criança/estudante.

A sondagem, por exemplo, é um instrumento de avaliação diagnóstica que tem objetivos e características próprias e que, quando utilizada juntamente com as demais ações que a envolvem, pode apresentar ao professor uma visão geral de sua turma e específica de cada criança/estudante a respeito de seu processo de aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabético (SEA) ou ainda do Sistema de Numeração Decimal (SND).

Para além da sondagem, podem ser instrumentos de coleta de dados numa avaliação diagnóstica: observação dos estudantes em diferentes situações planejadas ou ocasionais, conversa com as crianças e com os responsáveis, diferentes intervenções, questionamentos, escuta, etc. Ressalta-se que tudo que já foi explanado sobre acolhimento e as diferentes estratégias propostas para isso também podem servir de fonte de dados para compor a avaliação diagnóstica das/dos crianças/estudantes.

Nesse sentido e pensando no início do ano letivo, período em que há a orientação de se realizar mais atividades lúdicas, jogos e brincadeiras; bem como outras atividades focadas no acolhimento, é possível, já nesses momentos, observar habilidades e competências, conforme descritas no Currículo Paulista e demais documentos estruturantes do trabalho pedagógico, que podem ser muito úteis neste processo de avaliação diagnóstica.

O professor poderá observar e registrar, por exemplo, aspectos psicomotores, habilidades cognitivo-linguísticas e raciocínio lógico-matemático, durante jogos, brincadeiras e outras atividades mais lúdicas, e utilizar esses registros para compor, também, sua avaliação diagnóstica.

Serão necessários o redimensionamento e a reelaboração dos planos de ensino e de aula, de forma que busquem a recuperação contínua das aprendizagens, sem prejuízo da promoção dos estudantes, por meio da proposição de novos projetos, adequações didáticas e metodológicas, que levem em consideração as peculiaridades deste momento, as experiências desiguais vividas pelas crianças, jovens e adultos e a criação de estratégias e oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos.

Para os **demais anos do ensino fundamental**, considera-se que a avaliação diagnóstica, a exemplo do que já foi explanado acima, busque também conhecer a fundo a real situação da aprendizagem dos estudantes nos diferentes componentes curriculares, de modo que a análise dos dados coletados possa subsidiar um planejamento condizente com as necessidades de aprendizagem de cada estudante.

### 5.3 Ensino em Período Integral

A Secretaria da Educação de Sorocaba visa a uma educação integral e de qualidade, compreendendo-a como direito de todos(as) e que deve ocorrer em todas suas dimensões (cognitiva, social, afetiva, ética, lúdica, estética, física e biológica) na construção de uma sociedade democrática e inclusiva; promovendo a Educação em período integral, a fim de ampliar o tempo de vivência escolar e seu desenvolvimento educacional.

Nesse sentido, a educação em período integral amplia as possibilidades de planejamento de vivências e situações de aprendizagem previstas nas orientações deste caderno para cada etapa da educação básica atendida pela rede municipal.

Especificamente para o ensino fundamental em período integral, a rede municipal estabelece diretrizes próprias, previstas no Caderno de Orientação nº3 - Diretrizes Pedagógicas para Escola de Ensino Fundamental Integral. Salienta-se a importância das equipes escolares conhecerem e embasarem a organização do seu planejamento nessas orientações.

### 5.4 Alfabetização

O Brasil, assim como outros países, encontra-se no auge de uma urgência histórica para a concretização da sua tarefa de educar com qualidade social todos os seus cidadãos. Entre os desafios para a educação brasileira, está a garantia da plena alfabetização das crianças. A criança tem o direito de aprender a ler e a escrever, em vivências com a mediação do(a) professor(a) e em situações autônomas, para que possa construir as habilidades de leitura e escrita previstas para o Ciclo de Alfabetização.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), em seu artigo 32 inciso I, trata como primordial a alfabetização<sup>2</sup> no primeiro e segundo anos, de modo que garanta aos estudantes a apropriação do sistema de escrita alfabética, a compreensão leitora e a escrita de textos com complexidade adequada à faixa etária dos estudantes e ao desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções, bem como o significado e uso das habilidades matemáticas.

A alfabetização, enquanto processo de aquisição e uso da língua escrita, é extremamente complexa e exige um olhar multifacetado e uma seleção de estratégias que garantam a aquisição da leitura e da escrita ainda nos dois primeiros anos do ensino fundamental, de forma a

[...] ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos (BRASIL, 2012, p. 11).

É importante ressaltar que o processo de alfabetização perpassa pela parceria entre escola e família/responsáveis. Ambas têm um papel determinante no sucesso do processo educacional. A criança não deve ser olhada apenas sob o ponto de vista cognitivo, mas também pelo ponto de vista físico, psicológico e social. É na família que a criança adquire as primeiras noções de vida em sociedade.

Segundo Guzzo e Tizzei (2007, p. 42), "a família representa um ambiente extremamente importante para o desenvolvimento da criança, porque é o primeiro sistema em que o ser humano se insere na sociedade, por meio do qual começa a estabelecer o seu vínculo com o mundo". Estreitar a relação entre escola e família/responsáveis fortalecerá o trabalho educativo, ampliando as ações em prol dos estudantes.

O processo de alfabetização é considerado uma das fases mais importantes da trajetória escolar. Além das considerações acima, é preciso que as equipes pedagógicas das escolas considerem diversificar as situações de aprendizagens propostas, sendo muito importante realizar o acolhimento nas primeiras semanas de aula e a organização da rotina escolar; privilegiando momentos de ludicidade e situações de aprendizagem que sejam possíveis e desafiadoras, envolvendo vivências e experiências significativas para os estudantes.

Com base nas diretrizes e orientações vigentes, deve-se observar quais pontos são importantes no que diz respeito às estratégias de trabalho a serem utilizadas, que trarão a ele as respostas necessárias para a avaliação contínua do trabalho no retorno das aulas.

No processo de alfabetização, saber o que o estudante sabe (daí a importância de uma sondagem bem feita) e o que precisa saber para avançar é primordial para que o professor(a) alfabetizador possa

<sup>2</sup> Existem inúmeros autores que apresentam diferentes conceituações para o termo alfabetização, aqui o utilizamos para nos referirmos ao amplo processo de conhecer e apropriar-se da linguagem específica de cada área do conhecimento, assim, além do processo de aquisição e uso da língua escrita, também ao processo de apropriação da linguagem Matemática e das Ciências Humanas e Naturais

planejar atividades que sejam eficazes em relação aos objetivos almejados. Para saber mais sobre o que o estudante precisa compreender para avançar no processo de alfabetização, sugerimos a leitura dos materiais utilizados no programa de formação de professores(as) alfabetizadores do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, de Língua Portuguesa (2013) e Matemática (2014).

Cabe salientar que a leitura tem um papel especial e muito importante na alfabetização, que deve ser explorada diariamente na escola e pela família.

### 5.5 Educação Física

A Educação Física tem passado por um processo de significação e tem sido repensada de forma que seja compreendida para além do ensino de seus conteúdos de forma mecânica, isto é, para além do ensino somente do gesto motor, da tática, da técnica, da performance e do condicionamento físico.

Nesse sentido, pensamos em uma Educação Física escolar que entenda os seus objetos do conhecimento como manifestações da cultura corporal histórica e socialmente produzida pelos seres humanos e, dessa forma, considera-se importante que os estudantes compreendam a dimensão cultural e social que atravessa qualquer prática corporal. Assim,

[...] uma proposta para a Educação Física deve respeitar a diversidade humana em qualquer de suas expressões: gênero, biotipo, cor, raça, etnia, sexualidade, bem como as deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais aceitando e elegendo as diferenças individuais como fator de enriquecimento cultural. Desse modo, será possibilitada, a todas as crianças da escola, maior oportunidade de aprendizagem, interação com seu meio sociocultural e uma convivência positiva e rica entre todos os alunos (CHICON, 2015, p. 218).

Dessa forma e amparado pela perspectiva cultural, inclusiva, crítica e justa, o ensino de Educação Física se preocupa com diferentes campos da sociedade, identidades e representações, busca a percepção do sujeito inserido em diferentes realidades culturais, reflete sobre o contexto sócio-histórico e, para além disso, ressignifica e transforma a visão de cidadão que se pretende formar por meio dos conhecimentos, métodos e formas de organização escolar que correspondam a essa formação.

Assim, é fundamental que o planejamento curricular seja constantemente revisto e reconstruído. Para isso, faz-se necessário considerar:

- Os documentos norteadores da Educação na rede municipal de ensino (BNCC, Currículo Paulista e Marco Referencial);
- A organização dos tempos, espaços e materialidades;
- Os processos de acompanhamento da aprendizagem.



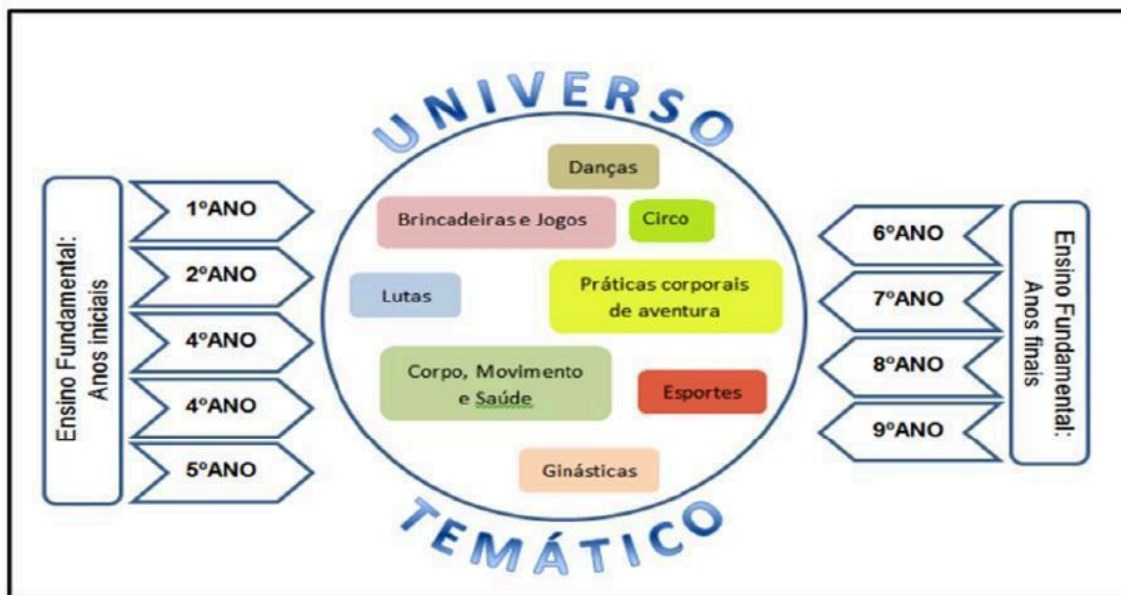
Além disso, as atividades necessitam ser planejadas/elaboradas e dirigidas de maneira que a teoria e a prática não sejam dissociadas, destacando-se, ainda, a preocupação em considerar as especificidades de cada instituição escolar e de cada criança/estudante.

Os fundamentos pedagógicos fluirão com foco no desenvolvimento de competências e compromisso com a Educação Integral, a fim de que garantam, para além dos direitos de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das/os crianças/estudantes, proporcionando espaço e voz e escuta sensível de todos, o respeito às singularidades, o acolhimento das diversidades e a construção da autonomia e da consciência crítica.

Nessa direção, concomitantemente, a Educação Física não deixará de lado seu valor para ações apontadas como necessárias para diminuição dos impactos relacionados à saúde (emocional, física, cognitiva, mental), bem como para se repensar a visão da atividade física no cotidiano, a partir da ressignificação do espaço escolar, assim como a promoção de estratégias que valorizem o cuidado de si e de outros, a atividade física, o brincar e as relações sociais integradas às outras dimensões do aprendizado.

Nas aulas de Educação Física, é possível que os estudantes também busquem a (re)construção de conhecimentos relacionados aos seus movimentos e aos recursos para o cuidado de si e dos outros e o desenvolvimento da autonomia para atuar na sociedade, no que diz respeito à apropriação, utilização e (re)significação da cultura corporal, por meio das práticas corporais, que são fundamentadas em três elementos comuns: “movimento corporal como elemento essencial; **organização interna** (de maior e menor grau), pautada por uma lógica específica; e **produto cultural** vinculado com o lazer/entretenimento e/ou o cuidado com o corpo e a saúde” (BRASIL, 2018, p. 213, *grifos nossos*).

Nos documentos atuais da educação brasileira, relacionados a esse componente curricular, as práticas corporais são “[...] entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história” (BRASIL, 2018, p. 213) e compõem as Unidades Temáticas, tanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto no Currículo Paulista, quais sejam: Brincadeiras e jogos, Danças, Lutas, Ginásticas, Esportes e Práticas corporais de aventura (Brasil, 2018; SÃO PAULO, 2019). O Currículo Paulista destaca ainda a Unidade Temática “Corpo, Movimento e Saúde” (SÃO PAULO, 2019). Além destas unidades presentes nos respectivos documentos, consideramos relevante acrescentar as “Práticas corporais circenses” como uma unidade a compor o universo temático.



Entretanto, ressalta-se que a organização dessas categorias não deve ser restrita ou engessar o desenvolvimento dos conteúdos diante das propostas de tais documentos. Apenas indicam possibilidades que devem respeitar as realidades específicas de cada contexto. Dessa forma, as aulas de Educação Física podem contribuir por meio de suas práticas, considerando que, para muitos estudantes, serão o único tempo-espço para a realização de atividades físicas e reflexão sobre a cultura corporal.

Dessa forma, essa proposta da Educação Física, pautada na perspectiva da Educação Inclusiva, deve ser aquela que respeita a diversidade humana e que pode fazer da diferença um ponto positivo para que as crianças consigam conviver com e compreender essas diferenças e disso surjam os resultados, para além dos conteúdos da educação física, de modo que essa esteja comprometida com a construção de uma sociedade justa e crítica (CHICON, 2015).

E, diante disso tudo, como é possível proporcionar aulas de educação física, na perspectiva inclusiva?

Primeiramente, deve-se lembrar que as pessoas aprendem de formas diferentes, independente da condição humana. Mesmo que se considerem duas pessoas com a mesma causa comum de deficiência, as implicações tanto sociais, quanto econômicas, quanto pedagógicas, entre outras, serão diferentes.

Assim, para as aulas de Educação Física, é necessário identificar esses fatores que interferem no desenvolvimento dos indivíduos, das capacidades físicas, das habilidades motoras, do gesto motor, enfim, identificando a causa da deficiência, o tempo decorrido, o nível funcional dos membros, o estado geral de saúde, além do repertório motor (MUNSTER, 2011). É importante lembrar, também, que para promover essas aulas não se tem que necessariamente mudar os conteúdos, mas, sim, manejar as estratégias e as metodologias para garantir que esse estudante tenha acesso a eles (BUENO; RESA, 1995; MUNSTER,

2011). É fato que nem sempre todas essas possibilidades serão suficientes para garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem de todos os estudantes, bem como das condições de trabalho para os professores(as). Assim como, para isso, ainda são necessários estudos voltados às estratégias e serviços de suporte com foco na Educação Física na escola. Entretanto, os apontamentos apresentados são alguns caminhos possíveis para se alcançar uma Educação Física voltada a uma perspectiva educacional inclusiva, crítica e justa.

Portanto, estas orientações têm como objetivo subsidiar a organização e o desenvolvimento do planejamento das ações pedagógicas e do atendimento às/aos crianças/estudantes nas aulas de Educação Física que considere os espaços e estruturas, o tempo de aula, o contato físico, os equipamentos e materiais pedagógicos, as regras, as instruções e outros, que são muito díspares dos demais componentes curriculares.

## 6. Especificidades da Educação de Jovens e Adultos

### 6.1 Organização e Acolhimento

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desponta como uma modalidade importante para a elaboração de um plano de sociedade, que visa ao bem comum, inclusivo e democrático. Inicialmente, porque a educação é um campo capaz de ativar o desenvolvimento pessoal, profissional, a cidadania, a produção e o fortalecimento de processos culturais. Na sequência, porque é o espaço para reflexão e autoconstrução de pessoas sensíveis aos problemas sociais e à prática da liberdade. Finalmente, porque é o espaço para a mobilização, sem o qual mudanças sociais não se viabilizam, a prosperidade não chega a todas as pessoas e não se ultrapassam as desigualdades e a exclusão.

A EJA é um campo de práticas e reflexões que, inevitavelmente, transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Explicitamente, porque abarca processos formativos diversos, em que podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e uma grande quantidade de questões culturais próprias das pessoas estudantes como as de cunho étnico, de gênero, de sexualidade dentre outras, que são, muitas vezes, pautadas em outros espaços que não o escolar e que de forma alguma podem ser desmerecidas enquanto experiências a serem debatidas e ampliadas, considerando que os fatores extraescolares são tão importantes quanto os escolares na aprendizagem.

Dessa forma, urge priorizar as pessoas que mais necessitam de apoio. Esse público inclui crianças, jovens e adultos mais pobres, as que correm o risco de evasão e as que vivem em lares e bairros violentos e estão sofrendo com o aumento de situações abusivas. Lembremos que, para as mais vulneráveis, a

educação salva vidas. Ela não dá apenas segurança, proteção e alimentação, mas estimula a esperança de dias melhores.

Assim, considerando os apontamentos acima e os anteriores a respeito do acolhimento, é importante considerar que o público da Educação de Jovens e Adultos também necessita de acolhimento, da escuta e das avaliações diagnósticas para que seja possível um planejamento que considere os objetivos de ensino e diferentes estratégias de aprendizagem visando uma educação de qualidade e significativa.

## 6.2 Organização do Trabalho Pedagógico

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Lei 9.394/96, é uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, com especificidade própria e, como tal, deve receber um tratamento pertinente.

Essa modalidade representa uma ação que visa reparar uma dívida social para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, a EJA pauta-se em três princípios:

[...] a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio. (BRASIL, 2000. p. 06)

São consideradas funções da EJA:

**Reparadora**, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano.

**Equalizadora**, vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

**Qualificadora**, mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. (BRASIL, 2000. p. 08)

Dessa forma, podemos apontar alguns objetivos da EJA:

- Oportunizar estudo para aqueles(as) que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e Médio na idade própria;

- Acelerar estudos no Ensino Fundamental e Médio;
- Assegurar o acesso a graus elevados de letramento, fator condicionante para a conquista da Cidadania Plena;
- Possibilitar ao indivíduo inserções no mundo do trabalho e na vida social.

Conforme o art. 64 do Regimento Escolar, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos oferecerá:

- Curso de alfabetização organizado em dois anos de duração, correspondendo o 1º termo aos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais e o 2º termo aos 4º e 5º anos, com carga horária diária composta de 03 (três) horas/aulas de 45 (quarenta e cinco) minutos cada e idade mínima para matrícula de 15 (quinze) anos completos.

Dessa forma, na rede municipal de ensino ocorre exclusivamente a oferta do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

### **6.3 Atribuição da Carga Suplementar de Trabalho para a EJA**

Ao final do ano letivo, as Instituições Educacionais que atendem turmas da EJA deverão realizar a rematrícula dos(as) estudantes frequentes.

Durante o mês de janeiro, é importante que as Instituições Educacionais garantam e intensifiquem a divulgação junto à comunidade escolar para a inscrição de novos(as) estudantes.

Em fevereiro/2023, será enviado ofício às Instituições Educacionais com orientações e procedimentos, conforme seguem:

- Entregar na Divisão de Educação Básica (DEB) os quadros com a demanda de estudantes e aguardar a confirmação sobre a possibilidade de criação de turma(s);
- Atribuir carga suplementar de trabalho, após confirmação da SEDU.
- Entregar no setor de protocolo da SEDU:
  - a) Ofício (IMPRESSO F), informando os nomes dos(as) professores(as) que assumiram carga suplementar na própria instituição educacional para atuar na EJA;
  - b) Solicitação de atribuição (Impresso próprio), para as vagas remanescentes da atribuição na instituição educacional(se houver).

A SEDU/DATP agendará e divulgará data para atribuir carga suplementar em nível de rede, caso as aulas não tenham sido atribuídas na instituição educacional.

As orientações e cronograma do início das aulas e datas dos encontros formativos serão enviados posteriormente à atribuição.



Outras informações e orientações pertinentes à Educação de Jovens e Adultos, encontram-se disponíveis no [Caderno nº 15 - Currículo da EJA](#).

## 7. Educação para as Relações Étnico-Raciais

As discussões sobre as relações étnico-raciais devem integrar o planejamento de todas as instituições educacionais de nossa rede. Os princípios destas ações devem estar pautados na legislação vigente, Lei Federal 11.645/2008, com vistas a este objetivo e em busca da qualidade e alinhamento das ações. É fundamental a formação para professores(as) e gestores(as) da Rede Municipal de Ensino.

Essa ação em parceria visa atender aos propósitos expressos na Constituição Federal em seus Art.5º, I, §1º do Art.210, Art.210, Art.206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, Indicação CNE/CP 6/2006, bem como a alteração trazida à Lei 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional); que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos(as) brasileiros(as).

Junta-se, também, o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096, de 13 de junho de 1990), bem como no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001 e PNE para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014), como dispositivos legais e as reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, que apoiam a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, assim como outros que também são comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir.

Ainda, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais:

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos. (BRASIL, 2013).

Tais legislações não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação. São

leis que reconhecem “a escola como lugar da formação de cidadãos e de relevância para promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos” (Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana).

Para além dessa matriz, é fundamental que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos possam refletir sobre a presença indígena, africana e afro-brasileira em nossa constituição. Ou seja, independentemente dos traços fenotípicos da cor ou do pertencimento racial, toda a população brasileira possui em suas crenças e religiosidades, no seu jeito de andar, falar, ver o mundo, comer, vestir, a contribuição das culturas dos povos indígenas e das diferentes etnias africanas que aqui foram forçadas a viver com o tráfico de negros escravizados e, posteriormente, fizeram desse país o seu espaço de cidadania.

Em relação aos professores(as), as posturas discriminatórias se evidenciam pela ausência de reconhecimento das diferenças de origem, pelos maus-tratos e, principalmente, pelo silêncio diante de situações de discriminação vivenciadas pelas crianças negras no espaço escolar.

Por meio de projetos pedagógicos, os(as) professores(as), a comunidade e os demais profissionais envolvidos com a história, a vida e a educação das crianças, poderão construir atividades e desenvolver práticas pedagógicas promotoras da igualdade étnico-racial. Essas atividades contribuirão para a institucionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, e também para o desenvolvimento do Plano Nacional de Implementação dessas Diretrizes:

[...] é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e aprendizagem. Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais que a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileiras. (BRASIL, 2009).

Sabemos que há muito a se aprender sobre o continente africano e os processos de recriação de suas culturas, presentes em todos os lugares do mundo para os quais as diferentes etnias africanas foram dispersas, seja por processos comerciais, seja pela imigração espontânea, ou pelo movimento violento do tráfico negreiro.

É preciso garantir o conhecimento público sobre cientistas e artistas negros, filosofias africanas e afro-diaspóricas, línguas africanas e contribuições africanas ao português brasileiro, geografia desse continente e da diáspora, técnicas, astronomia, metalurgia, farmacopeia africanas como temas das aulas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais. No que tange à História Geral, o eixo norteador da seleção de temas tem sido a história europeia. A presença negra ora aparece exclusivamente na condição submissa, ora na ambígua condição de resistente: à escravidão ou à modernização? A História

da África, em livros didáticos, muitas vezes é reduzida à presença europeia no continente.

É preciso romper com a pedagogia do silêncio sobre as relações étnico-raciais que impera na educação, apontar a cor dos corpos e reconhecer o corpo negro como lugar de ideias, expressão e criação.

As instituições educacionais devem ser espaços que possibilitem a construção de personalidades humanas autônomas, críticas em que todos aprendam a ser pessoas e sejam levados a exercitar as diferenças pela convivência com seus pares, pelo ensino diversificado ministrado, pelo clima solidário e socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar.

Para que sejam capazes de reconhecer a diversidade de matrizes que compõem a cultura nacional, é fundamental aos estudantes brancos que sejam capazes de reconhecer a diversidade de matrizes que compõem a cultura nacional, que tenham elementos para compreender culturas que podem eventualmente não conhecer e reconhecer a necessidade de se mobilizar pela igualdade de direitos, compreendendo-a como um produto benéfico para todos. É preciso que estudantes brancos saibam identificar claramente o racismo, para não o praticar.

Planejar educação das relações étnico-raciais é buscar fortalecer a valorização da cultura e o reconhecimento da diversidade étnico-racial e, notadamente, a educação antirracista, em prol do combate ao racismo e à discriminação que atingem a sociedade, particularmente, afrodescendente e indígena. Pensar em educar para a formação de atitudes, posturas e valores que conscientizem sobre o pertencimento étnico-racial de cada indivíduo, para a interação e construção de uma sociedade democrática, comprometida com a igualdade, com a garantia de direitos e com a valorização da identidade de todos.

Quando estamos diante da temática Educação para as Relações Étnico-Raciais, precisamos compreender que estamos frente às questões mais amplas que apenas a prática e manutenção da diversidade, uma vez que o escopo dessa temática e, concomitantemente, o seu exercício, refere-se intensamente a uma abordagem antirracista, na atuação efetiva de ações afirmativas no combate a toda e qualquer proposição excludente, ilegítima e de segregação de povos e etnias não brancas, protagonizados por povos eurocêntrico-patriarcais, que há muito tempo impõem sua cultura, saberes e religiosidades como majoritários na constituição de povos escravizados e renegados de nossa terra.

Sendo assim, as propostas pedagógicas de cada instituição educacional têm o desafio de fortalecer esse trabalho, centradas na conscientização e na mudança de comportamento. Cabe salientar que a temática da educação das relações étnico-raciais deve ser trabalhada durante o ano todo, sendo parte da proposta pedagógica da escola.

## 7.1 Sugestões de materiais e links para o planejamento de atividades da Educação das Relações Étnico-Raciais

[BRASIL. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2006](#)

[. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil. Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014.](#)

[Expressões racistas : como evitá-las \[recurso eletrônico\] / Tribunal Superior Eleitoral. Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2022.](#)

[Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares \[recurso eletrônico\] / Thiago Henrique Mota \(Org.\) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.](#)

[Produção de recursos em meio digital para implementação da Lei n. 10.639/03.](#)

[Projeto A Cor da Cultura - livros animados. Canal Futura - YouTube.](#)

[Bino e Fino - A Sopa Secreta da Vovó \(em Português\).](#)

[A verdadeira história da boneca Abayomi](#)

[Funga Aláfia - canção de saudação da Libéria.](#)

[Roda Africana – Palavra cantada.](#)

[Canção africana para crianças - Olélé Moliba Makasi.](#)

## 8. Orientações da Rede de Proteção

### 8.1 Conselho Tutelar

A Secretaria da Educação vem estreitando os vínculos com os serviços e equipamentos responsáveis por estabelecer a Rede de Proteção dos estudantes e suas famílias/responsáveis.

A escola tem papel fundamental para garantir e assegurar os direitos dos estudantes, sendo um dos mais importantes, acesso e permanência na escola. O fortalecimento do canal direto com o Conselho Tutelar por meio do link de encaminhamento das faltas excessivas e orientação de encaminhamentos para outros casos para auxiliar a escola com as providências necessárias podem ser consultadas na Cartilha produzida pelo próprio Conselho.

O link deverá ser preenchido com os casos que a escola, após todas as tentativas de busca ativa, não conseguiu contato ou o estudante não retornou. É importante que neste preenchimento a escola sinalize as ações adotadas e executadas.

Os casos graves envolvendo outras violações de direitos deverão ser encaminhados diretamente ao Conselho Tutelar via e-mail, com cópia para o Supervisor de Ensino e para a Gestora de Desenvolvimento Educacional responsável pela Rede de Proteção a fim de auxiliar e acompanhar o fluxo.

O link atualizado será encaminhado às instituições escolares no início do ano letivo.

## 8.2 Escuta Especializada

O serviço da Escuta Especializada realizada pelo GPACI agregou muito na proteção das crianças quanto à violação de direitos e violências sofridas em diversos âmbitos: física, psicológica, sexual, racial, testemunha de violência. Para tanto, quando houver suspeita ou relato no ambiente escolar, qualquer membro da equipe poderá preencher o formulário de encaminhamento e enviar à Escuta Especializada, que fará a análise e dará prosseguimento no processo.

### Orientações:

- Quando o estudante trazer o relato espontâneo, acolher sem questionamentos, e descrever no formulário de encaminhamento a fala de forma fidedigna sem omitir detalhes;
- Quando houver suspeita por algum profissional da educação, levar ao conhecimento da equipe de suporte pedagógico, preencher o formulário e encaminhar;
- Se perceber que a criança corre risco ao retornar para junto do suposto agressor, acionar imediatamente o Conselho Tutelar via telefone e documentar por e-mail;

Os casos de violência, de qualquer natureza, devem ser tratados com discrição e sigilo para preservar o estudante.

Os casos devem ser encaminhados para a Escuta Especializada e Conselho Tutelar via e-mail e telefone para orientações. Com cópia para o Supervisor de Ensino e para a Gestora de Desenvolvimento Educacional responsável pela Rede de Proteção a fim de auxiliar e acompanhar o fluxo.

- Fluxo: [Fluxo EE-SGD\\_Protocolo EE.xlsx](#)
- Escuta Especializada: 99136-0792
- Conselho Tutelar Leste/ Sul/ Norte: 3235-1212
- Conselho tutelar Oeste: 3202-1759

## 8.3 Demais Casos

Situações encaminhadas via Escola Saudável, que seja apontada negligência familiar, encaminhar via e-mail ao Conselho Tutelar, com cópia para o Supervisor de Ensino e para a Gestora de Desenvolvimento Educacional responsável pela Rede de Proteção a fim de auxiliar e acompanhar o fluxo, o relato da situação e anexo o formulário do encaminhamento.



Os casos encaminhados ao Conselho Tutelar deverão sempre conter os dados dos estudantes: nome completo, idade, nome dos genitores, endereço e telefone para contato.

## 9. Orientações da Supervisão de Ensino

### 9.1 Plantão da Supervisão de Ensino

Nas dependências do Centro de Referência ocorre o atendimento do Plantão da Supervisão de Ensino. O plantão funciona de segunda a sexta das 08h as 17h. O munícipe conta com o atendimento presencial ou via telefone pelos números (15) 32289518/ 32289519/ 32289520. Nos plantões presenciais, o relatório poderá ser redigido pelo próprio munícipe interessado ou transcrito pelo supervisor plantonista, com foco nos fatos apresentados. Quando na modalidade presencial, o munícipe assinará a folha de Relatório de Plantão e poderá anexar documentos que contribuam com a questão apresentada, bem como, se solicitado, levar cópia do registro.

#### 9.1.1 Procedimento de Encaminhamento do Plantão da Supervisão

O registro do relatório de plantão é reportado ao supervisor da instituição educacional, que encaminhará ao diretor da escola e/ou ao setor responsável, para ciência, visando providências, registro das tratativas e arquivamento, quando necessário.

O atendimento do Plantão da Supervisão consiste em acolher, tirar dúvidas sobre procedimentos e determinações legais e orientar os munícipes a dialogar, em primeira instância, com a equipe gestora da instituição educacional. Quando a indicação da aproximação comunidade/escola não for exitosa, dá-se prosseguimento ao registro formal da questão apresentada.

O atendimento é uma mediação para orientações e encaminhamento de situações escolares, e preza pelo entendimento entre munícipes e escolas, não exclusivamente um canal de denúncia.

Independente da ação imediata, quando couber, a ser encaminhada aos setores ou chefias pelo supervisor plantonista, é indispensável o encaminhamento para a supervisão e direção da instituição educacional.

Principais informações que constituem o Relatório de Atendimento - Plantão da Supervisão:

- a) Número de relatório, com sequência anual, data, supervisor plantonista, especificação da esfera do assunto (instituição educacional, Secretaria da Educação e outros);

- b) Identificação da instituição escolar, diretor, telefone da unidade, supervisor de ensino da unidade;
- c) Encaminhamentos para:  
conhecimento e providências;  
conhecimento.
- d) Formas de atendimento: via ligação telefônica ou presencial;
- e) Assunto e descrição dos fatos;
- f) Identificação do munícipe - endereço, contato telefônico, assinatura (quando presencial);
- g) Providências do supervisor de ensino;
- h) Orientações iniciais;  
Encaminhamento à direção da escola;  
Encaminhamento ao setor responsável/SEDU;
- i) Providências da direção da escola/do setor responsável da SEDU.

A equipe gestora verificará o teor da informação reportada ao Plantão da Supervisão e, quando houver suspeita de violação de direito da criança e do adolescente, o encaminhamento deve ser obrigatório para Escuta Especializada, Conselho Tutelar e para a gestora da SEDU responsável pela articulação com a rede de apoio.

Compete à equipe gestora contatar o mais breve possível o munícipe para esclarecimentos e agendamento de atendimento presencial (quando necessário), assim como estabelecer o diálogo com os setores acerca das principais demandas que envolvem o plantão registrado, tendo como diretrizes zelar da comunicação interna na instituição educacional e a prioridade do diálogo entre munícipes e escola.

## **9.2 Termo de Orientações Gerais da Supervisão De Ensino**

O Termo de Orientações Gerais da Supervisão de Ensino é um documento elaborado semestralmente, a partir de demandas identificadas nas unidades escolares e nos plantões. O documento trata de assuntos gerais relacionados aos aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos relevantes para o bom funcionamento das instituições de ensino. O termo de orientações gerais semestral não trata de questões individuais de cada instituição educacional, mas, sim, de temas que abrangem a rede municipal, com o objetivo de alinhar procedimentos e ações.

Em visita à escola, o(a) supervisor(a) de ensino dialogará com a equipe de suporte pedagógico acerca das orientações gerais, esclarecendo dúvidas e acrescentando informações que se fizerem necessárias, considerando a realidade de cada instituição.

O Termo de orientações gerais também é uma importante ferramenta de consulta e, juntamente com a Pasta “Supervisão - Orientações e documentos legais”, compõe um sólido referencial para embasar as tomadas de decisões referentes à gestão escolar

### 9.3 Pasta Supervisão - Orientações e Documentos Legais

No início do ano de 2022 foi criada e compartilhada com as unidades escolares uma pasta no Google Drive, nomeada “*Supervisão*”, com Instruções, Comunicados e demais documentos relevantes para a organização pedagógica, administrativa e financeira das instituições de ensino. No final de 2023, a pasta foi alterada para “*Supervisão – Orientações e Documentos Legais*” e agora, além dos documentos já descritos, também contempla orientações da Supervisão de Ensino, dialogadas com a equipe gestora nas visitas técnicas da supervisão. Seguem os assuntos de algumas das orientações disponíveis, nas respectivas subpastas:

- Registro de atas;
- Alimentação escolar;
- Atividades de final de ano;
- Atividades extraclasse;
- Atribuição de turmas, classes e aulas;
- Banco de Horas;
- Compensação de Ausência;
- Conselho de Classe/Ano/Termo;
- Escrituração da vida escolar dos estudantes;
- Horário da equipe de suporte pedagógico;
- Hora de Trabalho Pedagógico;
- Proibição de comunicação mercadológica;
- Atrasos;
- Convocação;
- PDDE;
- APM;
- Liderança;
- Planejamento Pedagógico;
- A participação na escola pública.

Conforme a necessidade, orientações sobre demais assuntos serão inseridas na pasta. A organização das legislações e orientações no drive facilita o acesso e a consulta destes documentos que devem subsidiar as ações administrativas e pedagógicas e orientar os procedimentos a serem observados pelas equipes gestoras, nas tomadas de decisões que envolvam a rotina escolar.

Os integrantes do suporte pedagógico podem acessar a Pasta "Supervisão – Orientações e Documentos Legais" por meio dos gmails institucionais da escola, do(a) diretor(a), do(a) vice-diretor(a) e do(a) orientador(a) pedagógico. Seguem abaixo o link e QR Code da pasta, sendo possível o acesso apenas se logado aos gmails institucionais citados.

[Supervisão - Orientações e Documentos Legais](#)



## 10. Orientações específicas de Divisões e Seções

### 10.1 Divisão de Alimentação Escolar

#### 10.1.1 Seção de Apoio à Alimentação Escolar

A Seção de Apoio à Alimentação Escolar (SAAE) da Secretaria de Educação (SEDU) é a responsável pelo planejamento, desenvolvimento, operacionalização e fiscalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - FNDE em Sorocaba.

O PNAE, conforme disposto na Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020, visa atender e suprir as necessidades nutricionais dos estudantes da rede pública durante sua permanência na escola, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e para a

formação de bons hábitos alimentares, por meio da oferta de uma alimentação saudável, equilibrada e adequada para as crianças.

Segundo a [Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020](#), Art. 2º entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

A seguir, apresentam-se as principais orientações, documentos, controles, entre outros, essenciais na integração da instituição educacional com a SAAE, esperando contribuir para um bom atendimento aos estudantes da rede.

### **CARDÁPIOS**

Os cardápios da Alimentação Escolar são elaborados mensalmente pelas nutricionistas da SAE, de acordo com as diretrizes e recomendações nutricionais estabelecidas pela [Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020](#).

Os cardápios visam atender às necessidades nutricionais dos estudantes, considerando sua faixa etária e o tempo de permanência na escola, observando o emprego da alimentação saudável, adequada e variada, a partir da utilização de alimentos que fazem parte da cultura e dos hábitos regionais, levando em consideração também os aspectos sensoriais (cores, sabores, textura), combinação de alimentos e técnicas de preparo.

Os cardápios de todas as etapas de ensino serão publicados mensalmente no [site da SEDU](#).

Conforme preconizam as Leis Municipais nº 11.322, de 16/05/2016 e nº 12.010, de 29/05/2019, os cardápios deverão ser impressos pela equipe gestora da instituição educacional e divulgados à comunidade escolar.

### **ALTERAÇÕES DE CARDÁPIOS**

Os alimentos previstos nos cardápios são entregues semanalmente nas escolas, seguindo cronograma de entregas e logística preestabelecidos pela SAE e pelas empresas terceirizadas.

Sendo assim, qualquer alteração de cardápio deve ser solicitada à SAE com antecedência mínima de 15 dias, pelo e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br), acompanhada de justificativa (como, por exemplo, reunião, atividades extracurriculares, entre outros) para análise e adequações, evitando o desperdício de alimentos na instituição educacional (tendo em vista que grande parte dos gêneros são perecíveis, como hortifrúti, carnes, pães).

É importante salientar que os supervisores nutricionistas das empresas terceirizadas não possuem autonomia para realizar alterações de cardápio sem autorização da SAE.



### DATAS COMEMORATIVAS

A fim de alinhar as ações educativas e pedagógicas das escolas com o atendimento da alimentação escolar, a SEDU definiu os períodos para realização das festividades celebradas ao longo de 2024 com cardápios especiais, conforme abaixo:

DATAS COMEMORATIVAS	PERÍODO
Páscoa (31/03)	Entre 25 e 26/03/2024
Semana Municipal de Combate e Prevenção à Obesidade (instituída pela Lei Municipal nº 8121, de 02 de abril de 2007)	Entre 03 e 05/04/2024
Dia do Tropeiro (22/05)	Entre 22 e 23/05/2024
Festa Junina	Entre 25 e 27/06/2024
Aniversário de Sorocaba (15/08)	Entre 13 e 14/08/2024
Dia da Criança (12/10)	Entre 08 e 11/10/2024
Dia Mundial da Alimentação Saudável (16/10)	Entre 14 e 16/10/2024
Almoço de Confraternização e Formatura	Entre 10 e 11/12/2024

As preparações especiais de cada data comemorativa será apresentada no cardápio do respectivo mês, publicado no site da SEDU.

O cardápio festivo proposto poderá ser remanejado pela direção escolar, exclusivamente dentro das datas apresentadas acima, sob autorização da SAAE, após encaminhamento de solicitação para o e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br).

### OFERTA DE ALIMENTOS NÃO PREVISTOS EM CARDÁPIO

Considerando a escola como um ambiente de promoção de hábitos alimentares saudáveis, com notável influência na formação das crianças e adolescentes e, em conformidade com a [Resolução FNDE nº 06/2020](#) e a [Lei Ordinária nº 11.797 de 01 de outubro de 2018](#), que dispõe sobre a proibição de alimentos

do tipo embutidos na alimentação escolar, a SAAE orienta que as unidades escolares não disponibilizem alimentos não saudáveis no ambiente escolar.

A oferta de quaisquer alimentos no ambiente escolar, que não estejam previstos em cardápio, mesmo os servidos em festividades e eventos organizados nas instalações das escolas e creches em período letivo, deve estar em consonância com as legislações, além de garantir a segurança alimentar, nutricional e física.

Para oferta de alimentos não previstos em cardápio, no ambiente escolar, a direção deverá entrar em contato com a SAAE por meio do e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br).

### **INTERCORRÊNCIAS COM ATENDIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Qualquer intercorrência relacionada à alimentação escolar (exemplo: falta de gêneros alimentícios, alteração de cardápio, vazamento ou falta de gás, falta de cozinheiras escolares, solicitação de manutenção de equipamentos ou reposição de utensílios, entre outros), deverá ser comunicada à SAAE, pelo e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br), para providências cabíveis e verificação da possibilidade de adequações.

#### **OBSERVAÇÃO:**

Ocorrências relacionadas a:

- Solicitações de dedetização das cozinhas e dependências;
- Solicitações para limpeza de caixas d'água;
- Problemas estruturais (entupimento de caixa de gordura da cozinha, falta de azulejos nas paredes e pisos, trocas ou vazamentos de torneiras e sifões, queda de cubas da pia, trocas de lâmpadas, telas de proteção nas janelas, toldos nas janelas, problemas ou adequações na parte elétrica da cozinha, entre outros).

Deverão ser encaminhadas ao setor de manutenção da SEDU: [escolasmanutencao@sorocaba.sp.gov.br](mailto:escolasmanutencao@sorocaba.sp.gov.br).

### **SOLICITAÇÃO PARA O USO DA COZINHA**

Os espaços das cozinhas, lactários e despensas das unidades escolares, bem como os equipamentos e utensílios (freezers e geladeiras) são destinados exclusivamente para o preparo da alimentação escolar, e estão cedidos contratualmente à empresa terceirizada, responsável pelo fornecimento, conservação e manutenção de equipamentos, utensílios e gás. As cozinheiras escolares são funcionárias da empresa terceirizada e não poderão exercer serviços que não sejam de suas atribuições de preparo da alimentação escolar.

O uso da cozinha para outros fins, somente poderá ocorrer após solicitação e liberação da SAAE, por meio do e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br).

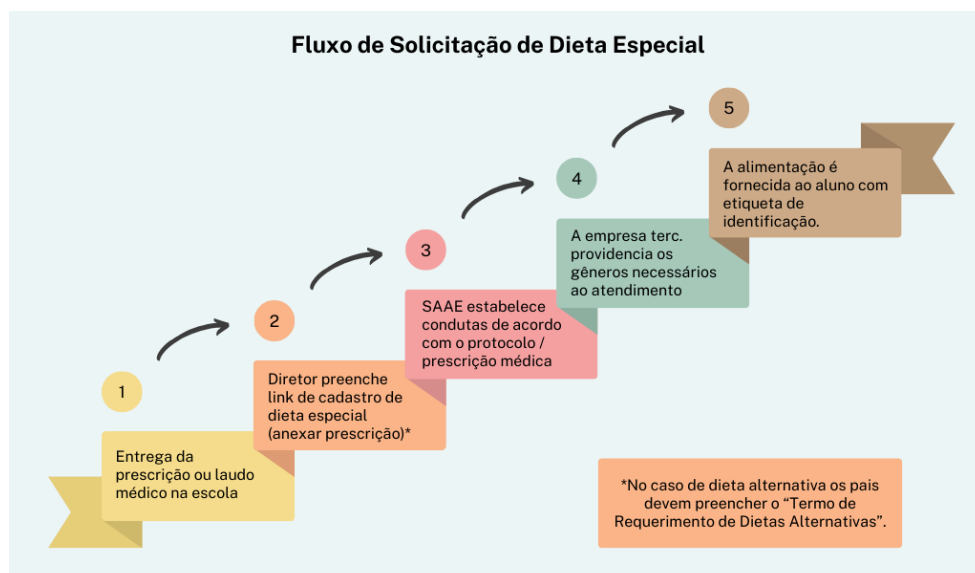
## DIETAS ESPECIAIS

A Seção de Apoio à Alimentação Escolar (SAAE), em conformidade com a *Resolução FNDE nº 06/2020*, e a [Lei Municipal nº 10.799, de 6 de maio de 2014](#), realiza o atendimento aos escolares da rede pública municipal que necessitam de dieta especial, com preparações adaptadas e o fornecimento de gêneros diferenciados (como, por exemplo, diet, sem glúten, etc) para atendimento às diversas patologias.

Durante o tempo de permanência na escola, toda a comunidade escolar deverá responsabilizar-se pela garantia de atenção especial quanto à alimentação, visando a segurança alimentar daqueles que possuem necessidades nutricionais especiais.

A equipe escolar deve apoiar o estudante e facilitar a criação de atitudes positivas em relação à patologia, assim como colaborar na sua integração social, promovendo ações de inclusão e conscientização dos demais estudantes em relação à alimentação diferenciada dentro do grupo. Além disso, a conscientização e a conduta familiar são também responsáveis pelo sucesso do tratamento.

Para que o atendimento seja adequado e seguro, é imprescindível manter atualizada a planilha de cadastro online, conforme o protocolo estabelecido:



1. Familiares/Responsáveis entregam à Direção Escolar o receituário médico (com a descrição clara do diagnóstico, CID, assinatura do médico, carimbo, data e sem rasura);
2. A Direção Escolar preenche o formulário do link de Solicitação de Dietas Especiais: <https://forms.gle/RqzGXUY6w29ytSLq6> (anexar a prescrição médica digitalizada em arquivo único em formato PDF). Orientamos não entregar prescrições médicas diretamente para as

cozinheiras escolares sem realizar o cadastro formal do estudante no link citado. As cozinheiras escolares não possuem autonomia para decidir o tipo de atendimento que deverá ser prestado ao estudante:

- 2.1 No caso de crianças com laudo que apresentem seletividade alimentar, é necessário o cadastro do estudante no link de dietas especiais do laudo médico do estudante e uma carta da mãe/pai com os alimentos que a criança aceita em casa. Se necessário agendar reunião com a nutricionista.
  - 2.2 No caso de dietas alternativas (vegetarianas e motivos religiosos), os pais devem preencher o “Termo de Requerimento de Dietas Alternativas” **OU** enviar o receituário médico ou de nutricionista, e a direção da instituição educacional preencher o link de solicitação de dietas especiais (<https://forms.gle/RqzGXUY6w29ytSLq6>). A SAAE recomenda que a adoção de qualquer tipo de dieta alternativa deva ser acompanhada individualmente por profissional médico ou nutricionista, a fim de prevenir os desequilíbrios metabólicos e garantir a saúde integral do estudante.
0. A SAAE estabelece as condutas nutricionais de acordo com o protocolo e a prescrição médica para que as empresas terceirizadas realizem o atendimento. As empresas terceirizadas não estão autorizadas a fornecer gêneros para dietas especiais que não estejam cadastradas no link de Dietas Especiais.
  0. As empresas terceirizadas, após recebimento pela SAAE do cadastro de dietas especiais, providenciam os gêneros alimentícios necessários ao atendimento (e utensílios próprios, quando for o caso). A nutricionista supervisora realiza orientação e treinamento às cozinheiras escolares e preenche o impresso próprio com identificação dos estudantes que possuem restrições alimentares, quais são os alimentos permitidos, e mantém o documento atualizado e afixado na cozinha para consulta diária pelas colaboradoras.
  0. A SAAE utiliza a etiqueta de identificação para as dietas de restrição, preenchida pela cozinheira escolar, com o objetivo de evitar qualquer erro durante a distribuição das refeições. Nessa etiqueta consta o nome da criança, turma, horário da refeição e restrição alimentar. A SAAE sugere que seja designado, pela direção da escola, um funcionário efetivo para acompanhar a oferta da dieta.

A escola precisa comunicar quaisquer intercorrências em relação ao estudante, como falta de atendimento, entre outras, devem ser comunicadas por meio do e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br).

As alterações de prescrição ou alta médica, novas matrículas (vindas ou não por transferência de instituição educacional) devem ser formalizadas pelo link de Solicitação de Dieta Especial (anexar a prescrição médica/alta médica digitalizada em arquivo único em formato PDF).

No início de cada ano letivo, a direção das unidades escolares deverá realizar novamente o cadastro dos estudantes com dietas especiais, reenviando os dados pessoais, série e período e atualizando as prescrições médicas, preferencialmente. O banco de dados da SAAE tem validade anual.

Para o atendimento de estudantes que necessitam de adequações na alimentação, como alteração de textura e da composição, comunicar a SAAE por e-mail [dietaespecial@sorocaba.sp.gov.br](mailto:dietaespecial@sorocaba.sp.gov.br), para agendamento de reunião com familiares/responsáveis e equipe gestora (caso necessário). As adequações serão individualizadas, conforme a necessidade.

### **AÇÕES DE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL**

O cuidado com a alimentação deve ser priorizado durante toda a vida, sendo o período escolar muito importante para a aquisição de hábitos alimentares que promovam a saúde do indivíduo. No ambiente escolar, diversas estratégias podem ser desenvolvidas pela equipe pedagógica, para que os alimentos e a alimentação sejam conteúdo de aprendizado e também recursos para a aprendizagem, como a abordagem de temas relacionados à alimentação nos campos da cultura, da história, da geografia, das ciências, entre outros, de modo a promover hábitos alimentares saudáveis.

A equipe técnica da SAAE apoia as equipes escolares no desenvolvimento de atividades relacionadas à alimentação saudável por meio da elaboração de materiais para atividades, orientações técnicas, análise da viabilidade da atividade, entre outros. Além de realizar visitas às instituições educacionais, palestras e reuniões com equipe gestora, educadores, familiares/responsáveis e estudantes.

As ações de apoio poderão ser solicitadas pela direção escolar, pelo e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br), atendidas conforme disponibilidade das nutricionistas.

### **FATURAMENTO DAS REFEIÇÕES SERVIDAS**

A medição do serviço contratado ficará sob a responsabilidade da direção escolar, que poderá designar um funcionário público efetivo para realizar o controle e deverá ser acompanhado por funcionário da empresa contratada. No caso das entidades conveniadas, designar um funcionário da entidade para realizar o controle.

A medição diária do serviço contratado, realizada pela instituição educacional, refere-se:



- a) **Educação Infantil:** registrar diariamente na planilha a frequência de estudantes, por tipo de refeição, por faixa etária/turma, nas unidades de período integral, semi-integral e parcial, respeitando-se o limite máximo de estudantes matriculados;
- b) **Ensino Fundamental Integral, Ensino Fundamental Parcial e Ensino de Jovens e Adultos (EJA):** registrar diariamente na planilha a quantidade servida de cada tipo de refeição e por tipo de atendimento, aos estudantes;

Deverão ser registradas nas planilhas, se for o caso, as eventuais ocorrências constatadas na sua prestação, dentro do período de medição, como por exemplo, falta de gêneros previstos no cardápio, falta de repetição suficiente a todos os estudantes, trocas de cardápios sem autorização da SAE, entre outras.

A direção da instituição educacional enviará a medição do serviço executado quinzenalmente à Seção de Alimentação Escolar, por meio do sistema GIER, onde deverá lançar/registrar o total de refeições (pratos) consumidos pelos estudantes, em até 03 (três) dias úteis após cada quinzena. A reabertura do sistema, para lançamentos após o prazo mencionado acima, deverá ser solicitada pela direção via e-mail, o sistema será reaberto para lançamentos mediante justificativa (férias, atestado médico etc.).

O(A) diretor(a) deverá emitir um relatório quinzenal para cada tipo de lançamento realizado no Sistema GIER (um relatório para cada tipo de ensino). Esses relatórios deverão ser em formato PDF e enviados via e-mail: [relatoriorefeicao@sorocaba.sp.gov.br](mailto:relatoriorefeicao@sorocaba.sp.gov.br) e [recebimento.af@grupoanga.com.br](mailto:recebimento.af@grupoanga.com.br).

### ORIENTAÇÕES PRÁTICAS PARA O MOMENTO DE REFEIÇÃO NOS CEIS

- Todas as crianças devem receber atenção do adulto durante todo o horário das refeições; Os bebês jamais devem ser deixados mamando sozinhos em berços ou bebê conforto;
- As crianças devem estar sentadas corretamente para receberem alimentos. Nunca alimentar um bebê deitado ou inclinado (no bebê conforto) para evitar engasgo;
- Todas as refeições devem ser feitas no refeitório, inclusive a colação da tarde;
- Procurar manter o local das refeições calmo, limpo e agradável;
- É preciso ter paciência ao servir as crianças, para que consigam comer satisfatoriamente;
- Os alimentos devem ser apresentados e nomeados, um a um, e seu consumo incentivado, ressaltando os benefícios da alimentação variada e colorida;
- Estimular a autonomia da criança em todas as etapas da refeição (do comer até o descarte de possíveis restos e devolução do prato);

- As crianças que não conseguem comer sozinhas deverão receber estímulos para experimentar os alimentos possíveis com a mão, tentar manusear a colher e receber a comida na boca, até que possa fazê-lo sozinha;
- Ao alimentar a criança, o adulto deverá utilizar talheres individuais, evitando levar os alimentos à boca da criança com as mãos, mesmo que faça uso de luvas;
- Jamais levar os talheres das crianças à boca do adulto ou trocar talheres entre as crianças;
- Verificar a temperatura das refeições antes de servi-las aos estudantes. Jamais assoprar a comida para que esfrie mais rápido; Caso necessário, a cozinheira pode resfriar os alimentos de forma adequada, basta solicitar;
- Orientar as crianças para que comam devagar, mastigando bem os alimentos;
- Incentivar a comerem a comida oferecida, explicando sobre as vantagens da alimentação saudável. Não ameaçar, chantagear ou forçar as crianças a comerem tudo, mas orientar sobre a identificação dos sinais de fome e saciedade;
- Trabalhar os temas relacionados aos alimentos em sala de aula, por meio de abordagem lúdica e pedagógica, alinhadas às estratégias de educação alimentar e nutricional com apoio da SAAE, a fim de melhorar a relação das crianças com os alimentos.

**CONTATOS:**

**Telefone:** (15) 99177-2344

**E-mail:** [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br)

Para mais detalhes sobre a Alimentação Escolar, acesse o link [clikando aqui](#):

- Cuidados com a alimentação das crianças nos CEIs
- Manual de Alimentação Especial
- Orientações GIER
- Links vídeos formativos

**10.2 Divisão de Apoio Técnico Pedagógico****10.2.1 Seção de Apoio às Políticas Educacionais****10.2.1.1 PDDE**

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas públicas e privadas de educação especial, que possuam estudantes matriculados na educação básica, e a polos

presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que oferecem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação.

Atualmente o PDDE é regido pela [Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021](#), que dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa, em cumprimento ao disposto na [Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009](#).

#### Objetivo do Programa

Contribuir para o provimento das necessidades prioritárias das unidades escolares, de modo a concorrer para a garantia de seu funcionamento, a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social dos recursos repassados pelo programa.

#### Ações Integradas

Além da Conta do PDDE Básico, existem as Ações Integradas, as quais utilizam duas contas em que são repassados recursos financeiros de Programas Educacionais do Ministério da Educação – MEC, cujas transferências e gestão dos recursos seguem os moldes operacionais do PDDE Básico. Essas contas são denominadas PDDE Estrutura e PDDE Qualidade.

É importante ressaltar que embora as transferências e a gestão dos recursos repassados a essas contas sigam os mesmos moldes operacionais do PDDE Básico, cada Programa Educacional possui finalidades, objetivos e públicos-alvo específicos, descritos em suas próprias Resoluções, as quais devem ser estritamente seguidas para a correta aplicação dos recursos, visando a efetividade da execução dos Programas no alcance da melhoria e da garantia de uma educação de qualidade a todos.

#### Resoluções Atuais:

- [Resolução CD/FNDE/MEC nº 6, de 4 de maio de 2023](#) - dispõe sobre a autorização para a utilização dos recursos financeiros disponíveis nas contas bancárias vinculadas ao Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas para o apoio às ações voltadas à proteção no ambiente escolar e revoga a Resolução CD/FNDE/MEC nº 14, de 16 de setembro de 2021 e a Resolução CD/FNDE/MEC nº 04, de 19 de maio de 2022.
- [Resolução CD/FNDE/MEC nº 5, de 18 de abril de 2023](#) – altera o Anexo I da Resolução CD/FNDE nº 06, de 27 de junho de 2022, e a Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de setembro de 2021, referente ao reajuste de 48% no valor fixo anual do PDDE, e inclui a utilização dos recursos do PDDE Básico nas ações voltadas à promoção da segurança no ambiente escolar, de todas as unidades escolares participantes do programa.

- [Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021](#) - dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Básico, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Condição para receber os recursos do PDDE Básico e Ações Integradas

- a) Realizar o cadastro ou atualização cadastral, a cada exercício, por meio do sistema PDDEweb, até o dia 31 de outubro de cada exercício;
- b) Estar com o mandato do dirigente da UEx vigente no ano de repasse. O mandato deve estar dentro do prazo de validade tanto no Sistema PDDEWeb quanto na Agência Bancária;
- c) Não possuir inadimplência com prestação de contas de recursos do PDDE, recebidos em anos anteriores.

Links úteis:

[Acesso ao Sistema PDDEWeb](#)

[Passo a passo para atualização cadastral](#)

Informações Gerais:

Quando ocorre o pagamento do PDDE Básico?

Na hipótese de haver disponibilidade financeira dos recursos, estes serão repassados em parcela única até 30 de abril.

[Utilização dos recursos](#)

[No que não podem ser empregados os recursos](#)

[Ações Integradas](#)

[Como saber se uma despesa é custeio ou capital?](#)

[Realização de pesquisas de preços](#)

[Dúvidas Frequentes](#)

Responsável pela emissão do cartão PDDE

Os processos de abertura da conta de relacionamento (conta que viabiliza o funcionamento da conta cartão), cadastramento do primeiro portador e pedido do plástico são feitos exclusivamente pelo Banco do Brasil.

Link: [Guia de Relacionamento com o Banco do Brasil – 2022](#)

Formas de pagamento

Além de pagamentos por meio de máquina leitora de cartão magnético, também podem ser efetuadas transferências de valores para contas do Banco do Brasil e outros bancos (DOC e TED), emissão de ordens de pagamento e saques em terminais de autoatendimento.

As contas antigas e as contas das ações integradas, em sua maioria, são movimentadas com cheque. Também é autorizado exclusivamente para o pagamento de despesas do PDDE Ações Integradas, o uso do Pix.

Importante:

- O cartão somente poderá ser utilizado para o PDDE Básico, ou seja, não há cartão ainda para as Ações Integradas;
- A modalidade de pagamento denominada “**Pix**” somente poderá ser utilizada, por enquanto, para as Ações Integradas.

Prestação de Contas

### **Como devem ser as prestações de contas das Ações Integradas?**

Nos mesmos moldes operacionais e regulamentares do PDDE Básico, a instituição educacional deverá apresentar uma prestação de contas para cada ação agregada, sendo que, os programas que tiverem recursos depositados na mesma conta bancária, pode ser apresentada uma prestação apenas. (Exemplo: recursos do Educação Conectada e Cantinho da Leitura geralmente são depositados na mesma conta, portanto, pode ser apresentada uma prestação de contas referente aos dois programas).

Link Documentos para entregar nas prestações de contas

[Documentos para entregar nas prestações de contas](#)

Formulários:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/resolucoes-e-formularios>

Links úteis:

[Guia de Perguntas e Respostas sobre a Prestação de Contas do PDDE](#)

[Guia de Execução dos recursos do PDDE 2022](#)

Sistema PDDE interativo

O PDDE Interativo é o ambiente informatizado (plataforma), utilizado pelas escolas públicas, Secretarias de Educação e pelo MEC, onde é realizado o plano de aplicação financeira das ações integradas como por exemplo: Educação Conectada, Sala de Recursos, Cantinho da Leitura, entre outros.



O sistema é uma ferramenta de planejamento da gestão escolar disponível para todas as escolas públicas. Foi desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com as secretarias estaduais e municipais e sua principal característica é a natureza autoinstrucional e interativa de cada tela.

Como acessar?

1. Para acessar o PDDE Interativo é preciso solicitar cadastro no endereço [HTTP://pddeinterativo.mec.gov.br](http://pddeinterativo.mec.gov.br) (usar navegador Firefox);
2. Após a solicitação é preciso ter o cadastro ativado pela equipe da Secretaria da Educação.

Observação: Todos (as) os (as) diretores (as) deverão ter acesso ao sistema.

**Contatos:**

E-mail: [pdde@sorocaba.sp.gov.br](mailto:pdde@sorocaba.sp.gov.br)

Telefone: (15) 3228-9521

#### **10.2.1.2 Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)**

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos estudantes e professores(as) das escolas públicas de educação básica, como também de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Trata-se, portanto, de um Programa abrangente, constituindo-se em um dos principais instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem nas escolas participantes.

A Rede Municipal de Educação de Sorocaba participa do PNLD e recebe os materiais de forma gratuita.

**Legislação PNLD:**

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/legislacao-pnld>

#### **10.1.2 Seção de Apoio aos Programas de Saúde escolar**

A Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em programas e projetos que promovam a saúde.

Considerando que a escola é um dos locais privilegiados para as práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos de doenças, é fundamental a articulação dessa instituição com as Unidades Básicas de Saúde (UBS), uma vez que a parceria possibilita encaminhamentos, bem com definições acerca dos

procedimentos a serem adotados pelas instituições diante de situações relacionadas à saúde do(a) estudante.

Dessa forma, o Programa Saúde na Escola (PSE) e a Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar promovem as respectivas ações:

- Promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos;
- Distribuição de materiais informativos educativos nas Campanhas de Vacinação e Combate à Dengue, em parceria com a Vigilância em Saúde (Divisão de Vigilância Epidemiológica e Zoonoses);
- Sistematização de ações das instituições educacionais diante de situações que envolvam a saúde escolar, em parceria com a Vigilância em Saúde (Divisão de Vigilância Epidemiológica e Zoonoses);
- Promoção da Saúde Bucal na escola, as equipes de Odontologia da Secretaria da Saúde, por meio dos programas SEPTO, MÓDULO e TRAILLER, promovem ações educativas de incentivo ao desenvolvimento do hábito de escovação diária e realizam tratamento dentário, quando necessário, no ambiente escolar.

#### **10.1.2.1 Encaminhamentos aos Serviços de Saúde**

Quando o profissional da educação observar alteração no aspecto físico do estudante, como por exemplo: bolinhas e manchas pelo corpo, olhos inchados ou lacrimejantes, dificuldade para enxergar e/ou ouvir ou sintomas como dores intestinais, febre, diarreia; este deverá comunicar à família/responsáveis e encaminhar o estudante para o serviço de saúde, por meio do impresso Escola Saudável, com o objetivo de avaliar a saúde dos estudantes e possibilitar que tenham atendimento em sua Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência.

#### **10.1.2.2 Acidentes**

Tendo em vista um melhor atendimento aos estudantes, orientamos que qualquer intercorrência com o estudante, deve-se entrar em contato com os responsáveis através dos números de telefones que estiverem disponíveis e preencher o impresso Escola Saudável, se necessário contatar o SAMU ou Bombeiro.

Caso não ocorra o contato, deverá ser registrado em ata as tentativas e enviar e-mail para o Conselho Tutelar e ligar informando o ocorrido para que o Conselho faça o contato com a família.

Nos casos que são acionados o SAMU ou Bombeiro o estudante deverá estar acompanhado do responsável ou por um(a) servidor(a) da Instituição Educacional.

Registrar em Ata o ocorrido, preencher o link e anexar a cópia da Ata e do Impresso Escola Saudável.

LINK: <https://forms.gle/KSPfXnZwzXP91yab9>

### 10.1.2.3 Engasgo

Sufocamento, engasgo, ou asfixia, são termos utilizados para caracterizar a dificuldade de respirar devido à presença de corpos estranhos na garganta, quando o alimento ou objeto toma um “caminho errado” durante a deglutição (ato de engolir). O engasgo pode ser parcial ou total. Algumas características do engasgo parcial são respiração rápida e ofegante, agitação (principalmente os membros superiores), tosse e choro. Já nos casos de engasgo total (obstrução completa da passagem de ar), observam-se lábios arroxeados, ausência de fala, choro ou tosse, falta de ar e até perda de consciência.

Recomendações:

- Mantenha a calma. Apenas tente retirar o objeto (se for o caso), quando estiver visível e bem próximo aos lábios, sendo cuidadoso e utilizando o dedo mínimo, para evitar o risco de empurrar ainda mais objeto no sentido das vias aéreas e piorar a situação;
- Se a criança estiver tossindo ou com ânsia de vômito, é boa notícia, as vias aéreas não estão totalmente bloqueadas (asfixia parcial). Estimule a tossir, este é o método mais eficaz de desobstruir as vias aéreas.

No caso de asfixia total, quando a vítima não consegue respirar, tossir, esboçar nenhuma reação, som ou ficar arroxeadada é importante intervir imediatamente com técnicas adequadas para desengasgá-las (descritas abaixo) e acionar o serviço de emergência SAMU 192 ou Corpo de Bombeiro 193. Se estiver sozinho, acione o serviço de emergência pelo celular e deixe no viva voz para receber orientações.

**Como atender engasgo de um bebê:**

#### **Esta manobra é recomendada até 1 de idade**

- Sustentar a cabeça firmemente com seu antebraço e manter a boca do bebê aberta com os dedos;
- Aplicar cinco golpes firmes no meio das costas (usando o punho da mão com os dedos estendidos);
- Virar a criança (de barriga para cima) firmemente apoiando sua cabeça e a mantendo mais baixa que o corpo;
- Observar se ocorreu a saída do objeto, caso contrário aplicar cinco compressões rápidas no tórax (utilizar dois ou três dedos para aplicar as compressões no meio do tórax, entre a linha dos mamilos);
- Repetir os procedimentos acima até a chegada do serviço de emergência.

### **Manobra de desengasgo em crianças maiores de 1 ano**

- Ao reconhecer um engasgo, posicione-se atrás da criança, de joelho;
- Abraçar o tronco da criança envolvendo-o com os dois braços;
- Fechar uma das mãos e coloque a parte plana (onde está o polegar) na “boca do estômago”, que fica logo acima do umbigo;
- Segurar o punho com a outra mão e realizar cinco compressões rápidas (apertando para dentro e para cima);
- Encorajar a criança a tossir se ela conseguir durante a manobra;
- Se a criança se apresentar pálida, com lábios arroxeados, e sem responder a manobra, acionar o serviço de emergência (SAMU 192 ou Corpo de Bombeiros 193) e continuar a manobra até a chegada do socorro.

#### **10.1.2.4 Parada Cardiorrespiratória**

##### **Reconhecer uma Parada Cardiorrespiratória – PCR (em 10 segundos):**

- Pessoa não responde a nenhum estímulo;
- Quando chamada não atende;
- Quando tocada pelos ombros, com vigor, não se manifesta;
- Não abre os olhos, nem mexe as pálpebras;
- Não expande o tórax;
- Não mexe nenhum membro (mãos e pés).

##### **Procedimento:**

- Pedir ajuda;
- Ligar para o SAMU 192.

##### **Iniciar compressão torácica:**

- Dedos entrelaçados;
- Braços estendidos;
- Colocar a região hipotênar (palma da mão) sobre a parte inferior do esterno (entre a linha do mamilo);
- Comprimir com uma frequência de 100 a 120 compressões por minuto;
- Comprimir provocando uma profundidade de cerca de 5 cm no tórax da pessoa;
- Permitir o retorno completo do tórax após cada compressão;
- Revezar com outro socorrista a cada 2 minutos, para evitar cansaço e compressões sem eficiência;

- Realizar 30 compressões para cada duas respirações boca a boca, visto que essa manobra não é obrigatória, mas é indicada pelos manuais de primeiros socorros.

Caso julgue arriscado realizar ventilações boca a boca, somente será realizado compressões torácicas até o serviço de urgência móvel – SAMU chegar.

Se no local da ocorrência houver o DEA, instalar o equipamento e seguir as orientações.

#### 10.1.2.5 Convulsão

As convulsões são causadas por um problema cerebral. A pessoa perde de repente a consciência e faz movimentos repetitivos com a cabeça e membros.

Em crianças pequenas as causas mais comuns de convulsão são febre alta, desidratação grave, epilepsia, intoxicação e meningite.

O início é súbito, a criança se apresenta imóvel, maxilares cerrados, olhos revirados, respiração suspensa, membros rígidos, após alguns segundos a criança faz caretas, agita os olhos, sacode os membros com movimentos rítmicos de flexão e extensão, podendo ocorrer micção e evacuação involuntário ou mordida da língua. Na terceira fase cessam os espasmos, o corpo relaxa e a criança acorda ainda sonolenta.

##### Recomendações:

- É fundamental manter a calma. Deve se tomar cuidado para que a criança não se machuque (segurá-la para que não caia) e colocá-la em posição lateral;
- Ligar para o SAMU 192;
- Não impedir os movimentos convulsivos, apenas proteger para que não se machuque durante as contrações;
- Afastar objetos próximos;
- Manter a cabeça virada de lado, caso ela vomite, para que não haja sufocamento;
- Se estiver com febre, dar imediatamente banho morno, após a crise para abaixar a temperatura;
- Quando os espasmos desaparecem, acomodar a vítima de modo confortável, certificar que está respirando bem.

#### 10.1.2.6 Quebra ou perda do dente

Em casos de acidentes que envolvam quebra ou perda do dente:

- Manter a calma;
- Atuar com rapidez localizando o dente ou o pedaço perdido, segurando-o pela coroa, nunca pela raiz e mantendo-o úmido em um copo com leite ou água filtrada. Não faça a limpeza do dente;



- Se o trauma tiver provocado sangramento, limpar a boca do(a) estudante com gaze e soro fisiológico (na falta do soro, lavar com água filtrada), com cuidado;
- Encaminhar imediatamente o (a) estudante ao dentista (Unidade Básica de Saúde / Unidade de Pronto Atendimento ou local de referência dos responsáveis legais), de preferência até 30 minutos após o acidente.

O sucesso do reimplante ou da reconstrução do dente depende das medidas que forem tomadas após o acidente.

#### 10.1.2.7 Atestados Médicos

Os afastamentos médicos deverão ser rigorosamente respeitados, sendo que o estudante não poderá frequentar a escola neste período.

Os estudantes em recuperação de saúde (membros imobilizados por gesso, curativos e suturas) poderão frequentar a escola, desde que apresentem atestado médico de aptidão para as atividades escolares.

#### 10.1.2.8 Medicamentos

Toda medicação prescrita em receituário médico aos (as) estudantes da Rede Municipal de Ensino deverá ser administrada pelos familiares/responsáveis, em casa, de forma que os horários sejam programados fora do período escolar.

Caso um ou mais horários destinados à administração do medicamento coincidam com o horário de permanência do estudante na escola, desde que não esteja afastado por atestado médico, os pais ou responsáveis poderão administrar o medicamento no ambiente escolar, com prévia autorização da Equipe Gestora, com o intuito de garantirmos o trabalho pedagógico e a rotina escolar.

#### 10.1.2.9 Repelente

Apesar de seguro, se usado corretamente, o repelente é uma substância química e pode causar reações alérgicas ou intoxicações na criança quando utilizado em excesso, fica a família responsável por realizar essa ação de proteção (aplicação) em sua criança.

Bebês abaixo dos seis meses não devem utilizar nenhum tipo de repelente.

Crianças entre seis meses e dois anos de idade podem usar repelentes a base de IR 3535;

- Crianças 6 meses uma aplicação ao dia;
- Crianças entre 1 e 12 anos podem ser utilizadas duas aplicações ao dia;
- Crianças acima de 12 anos podem ser realizadas de duas a três aplicações ao dia.

### 10.1.2.10 Esmaltes e Maquiagens Infantis

Esmaltes e maquiagens, mesmo que sejam produtos específicos para uso infantil, possuem substâncias sensibilizantes que podem causar alergias e por isso devem ser utilizados com cautela.

A criança tem a pele mais fina e sensível que os adultos e por isso, absorve qualquer substância com mais facilidade.

Considerando que os esmaltes e as maquiagens infantis podem causar reações alérgicas, o estudante que levar os produtos para utilizar nas brincadeiras da Instituição Educacional não deverá compartilhar com os outros estudantes.

### 10.1.2.11 Creme para Prevenção de Assaduras

Poderão ser utilizados cremes para **prevenção** de assadura.

Relação de cremes preventivos de assadura:

Hipoglós Amêndoas	Souvie Bebê	Dermodex Prevent	Biolane
Pom Pom	Trá Lá Lá	Desitin Creamy	Confiare Prevent
Bepantol Baby	Muriel Baby	Fischer-Price Bebê	Johnson's Baby
Huggies	Derma Prevent	Cetrilan Creme	Bebê Vida Davene
Bebê Natureza	Hipoderme	Granado Protetor Bebê	Babyglos
Turma da Xuxinha	Boni Baby	Galinha Pintadinha	Probentol baby
Vyvedas Baby e Kids	Baby Sebamed	Semilla Bebê	Babymed

### 10.1.2.12 Medicamento Inalatório para Asma “Bombinha”

Asma é uma doença inflamatória crônica das vias aéreas, variável e reversível espontaneamente ou com tratamento. Durante a crise de asma, os brônquios se inflamam e reduzem a passagem de ar, causando os sintomas de tosse, falta de ar, chiado e aperto no peito.

Considerando a utilização do medicamento inalatório para asma, orientamos:

- Verificar com os familiares/responsáveis, a possibilidade de aplicação do medicamento, seja em horários determinados conforme prescrição médica, ocorra no contraturno do horário escolar;
- Manter a prescrição médica atualizada;
- Verificar se o (a) estudante tem autonomia para automedicar-se, auxiliando neste processo, visto que, segundo a Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, é possível “treinar a criança a partir dos quatro anos para que essa seja proativa e também participe da prevenção”. É importante lembrar que, caso ocorra a automedicação, é fundamental a presença de um adulto que a supervisione;

- Verificar a autorização médica ou restrições para a frequência nas aulas de educação física;
- Orientar a equipe escolar quanto à retirada do medicamento da mochila do (a) estudante;
- Registrar em ata, bem como a rigorosidade quanto às prescrições médicas e à autorização dos familiares/responsáveis do(a) estudante.

#### 10.1.2.13 Pediculose

##### Procedimentos:

- Realizar um trabalho educativo, orientando a comunidade escolar sobre a problemática e formas de combate e prevenção;
- Comunicar os familiares/responsáveis sobre a existência de casos de pediculose na escola;
- Entrar em contato com a Unidade Básica de Saúde de referência, verificando a disponibilidade de xampu para ser entregue à população.

#### 10.1.2.14 Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD)

Considerando os estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique no afastamento igual ou superior a 120 dias, a Secretaria da Educação instituiu o Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD).

Para solicitação do Atendimento Pedagógico Domiciliar, é necessário que a Instituição Educacional em que o estudante está matriculado, encaminhe ofício para a Divisão de Apoio Técnico Pedagógico/Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar, constando o nome do estudante, RA, ano/série/turno, termo de requerimento, devidamente assinado pelos pais e/ou responsáveis, acompanhado do relatório médico que deverá conter, além do diagnóstico clínico do estudante, justificativa da necessidade do atendimento pedagógico domiciliar, com informações relativas a doença do estudante e tempo de afastamento igual ou superior a 120 dias.

O APD será disponibilizado mediante análise da solicitação da Instituição Educacional por comissão constituída.

#### 10.1.2.15 Doenças de Notificação Compulsória

São consideradas doenças de Notificação Compulsória:

- Síndrome Mão-Pé-Boca;
- Varicela;
- Parotidite/Caxumba;
- Escarlatina;
- Meningite;
- Sarampo;
- Rubéola;
- Diarreia;

- Conjuntivite;
- Coqueluche;
- Intoxicação Alimentar;
- Hepatite A;
- Covid-19;
- Acidentes por Animais Peçonhentos;
- Exantema Súbito;
- Monkeypox.

A equipe da Instituição Educacional, diante de casos confirmados, tanto para estudante como funcionário(a), deverá notificar a Vigilância Epidemiológica, por meio de e-mail, preenchendo a ficha de notificação imediata e enviando cópia do atestado médico para [epidemiologica@sorocaba.sp.gov.br](mailto:epidemiologica@sorocaba.sp.gov.br) com cópia para [apoio pedagogico@sorocaba.sp.gov.br](mailto:apoio pedagogico@sorocaba.sp.gov.br).

Após o envio das informações, a Vigilância Epidemiológica fará as devidas orientações à Instituição Educacional.

[Formulários referentes a Seção de Saúde Escolar.](#)

### 10.2.3 Seção de Estágio e Apoio Funcional

É responsável pelos estagiários que atuam no Projeto Envolver para (Des)Envolver e na Secretaria da Educação como um todo.

#### 10.2.3.1 Cabe às Instituições de Ensino Superior – Estágio Remunerado

- Fazer o cadastramento da Instituição junto ao CIEE para participação no projeto;
- Firmar o Termo de Compromisso de Estágio junto aos estudantes em tempo hábil, para que possam dar início às atividades conforme a previsão.

#### 10.2.3.2 Cabe às Instituições de Ensino Superior – Estágio Obrigatório

- Celebrar o convênio com a Secretaria da Educação para realização do estágio obrigatório;
- Firmar o Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório junto aos estudantes com as informações necessárias conforme convênio celebrado.

#### 10.2.3.3 Cabe à direção da escola e supervisor de estágio – Estágio Remunerado

- Promover na escola, momentos de acolhimento, integração e diálogo entre docentes, estagiários(as) e toda equipe de suporte pedagógico;
- Entregar a documentação dos(as) estagiários(as) solicitada periodicamente pela SEDU/DATP/SERH conforme orientação e dentro dos prazos estabelecidos;
- Manter o arquivo de documentos dos(as) estagiários(as) organizado e disponível para consulta;

- Proceder a avaliação periódica do estagiário(a), conforme orientações encaminhadas pela SEDU;
- Dar conhecimento aos(as) estagiários(as) sobre o PPP e Regimento Escolar e outras informações que se fizerem necessárias, registrados em livro ata;
- Manter um cadastro de dados dos(as) estagiários(as) atualizado bem como um prontuário (físico e digital);
- Informar a Seção de Estágio e Apoio Funcional qualquer ocorrência de má conduta ética, moral e funcional dos estagiários.

#### **10.2.3.4 Cabe à direção da escola e supervisor de estágio – Estágio Obrigatório**

- Ter um livro ata para registros de frequência de estágio obrigatório;
- Informar a Seção de Estágio e Apoio Funcional qualquer ocorrência de má conduta ética, moral e funcional dos estagiários;
- Acompanhar e avaliar as atividades em campo, sendo responsável pela elaboração do relatório de desempenho do estagiário.

#### **10.2.3.5 Cabe aos(às) Docentes – Estágio Remunerado**

- Estar regularmente matriculado(a) e frequente no estabelecimento de ensino nos cursos de licenciaturas em Pedagogia, Letras, Matemática, Educação Física ou Educação Especial;
- Participar das atividades do projeto “Envolver para (Des)Envolver”;
- Ampliar as ações definidas no plano de atividades;
- Cumprir a carga horária e os horários estabelecidos no Termo de Compromisso de Estágio (contrato) de 5h diárias e 25h semanais, de segunda-feira a sexta-feira;
- Comunicar à Equipe Gestora/Supervisor(a) de Estágio qualquer intercorrência no andamento do projeto;
- Participar das ações formativas propostas pela Secretaria da Educação com datas e local definidos;
- Comunicar à Equipe Gestora, com antecedência de 7 dias, o calendário de provas, em documento oficial da Instituição de Ensino Superior.

#### **10.2.3.6 Cabe aos(às) Estagiários(as) – Estágio Obrigatório**

- Comparecer na Secretaria da Educação nos dias estabelecidos para atendimento ao estágio obrigatório (Portaria SEDU/GS nº74 de 09/10/2023) com a documentação necessária para autorização;



- Respeitar as regras da escola.

### 10.2.3.7 Projeto Envolver para (Des)Envolver

Como objetivo específico, pretende-se envolver os(as) professores(as) e estagiários(as) colaborativamente nas situações de ensino.

Poderão se inscrever todas as Instituições de Ensino Superior com os cursos presenciais e a distância com Polo em Sorocaba, de Letras, Pedagogia, Educação Especial, Matemática e Educação Física, devidamente autorizados e reconhecidos pelo MEC, sendo a forma de atuação, conforme segue:

CURSO	ATUAÇÃO
Pedagogia	Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais
Letras e Matemática	Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais
Educação Física	Ensino Fundamental Anos Iniciais
Educação Especial	Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais

### 10.2.3.8 Plano de Atividades do Estágio

O Plano de Atividades do estágio é composto pelas atividades gerais e comuns a todos(as) os(as) estagiários(as), a saber:

- Conhecer o Planejamento do(a) professor(a) e demais profissionais que integram a equipe escolar;
- Auxiliar o trabalho pedagógico do(a) professor(a) e demais profissionais que integram a equipe escolar, bem como das questões do educar e cuidar considerando o afeto no desenvolvimento das atividades do cotidiano escolar, individualmente ou em grupos;
- Participar de projetos e/ou atividades articulados ao Projeto Político Pedagógico da escola;
- Sob orientação do Suporte Pedagógico e dos demais profissionais que integram a equipe escolar, desenvolver ações valendo-se de metodologias variadas e contextualizadas com abordagem interdisciplinar, de modo que atendam às necessidades de aprendizagem dos(as) estudantes da rede municipal de ensino;

- Executar atividades correlatas à educação, orientadas pelo suporte pedagógico e dos(as) professores(as), respeitada a sua condição de educador(a) em formação;
- Participar de reuniões, formações e convocações na instituição educacional e/ou em local a ser estabelecido pela Secretaria da Educação;
- Oferecer suporte pedagógico para estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), sob supervisão do(a) professor(a) e, cooperando, também, nas atividades de vida diárias (AVDs), em todos os espaços escolares.

[Formulários referentes a Seção de Estágio e Apoio Funcional.](#)

### 10.3 Divisão de Educação Básica

A Divisão de Educação Básica composta pelas Seções de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Tecnologia e Estatística Educacional é responsável pela gestão de atendimento às crianças em idade escolar, entre as principais ações:

- Realizar e monitorar os registros da vida escolar, da Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e salas de AEE (atendimento educacional especializado);
- Fazer estudos da projeção do Ensino Fundamental e Educação Infantil para o ano subsequente, verificando as demandas de vagas e a necessidade de ampliações e novas construções;
- Gerenciar e realizar o suporte em relação a vagas nas unidades escolares da rede municipal, conveniadas, gestão compartilhada e particulares;
- Acompanhar e fiscalizar os contratos de transporte escolar para os estudantes regularmente matriculados na rede municipal;
- Cadastrar e monitorar as demandas de transporte escolar, nas modalidades de transporte fretado, passe escolar e passe social (fornecido aos familiares/responsáveis), para os estudantes da rede municipal, registrando as solicitações, bem como as baixas por transferências dos estudantes e analisar casos omissos por meio de comissão formada por membros da Secretaria da Educação;
- Por intermédio de comunicados sobre a Educação Infantil, informar sobre o calendário de inscrições, divulgações, matrículas e solicitações de transferência da Educação Infantil, que estará disponível durante o ano letivo no site <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br>, nas modalidades creches e pré-escola;
- Informar as Unidades Escolares, por meio de comunicados e ofícios, datas importantes, com base na Resolução SEDUC 32 de 02/08/2023, do Estado de São Paulo, que estabelece critérios

e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar- 2024, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo;

- Assistir a administração no que se refere ao funcionamento dos sistemas, SED, GIER, ACTO, EDUCACENSO e PRESENÇA, realizando atividades relacionadas à demanda de vagas, matrículas, transferências, remanejamentos, projeções, aberturas e fechamento de turmas/classes e escolas;
- Por meio dos registros nos sistemas, fomentar dados para programas federais tais como: Censo Escolar - Educacenso e Auxílio-Brasil, propulsores de recursos financeiros a serem aplicados em políticas públicas na educação do município, garantindo assim, uma educação de qualidade para todos.

**Contatos:** [deb@sorocaba.sp.gov.br](mailto:deb@sorocaba.sp.gov.br)

[creche@sorocaba.sp.gov.br](mailto:creche@sorocaba.sp.gov.br)

[stee@sorocaba.sp.gov.br](mailto:stee@sorocaba.sp.gov.br)

[transporteescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:transporteescolar@sorocaba.sp.gov.br)

**Telefones:** 3228-9512/3228-9513/3228-9516/3228-9517.

#### **10.4 Divisão de Educação Especial**

A Rede Municipal de Ensino de Sorocaba atende aos princípios descritos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual tem por objetivo assegurar a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público da Educação Especial conforme definidos no estatuto da pessoa com deficiência, [Lei nº 13.146 de 15 de julho de 2015](#).

Nesse sentido, objetivando acompanhar, promover e implantar políticas públicas educacionais que garantam e fomentem a educação na perspectiva inclusiva em nosso município, foi instituída a Divisão de Educação Especial (DEE), composta pela Seção de Apoio à Educação Especial e pela Seção de Apoio Multidisciplinar para efetivação da garantia dos direitos de aprendizagem de todas/os as/os crianças/estudantes.

##### **10.4.1 Seção de Apoio à Educação Especial**

A Seção atua na organização, controle do quantitativo, orientação e monitoramento das atividades realizadas pelos profissionais de apoio (profissional de apoio escolar, enfermeiro, técnico de enfermagem, intérprete de Libras, estagiário).

A Lei nº 13.146/15 em seu Art. 28, incisos XI e XVII, institui que:

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; XVII - oferta de profissionais de apoio escolar.”(L13.146 Art.28)

Assim, com o intuito de garantir o direito ao acesso, permanência, plena participação e à aprendizagem de Estudantes Elegíveis aos Serviços da Educação Especial, a Rede Municipal de Ensino de Sorocaba oferta, sempre que observada ou apontada a necessidade do profissional de apoio.

Gestão do quantitativo de profissionais de apoio para o atendimento nas unidades escolares.

Análise das solicitações das unidades escolares quanto ao profissional a ser disponibilizado para o atendimento, havendo a necessidade.

A Seção de Apoio à Educação Especial também é responsável pelo controle das vagas das entidades conveniadas da Educação Especial, análise, autorização, e fechamento mensal do quantitativo de estudantes matriculados.

Atualmente são sete entidades conveniadas com a Prefeitura Municipal de Sorocaba, instituições para atendimento educacional aos Estudantes Elegíveis aos Serviços da Educação Especial (deficiência física, sensorial, intelectual e múltipla, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação), tendo em vista a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva.

São elas:

AMAS - Associação amigos dos Autistas de Sorocaba;

APAE - Associação de pais e amigos dos excepcionais de Sorocaba;

INTEGRAR - Instituição Terapêutica de grupos de habilitação e reabilitação;

MARIA CLARO - Instituto Maria Claro;

FUNDAÇÃO MELANIE KLEIN;

PRÓ EX - Associação Educacional Pró Ex de Sorocaba;

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SANTA RITA DE CÁSSIA

#### **10.4.1.1 Profissional de Apoio Escolar**

São profissionais que subsidiam a realização de ações de locomoção, higiene, alimentação, comunicação e registros (se necessário), conforme termo de referência, prestando auxílio individualizado, ou a pequenos grupos, que apresentam limitações funcionais (severa/grave) de ordem física ou intelectual de caráter temporário ou permanente.

O encaminhamento desses profissionais ocorre considerando as especificidades apresentadas pelo estudante e relacionadas à sua condição de funcionalidade no ambiente escolar, e não apenas pela condição de deficiência. Após efetuada a solicitação do profissional de apoio, ocorre uma análise conjunta do caso pela instituição educacional, a Equipe Multidisciplinar e a Seção de Apoio à Educação Especial, a fim de se verificar a real necessidade de apoio e o profissional mais indicado para cada caso.

#### **10.4.1.2 Enfermeiro**

O Enfermeiro é responsável principalmente por planejar, organizar e avaliar os serviços da assistência de enfermagem (técnicos em enfermagem).

Faz a triagem no atendimento dos estudantes orientando a equipe de técnicos em enfermagem sobre o melhor procedimento a ser feito.

#### **10.4.1.3 Técnicos de Enfermagem**

O técnico em enfermagem é responsável pela atuação em funções básicas de manutenção e prevenção da saúde.

É um profissional fundamental na área da saúde, pois ele atua em contato direto com os estudantes em momentos de atendimento.

#### **10.4.1.4 Intérprete de Libras**

O intérprete de Libras é o profissional responsável por ajudar na comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e ouvintes por meio da Língua Brasileira de Sinais e a Língua oral corrente (Português Brasileiro).

O intérprete de Libras pode ser encaminhado para o apoio aos estudantes com Surdez ou Deficiência Auditiva, que se utilizam da Língua Brasileira de Sinais. O estudante deve ter, pelo menos, nível intermediário de conhecimento da língua. O acompanhamento pode ser realizado em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com o objetivo de viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à aprendizagem.

#### **10.4.1.5 Profissional de Apoio Escolar com Libras**

Exerce as mesmas atividades do profissional de apoio escolar, incluindo comunicação em libras.

#### **10.4.1.6 Estagiário**

Entendendo a necessidade de conferir maior suporte pedagógico para alguns estudantes com deficiência, para além de proporcionar a flexibilização curricular, quando necessário, a rede municipal de



ensino disponibiliza um estagiário de pedagogia e/ou outra(s) licenciatura(s), atuando sob a tutela do professor regente da turma, a fim de potencializar os avanços na aprendizagem dos Estudantes Elegíveis aos Serviços da Educação Especial, na sala comum.

#### **10.4.2 Seção de Apoio Multidisciplinar**

Essa seção organiza e acompanha os trabalhos desenvolvidos pela Equipe Multidisciplinar e pelos professores(as) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), bem como o trabalho de apoio pedagógico realizado na Classe Hospitalar (CH) no Hospital GPACI.

##### **10.4.2.1 Equipe Multidisciplinar**

A Equipe Multidisciplinar, lotada na Seção de Apoio Multidisciplinar, é composta por Assistentes Sociais, Fonoaudiólogos, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais e Pedagogos, com atuação no trabalho educacional formativo, preventivo e interventivo, junto às Instituições Educacionais, atendendo as demandas escolares/educacionais, em articulação com as demais divisões da Secretaria da Educação, a comunidade escolar e as demais redes de apoio. Esses profissionais estão organizados em três territórios, sendo que cada território desenvolve ações em um conjunto de unidades escolares, conforme descrito posteriormente.

A Equipe Multidisciplinar tem foco educacional, que contribui para a valorização e o respeito à diversidade humana, o aprendizado com significado, o princípio de equidade, o respeito pelas necessidades individuais e coletivas, o desenvolvimento das habilidades cognitivo-linguísticas, psicossociais e culturais.

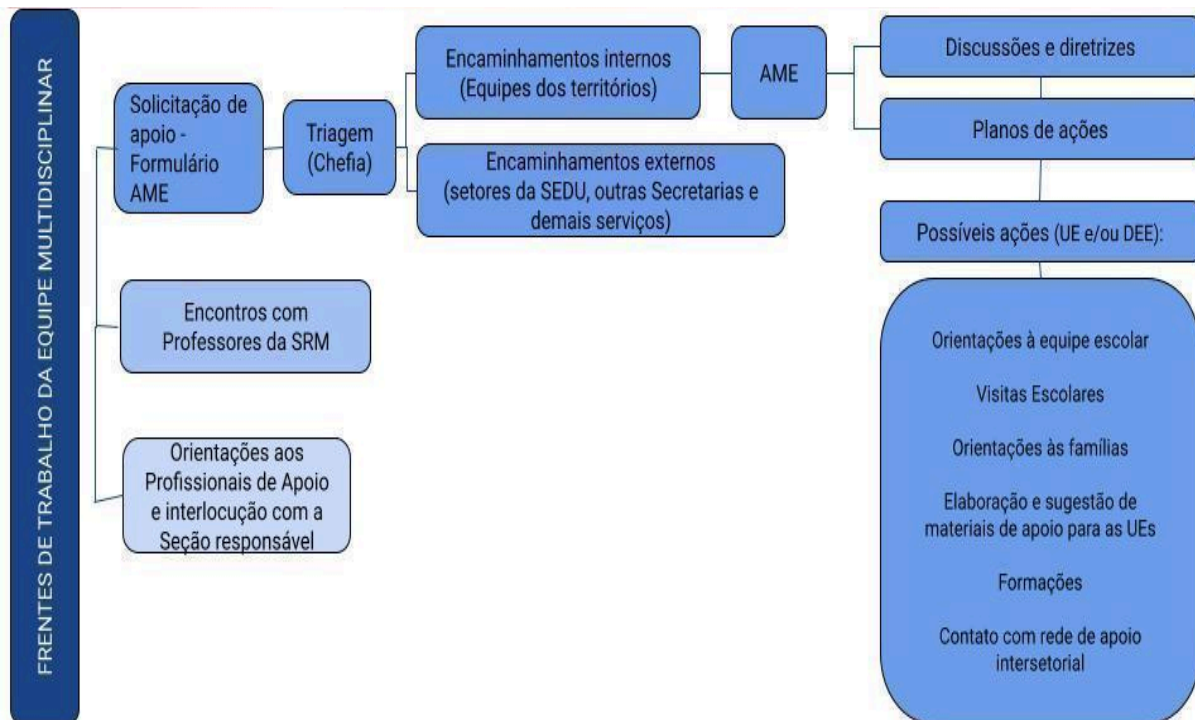
A atuação da equipe multidisciplinar está alinhada ao movimento de ressignificação cultural histórico educacional que, comumente, atribuía a resolução de problemas escolares persistentes à intervenção clínica, tradicionalmente centrada em condições orgânicas, individualizantes e medicalizantes dos estudantes, mas que, no momento, vem ampliando o olhar sobre a quebra de barreiras, em todas as suas formas, visando promover acessibilidade, permanência, participação efetiva e sucesso na educação/aprendizagem dos(as) estudantes, principalmente daqueles com deficiência.

Nessa perspectiva, o trabalho realizado pela equipe multidisciplinar terá como enfoque o apoio às unidades escolares mediante o acolhimento das demandas, análise da situação institucional, proposição, implementação e monitoramento de ações em conjunto com os profissionais da educação e as famílias/responsáveis pelos(as) estudantes elegíveis ao Atendimento Educacional Especializado - AEE e/ou atendidos pelos profissionais de apoio.

Quando identificada a necessidade de apoio da equipe multidisciplinar para demandas relacionadas ao contexto escolar, a escola deverá preencher o Formulário AME - Atendimento Multidisciplinar

Educacional, no link <https://forms.gle/oKxAzbuErD3uD2dt9> , o qual pretende esclarecer e estruturar informações importantes que viabilizem as ações subsequentes.

O link para o formulário AME será aberto no dia 15 de fevereiro de 2024, quinta-feira, e permanecerá acessível para preenchimento até o dia 08 de novembro de 2024, quinta-feira, às 17h, de modo que as equipes de cada território possam organizar em suas agendas as ações a serem adotadas, após cada reunião AME realizada.



O fluxograma acima apresenta as frentes de trabalho da Equipe Multidisciplinar.

Os links a seguir demonstram a organização das instituições educacionais por territórios, para atendimento da Equipe Multidisciplinar:

- [Unidades que compõe o território Norte para Atendimento da Equipe Multidisciplinar](#)
- [Unidades que compõe o território Oeste para Atendimento da Equipe Multidisciplinar](#)
- [Unidades que compõe o território Leste para Atendimento da Equipe Multidisciplinar](#)
- [Plano de trabalho da Equipe Multidisciplinar](#)

#### 10.4.2.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Aos estudantes elegíveis aos serviços da educação especial no município, conforme definido nos marcos normativos, é ofertado em turno oposto ao do ensino regular, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar, o qual objetiva:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades

específicas. O AEE complementa ou suplementa a formação do estudante, visando sua autonomia na escola e fora dela [...] (SEESP/MEC,2006)

No sistema de ensino da rede municipal de Sorocaba, o AEE é disponibilizado, em quase sua totalidade, em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) instaladas em unidades escolares desta rede. E, a fim de atender estudantes da creche e do ensino em tempo integral, passará a ser ofertado *in loco*, a partir de 2024. As SRM são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para a oferta do AEE.

O atendimento nas salas de recursos multifuncionais é ministrado por professores(as) integrantes do quadro efetivo do magistério público municipal, com formação complementar em Educação Especial/Inclusiva e ocorre prioritariamente para os estudantes que fazem parte do Público Elegível aos Serviços da Educação Especial. O(a) Professor(a) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é responsável por identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, em articulação com o(a) Orientador(a) Pedagógico, o(a) professor(a) da sala comum, o(a) professor(a) de Educação Física e a Divisão de Educação Especial, garantindo a participação dos(as) estudantes em contexto escolar.

O ingresso do(a) estudante elegível aos serviços da Educação Especial na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) poderá ocorrer em qualquer período do ano letivo, bastando à equipe gestora o encaminhamento das famílias/responsáveis para uma das SRM em que haja vaga para a matrícula/atendimento. Ressalte-se que, no caso do AEE, o(a) estudante poderá ser atendido em qualquer uma das SRM em que haja vaga disponível, não sendo obrigatória a matrícula/atendimento na mesma unidade em que estuda, caso a mesma conte com uma SRM.

Cabe ao(à) Orientador(a) Pedagógico articular junto aos(às) professores(as) do AEE, da sala de aula comum, de Educação Física e demais professores(as) de disciplinas do Ensino Fundamental Anos Finais, assim como os demais profissionais no atendimento ao estudante elegível aos serviços da educação especial, o preenchimento do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) - modelo da rede municipal de ensino – e o acompanhamento das ações propostas nele, bem como realizar sua atualização com frequência, em parceria com os profissionais já mencionados.

As atribuições do(a) professor(a) do Atendimento Educacional Especializado estão descritas na [Instrução Normativa SEDU/GS nº 12/2023](#).

#### [Unidades Escolares com Salas de Recursos Multifuncionais - AEE 2024](#)

##### **10.4.2.3 Classe Hospitalar**

O trabalho desenvolvido pelos(as) professores(as) que compõem a equipe da Classe Hospitalar é destinado aos estudantes que se encontram impossibilitados de frequentar as aulas no ambiente escolar,

em razão de tratamento de saúde e que implique em internação hospitalar ou atendimento ambulatorial no Hospital GPACI.

O atendimento dos(as) estudantes hospitalizados ou em tratamento de saúde é realizado na Classe Hospitalar, que oferta Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, e acontece no Espaço Família, no Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil (GPACI).

A [Instrução Normativa SEDU/GS nº 13/2023](#) disciplina o formato dos atendimentos realizados nesse espaço.

## 10.5 Divisão de Gestão e Controle de Convênios

### 10.5.1 Seção de Gestão do Fundo Rotativo e do PDDE

#### 10.5.1.1 Fundo Rotativo da Escola

O Fundo Rotativo da Escola – FRE foi instituído pela Lei Municipal nº 12.277/2021, regulamentado pelo Decreto Nº 27.407/2022 e compreende a realização de Termos de Colaboração, construídos e celebrados em consonância com a Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto nº 27.407/2022 e Instrução nº 01/2020, atualizada pela Resolução n.º 11/2021, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O FRE tem a finalidade de prestar assistência financeira às Associações de Pais e Mestres - **APMs** com o objetivo de promover a ampliação da gestão financeira descentralizada das unidades escolares municipais, para a execução de intervenções prediais, serviços de manutenção, reparos e conservação do prédio escolar, bem como aquisição de materiais de consumo e materiais permanentes nas unidades escolares a elas vinculadas.

Para maiores informações e orientações consultar o Manual Técnico Operacional do Fundo Rotativo da Escola - FRE [disponível no site](#).

## 10.6 Divisão de Obras, Manutenção Escolar e Apoio Logístico

A Divisão de Obras, Manutenção Escolar e Apoio Logístico tem por finalidade: Planejar, coordenar, acompanhar, controlar e orientar as atividades que envolvem as Seções da Divisão.

Tem como objetivo contribuir para a garantia do direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade a qual se insere, de frequentar uma escola bonita, higienizada, com acessibilidade, equipamentos e infraestrutura adequada.

### Contatos:

E-mail: [dalo@sorocaba.sp.gov.br](mailto:dalo@sorocaba.sp.gov.br) / [limpezaescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:limpezaescolar@sorocaba.sp.gov.br)

Telefone: (15) 3228-9506 / 3228-9511

## 10.6.1 Seção de Apoio Administrativo a Equipamentos e Materiais Escolares

### 10.6.1.1 Solicitação de Materiais

A Secretaria da Educação, por meio da Divisão de Compras e Contratos/Seção de Apoio Administrativo a Equipamentos e Materiais Escolares orienta que as requisições de materiais de consumo, escritório e mobiliários sejam encaminhadas no e-mail: [saemat@sorocaba.sp.gov.br](mailto:saemat@sorocaba.sp.gov.br) entre os dias um (01) a dez (10) de cada mês.

Com a finalidade de facilitar os processos desenvolvidos pela Seção, os itens e as quantidades poderão ser listados no corpo do e-mail.

Informamos que todos os e-mails serão respondidos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, onde os materiais de consumo disponibilizados poderão ser retirados na data pré-estabelecida, no Almojarifado do CRE/SEDU, sito na Alameda Itanhaém, 281 - Jd. Saira.

Os materiais de escritório e mobiliários disponibilizados serão entregues na instituição educacional.

### 10.6.1.2 Transferência de Materiais Permanentes

A transferência de materiais permanentes será realizada mediante o envio do Termo de Transferência de Materiais preenchido com os dados da instituição educacional de Origem, instituição educacional de Destino e a descrição dos materiais a serem transportados.

Este documento físico deverá acompanhar os materiais durante o transporte.

Assim que a unidade destino receber os materiais, o responsável da unidade deverá realizar a conferência e assinar o Termo.

O Termo de Transferência de Materiais retornará a esta Seção com ambas assinaturas, onde será encaminhado para realização da baixa patrimonial.

Após a finalização das etapas anteriores, o Termo de Transferência de Materiais será encaminhado para o e-mail de ambas unidades escolares para conhecimento.

#### Contatos:

E-mail: [saemat@sorocaba.sp.gov.br](mailto:saemat@sorocaba.sp.gov.br)

Telefone: (15) 3228-9535

## 10.6.2 Seção de Apoio Administrativo e Operacional

A Seção de Apoio Administrativo e Operacional tem por finalidade:

- A responsabilidade de transmitir por e-mail e arquivar as informações, comunicados, orientações e demais documentos técnicos, de caráter normativo interno da Secretaria Municipal da Educação, para as unidades escolares públicas, compartilhadas, conveniadas e rede particular;



- Responsável pelo Protocolo.

**Contatos:**

E-mail: [protocolosedu@sorocaba.sp.gov.br](mailto:protocolosedu@sorocaba.sp.gov.br)

Telefone: (15) 3228-9504

### 10.6.3 Seção de Apoio à Próprios Escolares

#### 10.6.3.1 Programa Escola Linda de Verdade

- Realizar a manutenção contínua e preventiva das instituições educacionais;
- Serviços de hidráulica, elétrica, civil, vidraçaria e pintura;
- Serviço de roçagem e poda de árvores;
- Limpeza de reservatórios de água;
- Revitalização de reservatórios de água;
- Desinsetização, desratização e descupinização;
- Controle e manejo de pombos;
- Aquisição de filtro central;
- Visita técnica para estudos de ampliação, reforma, vistoria de estrutura do prédio e garantia de obras.

**Contatos:**

E-mail: [escolasmanutencao@sorocaba.sp.gov.br](mailto:escolasmanutencao@sorocaba.sp.gov.br)

Telefone: (15) 3228-9511 ou (15) 99667-3745(número institucional).

### 10.6.4 Seção de Logística e Suporte às Tecnologias Educacionais

A Seção de Logística e Suporte às Tecnologias Educacionais tem por finalidade:

- Receber, controlar, distribuir equipamentos de tecnologia educacional e informática entre unidades escolares;
- Acompanhar as solicitações relacionadas a impressoras/toner;
- Acompanhar as solicitações de manutenção nas redes de internet e telefonia;
- Acompanhar as solicitações de retirada de equipamentos de informática e de tecnologia educacional considerados como inservíveis;
- Acompanhar e auxiliar as solicitações de suporte técnico em relação ao uso de equipamentos de informática;

- Atualizar os grupos de e-mail e criação de novos usuários.

**Contatos:**

E-mail: [edutec@sorocaba.sp.gov.br](mailto:edutec@sorocaba.sp.gov.br)

Telefone: (15) 3228-9525

[Suporte EDUTEC \(google.com\)](https://www.google.com)

## 11. Orientações sobre Programas e Projetos

### 11.1 Programa EDUTEC – Tecnologias Educacionais

Considera-se a tecnologia e a informática parte integrante do cotidiano e das vivências sociais, pois estão presentes na maneira como se dá o acesso ao conhecimento, busca e troca de informações e na comunicação com outras pessoas. Nesse contexto, é fundamental que os conceitos, mecanismos e implicações destas áreas sejam disseminados amplamente de forma que possam fomentar a atuação crítica enquanto cidadãos do século XXI.

O campo das tecnologias contempla as habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular, onde de forma mais sensível encontramos estes eixos, nas dimensões 4 e 5 na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), referências da relevância do projeto.

- **Competência 4:** Comunicação:

Utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como Libras e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo (BRASIL, 2017, p. 9).

- **Competência 5:** Cultura digital:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017, p. 9).

No Plano Municipal da Educação (2015), ratifica-se a importância do acesso à tecnologias digitais como uma das metas a serem cumpridas na educação básica ao propor: “Utilizar, nas diferentes etapas de ensino da educação básica, as tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas como recursos pedagógicos” (2015, p.37).

O Marco Referencial da Rede de Ensino Municipal de Sorocaba, apresenta-nos que:

[...] a necessidade de repensar os espaços de aprendizagens, estratégias de ensino e o uso das tecnologias digitais, faz-se importante para que se tenha como premissa a mudança da prática escolar, proporcionando recursos necessários para que isso se efetive [...] A utilização das tecnologias educacionais nos processos de ensino e de aprendizagem pode promover a capacitação dos profissionais da educação e apoiar o gerenciamento dos recursos tecnológicos necessários para o alcance desses objetivos (2017, p. 49).

Ao iniciar qualquer ação envolvendo tecnologia educacional, é importante sempre ter em mente o conceito de tecnologia, que, apesar de amplo e complexo, pode ser simplificado à ideia do estudo da técnica, do estudo da própria atividade do modificar, do transformar, do agir.

A partir disso, entende-se que a tecnologia não está apenas relacionada a grandes invenções digitais, internet das coisas (IOT), realidade virtual ou qualquer outro conceito atual que perpassa nosso cotidiano, mas em sua essência, a ação do ser humano sobre a sua realidade, utilizando diferentes ferramentas e metodologias. Logo é parte inerente do processo didático-pedagógico, visto como uma ação essencialmente humana.

As ações de tecnologia educacional, além de serem indispensáveis na composição do Projeto Político Pedagógico, devem também estar relacionadas com as propostas do Programa Edutec, como veremos a seguir.

O **Programa EDUTEC - Educação, Tecnologia e Comunicação**, presente no Caderno de Programas e Projetos 2021 - 2024, tem em suas bases as concepções e princípios pedagógicos que orientam o Marco Referencial assim como os demais princípios que orientam os programas da Rede Municipal: as pedagogias participativas; o desemparedamento, a educação antirracista e a educação inclusiva.

O programa de modernização tecnológica das ações pedagógicas e administrativas da Rede Municipal de Educação de forma humanizada com foco na Inovação, Ciência e Tecnologia, que tem os seguintes objetivos:

- Desenvolver projetos de formação continuada para profissionais da educação nos eixos: Cultura Digital, Tecnologia Digital, Pensamento Computacional, Educomunicação, Ciência e Inovação;
- Desenvolver espaços, para além das instituições de ensino, para o desenvolvimento da educação digital e tecnológica com olhar humanizado e voltado para a concepção de infância e juventudes propostas nos documentos orientadores da Rede Municipal de Sorocaba;
- Estimular ações descentralizadas para o fomento e difusão de pesquisas e projetos sobre Educação, Tecnologia, Comunicação e Inovação no município de Sorocaba;
- Desenvolver Políticas Públicas para a área de Educação, Tecnologia, Comunicação e Inovação;
- Informatizar processos administrativos e pedagógicos da Secretaria da Educação;

- Ampliar o acesso à internet nas instituições de ensino;
- Garantir acesso a equipamentos digitais: laptops, dispositivos móveis, lousas interativas entre outros para estudantes e educadores;
- Promover ações de Inclusão Digital para estudantes sem acesso à internet e a equipamentos digitais.

**O Programa se constitui nos eixos:**

#### Eixos Programa EDUTECH

##### **11.1.1 Projetos e Ações EDUTECH**

1. **Google for Education** - Utilização das ferramentas Google pela Secretaria da Educação nas Unidades Escolares e no Centro de Referência para o desenvolvimento de ações e projetos, a ação envolve assessoria às equipes para uso da ferramentas, formações continuadas em horário de trabalho pedagógico, disponibilização e gestão de contas de e-mail para estudantes, professores(as) e demais profissionais da rede pública municipal.
2. **Projeto Conectividade** - Expansão da conectividade banda larga nas instituições de ensino do município de Sorocaba em ação conjunta entre Secretaria da Educação de Sorocaba e equipe de Tecnologia de Informação da Prefeitura Municipal de Sorocaba, o projeto tem como objetivo garantir conectividade em todas as salas de aula e ponto de rede wi-fi nas unidades escolares da Rede Municipal.
3. **Telas Interativas: Tablet Educacional, Chromebooks e Lousa Digital** - Ação de manutenção, gerenciamento, formação continuada de utilização dos equipamentos para potencialização da prática pedagógica nas unidades escolares e suporte para uso administrativo.
4. **Projeto Espaço Maker** - Criação de espaços e estrutura de apoio pedagógico nas instituições de ensino com o objetivo de estimular a criação de soluções, ferramentas, tecnologias digitais e/ou analógicas, permitindo a exploração da curiosidade e do desenvolvimento do pensamento científico em escolas de Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais. Em 2023, foram finalizadas 29 salas em escolas que foram beneficiadas pelo FRE (Fundo Rotativo da Escola) e incluíram a criação do espaço em seu plano de trabalho.
5. **Projeto Robótica Móvel** - Projeto em parceria com o Parque Tecnológico de Sorocaba, em que um laboratório de robótica móvel (estruturado em um ônibus), proporciona atividades durante 1 mês em escolas de Ensino Fundamental. Em 2023, foram beneficiados quase 180 estudantes. Para 2023, a proposta é ampliar ainda mais esse atendimento, além de incluir estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental.

6. **Projeto Conect@** - Ressignificação dos prédios públicos outrora conhecido como “Sabe-tudo”, com foco nas áreas de: Cultura Digital, Tecnologia Digital e Pensamento Computacional para estudantes da rede pública. O projeto está em processo de aquisição de serviço, mobiliário e manutenção.

### 11.2 Projeto “Eu Pratico” - Esporte Educacional Escolar

O Projeto “Eu pratico” - Esporte Educacional Escolar nasce com o propósito de cumprir as legislações brasileiras vigentes referentes à destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e apoio às práticas desportivas não formais praticadas nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação. O movimento engendrado é de ultrapassar limitadores, tais como a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

Conforme dispõe a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 217, que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988). Não obstante, em seu inciso II, determina “a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional” (Op. Cit.). No Brasil, por lei, o esporte é estruturado em três dimensões, são elas: o desporto educacional, desporto de participação e desporto de rendimento, que de acordo com a Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000 que em seu Capítulo III, artigo 3º, inciso I reconhece o desporto educacional como aquele:

[...] praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (Op. Cit.).

A Lei de Diretrizes e Base de 1996, em seu artigo 27 prevê que: “Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais” (BRASIL, 1996).

No capítulo IV, art. 59 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “Os Municípios com o apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas à infância e juventude” (BRASIL, 1990) .

Observa-se também a valorização pela UNESCO (2004):

[...] da importância da prática do esporte no desenvolvimento dos povos, na convicção de que o esporte e a educação física podem contribuir positivamente nas problemáticas de saúde e bem-estar, na diminuição da desigualdade, no resgate de valores e de princípios, entre outras questões (BRASIL, 2004, s/p).



A Declaração da IV Conferência Internacional de Ministros, Altos Funcionários e Responsáveis pela Educação Física e Esportes realizada em Atenas, em 2004, apresenta questões prioritárias e recomenda aos governos que sejam essas implementadas nos países para favorecer o desenvolvimento social por meio de políticas de prática esportiva.

Outro aspecto importante, trazido pelo Marco Referencial da Rede Municipal de Sorocaba (2016), está relacionado com

[...] as singularidades dos sujeitos da Educação Básica, que já se constituem cidadãos e cidadãs de direitos e ativos cultural e socialmente, produtores de cultura, ciência, esporte e arte, que compartilham saberes ao longo do seu processo de desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e sócio afetivo (SOROCABA, 2016).

Nas atividades físicas educativas, dentro dessas três áreas de atuação pedagógica, Freire (1998, apud ROSSETTO JR., 2007, p. 16-18) apresenta a Metodologia Triangular do Esporte Educacional, que traz três princípios:

- **Ensinar esporte para todos:** independente da habilidade técnica, potencialidades e limitações, o fundamental é a inclusão e participação de todos.
- **Ensinar bem esporte para todos:** para além da compreensão da técnica e tática, mediar o conhecimento sobre o esporte, de maneira que todos o aprendam e possam, por meio dele, refletir sobre a prática e a aprendizagem.
- **Ensinar mais do que esporte para todos:** ensinar o esporte de forma que crianças e adolescentes se apropriem de conhecimentos referentes à cultura, à saúde, à cidadania, à comunidade e ao desenvolvimento do protagonismo.

Isto posto, a execução desse projeto trará oportunidade aos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba de conhecer e de praticar diferentes modalidades esportivas de forma específica e orientada. Com isso, tem-se o objetivo cumprir as legislações vigentes e ampliar o repertório de atividades esportivas educacionais, visando uma educação inclusiva e o desenvolvimento integral da criança e do adolescente nas dimensões cognitivas, socioafetivas e psicomotoras.

Assim, o projeto traz como objetivos específicos:

- Ampliar a agenda esportiva para os estudantes matriculados no Ensino Fundamental Anos Iniciais (3º ao 5º ano) e Finais (6º ao 9º ano);
- Ofertar prática esportiva educacional nas Instituições Educacionais no contra turno escolar;
- Ofertar práticas da cultura corporal do movimento humano;
- Fomentar o desporto educacional na Rede municipal de Ensino de Sorocaba;
- Conscientizar as crianças e os adolescentes sobre a importância da prática esportiva como atividade relevante para o bem estar individual e coletivo;

- Estimular a educação cidadã por meio da prática saudável do esporte educacional.

### 11.2.1 Público Atendido

Estudantes do Ensino Fundamental Anos Iniciais (3º, 4º e 5º) e Finais (6º, 7º, 8º e 9º ano).

### 11.2.2 Desenvolvimento

O projeto, desenvolvido nas Escolas Municipais que fizer adesão e que atender ao Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, contemplarão os estudantes devidamente matriculados nas instituições educacionais. O período de realização será das 11h30 às 12h20 (1h/aula) e 12h20 às 13h10 (1h/aula) nos anos iniciais e, das 12h20 às 13h10 (1h/aula) nos anos finais.

A adesão das escolas se dá por meio da apresentação de projetos, em diferentes modalidades esportivas. O projeto deverá ser apresentado pelos professores(as) de Educação Física efetivos na instituição educacional, validado pelo(a) diretor(a) de escola e encaminhado à Secretaria da Educação, especificamente ao(a) coordenador(a) técnico do projeto, para conhecimento e acompanhamento do desenvolvimento das ações.

As aulas do projeto são atribuídas como carga suplementar aos(as) professores(as) de Educação Física efetivos da rede municipal de ensino.

Os recursos materiais serão adquiridos por meio de licitação e/ou pelo Fundo Rotativo da Escola (FRE). Estão previstas também, por meio do FRE, a locação de transporte para participação dos(as) estudantes nos eventos esportivos.

As ações formativas sobre o projeto seguirão o cronograma de formação em rede aos professores(as) de Educação Física sendo abordados, dentre outros, os temas: pedagogia do esporte, esporte educacional e práticas da cultura corporal.

As modalidades serão definidas e divididas conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), no eixo temático esportes nas seguintes categorias: Esportes de Marca; Esportes de Precisão; Esportes Técnico-Combinatório; Esportes de rede/quadra dividida ou parede de rebote; Esportes de campo e taco; Esportes de invasão ou territorial; Esportes de combate e demais práticas da cultura corporal do movimento humano.

### 11.3 Projeto Oficinas de Aprendizagem – Recuperação Paralela

As aulas do Projeto serão oferecidas para os(as) estudantes do Ensino Fundamental Anos Iniciais (4º e 5º ano) e Finais (6º ao 9º ano) da rede municipal, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, com foco no processo de alfabetização, linguagem (leitura, interpretação e escrita de textos) e Matemática, no desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático.

Os(as) estudantes de 4º e 5º ano serão priorizados na participação do Projeto das Oficinas de Aprendizagem a partir dos resultados das avaliações diagnósticas presenciais que apresentam desempenho insatisfatório em:

- a. Nos níveis de escrita pré-silábico ao alfabético - que escrevem apenas lista de palavras com sílabas canônicas - e/ou
- b. Na interpretação e produção de textos e/ou
- c. Que se encontram em processo de alfabetização matemática (não compreendem o sistema de numeração decimal e não resolvem situações-problema);

Os(as) estudantes do 6º ao 9º ano que apresentam desempenho insatisfatório na interpretação e produção de textos e no desenvolvimento das habilidades relacionadas ao raciocínio lógico-matemático.

A equipe pedagógica deve observar cuidadosamente o número de estudantes indicados para as Oficinas de Aprendizagem considerando que, quando esse for superior a 10% do total de estudantes da escola, pode ser um indicador que revela a necessidade de se rever ou aprimorar os caminhos e práticas que compõem a proposta pedagógica da escola.

[...] grande parte do mau desempenho dos alunos, agravado pelos problemas da reprovação e da preparação insatisfatória, prévia e em serviço, dos professores, é devido à insuficiência de diálogos e metodologia de trabalhos diversificados na sala de aula, que permitam a expressão de níveis diferenciados de compreensão, de conhecimentos e de valores (Parecer CNE/CEB Nº04/98).

Ao considerar que as Oficinas de Aprendizagem apresentam-se como um período em que a escola proporciona oportunidades a mais (e não as mesmas), de aprendizagem aos estudantes, é fundamental que ocorra acompanhamento por parte da equipe pedagógica (professores(as) da turma, professor(a) do projeto e suporte pedagógico), para que, constatados avanços do(a) estudante, reavalie-se a necessidade do mesmo permanecer ou redefinam-se as intervenções pedagógicas para otimização das aprendizagens. Os(as) estudantes só serão atendidos com a anuência dos familiares/responsáveis (termo de autorização), e desde que atendam aos critérios previstos no projeto.

As aulas acontecerão com até 15 (quinze) estudantes que serão atendidos 4 h/a semanais, divididos em 2 h/a na semana para cada componente curricular (Língua Portuguesa e Matemática).

O(a) professor(a) que atuará no projeto deverá participar de reuniões de formação, em local determinado pela Secretaria da Educação com professor(a) responsável pelo Projeto Oficinas de Aprendizagem da Secretaria Municipal da Educação sempre que convocado.

Para atendimento das especificidades de aprendizagem dos(as) estudantes do Projeto, as Oficinas de Aprendizagem deverão ser subdivididas em Oficinas de Língua Portuguesa e Oficinas de Matemática.

As ações planejadas para as Oficinas de Aprendizagem devem oportunizar aos estudantes e aos seus familiares/responsáveis a conquista da autoestima e da autoconfiança relacionadas ao processo de aprendizagem.

### **11.3.1 Cabe aos(às) Professores(as)**

- I. Apoiar a Orientação Pedagógica na constituição das turmas;
- II. Analisar as Atas de Conselho de Classe Ano/Série/Termo de 2023 para identificação das dificuldades de aprendizagem;
- III. Elaborar o Plano de Trabalho das Oficinas de Aprendizagem para a instituição educacional, em conjunto com os demais professores(as) e acompanhamento do(a) Orientador(a) Pedagógico;
- IV. Dialogar com os(as) professores(as) sobre as percepções da semana de diagnóstico/sondagem;
- V. Priorizar as demandas específicas de aprendizagem dos(as) estudantes na Leitura, Escrita e na Matemática;
- VI. Organizar os registros de Recuperação referentes: à frequência dos(as) estudantes e ao acompanhamento/monitoramento da aprendizagem, junto ao Orientador(a) Pedagógico(a).

### **11.3.2 Plano de Trabalho**

- a) Considerar enquanto princípio norteador, para a construção do Plano de Trabalho das Oficinas de Aprendizagem, o disposto na LDB no Art. 3º: O ensino fundamental obrigatório terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- b) Os Eixos/Aspectos do desenvolvimento e aprendizagem a serem utilizados nas Oficinas de Aprendizagem, tanto para o planejamento do(a) professor(a), quanto para avaliação (contínua e formativa) do(a) estudante devem objetivar o resgate do desenvolvimento/aquisição de habilidades fundamentais e estruturantes das aprendizagens;
- c) As atividades planejadas, propostas e desenvolvidas pela equipe de professores(as) nas Oficinas de Aprendizagem, precisam ter como premissa a necessidade de se desenvolver os conteúdos por meio de diferentes estratégias, para que o fazer pedagógico se apresente por meio de outros caminhos didáticos, viabilizando as possibilidades de desenvolvimento de cada estudante. Portanto, é fundamental que a equipe pedagógica use de criatividade, de conhecimentos e de posturas interventivas que atendam e atinjam os estudantes a partir das suas potencialidades;

- d) Orienta-se que as equipes pedagógicas realizem, assim que as turmas das Oficinas de Aprendizagem estejam organizadas, uma reunião com os pais dos estudantes envolvidos, com o propósito de esclarecer sobre a importância da participação e presença dos(as) respectivos(as) estudantes nas aulas do projeto.

### 11.3.3 Acompanhamento dos Resultados

- A avaliação deve ser vista como acompanhamento investigativo da aprendizagem, portanto, contínua e formativa, com base em critérios que viabilizem, sobretudo, melhorar o desempenho do estudante, servindo de instrumento de reflexão e aprimoramento para o trabalho do(a) professor(a) e não somente examinar o quanto o(a) estudante sabe, em função da produção de um resultado.
- A presença e ausência dos estudantes deverão ser registradas no diário de classe e planilha pré estabelecida pela Secretaria da Educação, bem como os conteúdos desenvolvidos em cada dia de aula da Oficina de Aprendizagem.



## 12. Referências

- AÇÃO EDUCATIVA et al. (Coord.). **Indicadores de qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2013. 4.ed.
- BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Tradução João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n19/n19a03.pdf>> Acesso em: 05 jan, 2024.
- BOURDIEU, P. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura**. In: Nogueira, M. A. & CATANI, M. (orgs). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981,text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional.Lei%2C%20com%20a%20fundamento%20no%20art.></a>>. Acesso em: 05 jan, 2024.</p><p>_____. <b>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988</b>. Brasília, 5 out. 1988. [Versão atualizada até a emenda n. 103, de 12 nov. 2019]. Disponível em: <<a href=)>. Acesso em: 05 jan, 2024.
- \_\_\_\_\_. **Lei n. 8.069, de 17 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990 – Seção I. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 05 jan, 2024.
- \_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 05 jan, 2024.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)> . Acesso em: 05 jan, 2024.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)> . Acesso em: 05 jan, 2024.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm)>. Acesso em: 05 jan, 2024.
- \_\_\_\_\_. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014 – Edição Extra. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 05 jan, 2024.
- \_\_\_\_\_. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em: 05 jan, 2024.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4281.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm)> . Acesso em: 05 jan, 2024.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria n. 931, de março de 2005. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2005.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01/2000 – Diretrizes Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. 2000.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, DF, 17 dez. 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4/2010, de 13 de julho de 2010.** Define **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 (\*).** Institui e orienta a implantação da **Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.** MEC, Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE\\_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf)> Acesso em 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010, de 4 de abril de 2010.** **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2010, Seção 1, Pág.10.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>>. Acesso em 07 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parecer CNE nº 5/2020, de 29 de maio de 2020.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192)> . Acesso em 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 05, de 28 de abril de 2020.** **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento de carga horária mínima anual, em razão da Pandemia do COVID-19.** Brasília, DF, 28 de abr. 2020. Disponível em: [https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP\\_5\\_2020.pdf](https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP_5_2020.pdf)> Acesso em 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB/DICEI. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 496-513.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Organização do Trabalho Pedagógico /** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014. p. 72.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1, 2 e 3 anos) do Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/SEB, 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Currículo na perspectiva da inclusão e da diversidade: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o ciclo de alfabetização.** Caderno 01 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015. p. 96

- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria Executiva. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versao\\_final\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao_final_site.pdf)> Acesso em 05 jan, 2024.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de ações Articuladas (PAR)**: instrumento de campo. Brasília. MEC, Secretaria Executiva, s/d.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. – Brasília, 2011. 100 p. Disponível em: <[https://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/pdf/acessibilidade/Convencao\\_PessoascomDeficiencia.pdf](https://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/pdf/acessibilidade/Convencao_PessoascomDeficiencia.pdf)>. Acesso em 05 jan, 2024.
- BUENO, Salvador Toro; RESA, Juan A. Zarco. **Educación Física para niños y niñas con necesidades educativas especiales**. Málaga: Aljibe, 1995.
- CAMPOS, Maria Malta. **Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Maria Malta Campos e Fúlvia Rosembeg. 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.
- CERASOLI, J.F. **As novas tecnologias e a intensificação do trabalho docente na universidade**. *Educação e Filosofia*, v. 24, n. 47, p. 171-190, jan./jun. 2010.
- CHICON, José Francisco. Educação física na escola: caminhos para a inclusão. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (orgs.). **Educação especial inclusiva**: Legados históricos e perspectivas futuras. São Carlos, SP: Marquezini & Manzini: ABPEE, 2015, p. 209-224.
- COROACY, Joana. **O planejamento como processo**. In Revista Educação, Ano I, nº4. Brasília, 1972.
- CURY, C. R. J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. In: *Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Autores Associados, N. 116, p. 245-262, jun. 2002.
- \_\_\_\_\_. **A Educação Básica como Direito**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008. p. 293-303.
- DALBEN, Ângela I. Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação**: Perspectivas na Gestão Escolar. Campinas: Papyrus, 2004.
- DARIDO, Suraya Cristina. Temas transversais e a educação física escolar. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de formação**: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 76-89, v. 16. Disponível em <<http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/41550>> . Acesso em: 12 ago 2016. Acesso em 05 jan, 2024.
- EDWARDS, Carolyn, FORMAN George, GANDINI Leila. **As cem linguagens da criança**. Porto Alegre, Penso Editora, 2012.
- ESTEBÁN, M. T. **Avaliação: momento de discussão da prática pedagógica**. In: GARCIA, R. L. (org.). Alfabetização dos alunos das classes populares. São Paulo: Cortez, 1997.
- FOCHI, Paulo Sergio. **Afinal, o que os bebês fazem no berçário? comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Abordagem da documentação pedagógica na investigação praxiológica de contextos de educação infantil**. 2016. 217 f. Relatório de qualificação de tese (Doutorado em Educação) – Universidade
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Edição de João Barreto. Porto: Afrontamento, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.
- FREITAS, L. C. [et. Al.]. **Avaliação Educacional**: caminhando pela contramão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- FUSARI, José Cerchi. **A Educação do Educador em Serviço**: o Treinamento de Professores em Questão. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1988.

- GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva**. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007a.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade**. Educação, Centro de Educação: UFSM, v. 32, n. 02, 2007b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/678>>. Acesso em 05 jan, 2024.
- GUZZO, R. S. L.; TIZZEI, R. P. **Olhar sobre a criança: perspectiva de pais sobre o desenvolvimento**. In: GUZZO R. S.L, et al. **Desenvolvimento infantil: família, proteção e risco**. Campinas, SP: Alínea, 2007.p.35-57.
- GUZZO, R. S. L. et al. **Práticas Promotoras de Mudanças no Cotidiano da Escola Pública: Projeto Ecoar**. *Revista de Psicologia da IMED*, Passo Fundo, vol. 11, n.1, p. 153-167, janeiro-junho, 2019.
- HOYUELOS, Alfredo. **A estética no pensamento e na obra de Loris Malaguzzi / Alfredo Hoyuelos**; tradução Bruna Heringer de Souza Villar; - 1. ed. - São Paulo : Phorte, 2020.
- LIMA, Erisevelton Silva. **O diretor e as avaliações praticadas na escola**. Brasília-DF: Kiron, 2012.
- LAGAR, Fabiana; SANTANA, Bárbara Beatriz de; DUTRA, Rosimeire. **Conhecimentos Pedagógicos para Concursos Públicos**. 3. ed. – Brasília: Gran Cursos, 2013.
- JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004. 243p.
- LAPOUJADE, David. **Existências Mínimas**, São Paulo, N-1 Edições, 2017.
- LEITE, S. A. da S. Bases teóricas do grupo do afeto. In LEITE, S. A. da S. (Org.). **Afetividade: As marcas do professor inesquecível**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**, SP: Heccus Editora, 2018a, p. 127.
- LIBÂNEO, José Carlos et. al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. Coleção Docência em Formação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. **A pesquisa: repercussões de políticas educacionais na escola e na sala de aula**. In: \_\_\_\_\_. Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, p. 23-44, 2018b.
- LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (Org.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018c.
- LIEBERMAN, Lauren J. **Strategies for Inclusion: a handbook for Physical Educators**. Champaign: Human Kinetics, 2002.
- LIMA, Erisevelton Silva. **O diretor e as avaliações praticadas na escola**. Brasília-DF: Kiron, 2012.
- LITWIN, Edith (Org.) **Tecnologia Educacional: política, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MAUDONNET, J. **Adaptação acolhedora**. 2010. Disponível em: <<http://pedagogiacomainfancia.blogspot.com/2010/05/adaptacao-x-acolhimento-ouadaptacao.html>>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- MELLO Suely Amaral, BARROS, Maria Carmen Silveira e FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Documentação Pedagógica: teoria e prática**. São Carlos: Pedro e João Editores. 2017.
- MUNSTER, Mey de Abreu van. Educação física especial e adaptada. In: Centro Universitário Claretiano de Batatais (SP). **Caderno de referência de conteúdo: unidade 2 e 3**. Batatais, SP: Centro Universitário Claretiano, 2011.
- MUNSTER, Mey de Abreu van; LIEBERMAN, Lauren J.; GRENIER, Michelle. Universal Design for Learning and Differentiated Instruction in Physical Education. **Adapted physical activity quarterly: APAQ**, Jun., 36(3):1-19, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.



ORTIZ, Gisele. **Adaptação e Acolhimento:** Um cuidado inerente ao projeto educativo da instituição e um indicador de qualidade do serviço prestado pela instituição. 2000. Disponível em:

<<https://docplayer.com.br/349348-Adaptacao-e-acolhimento-um-cuidado-inerente-ao-projeto-educativo-da-instituicao-e-um-indicador-de-qualidade-do-servico-prestado-pela-instituicao.html>>. Acesso em: 05 jan, 2024.

PAULA, B.B. et al. **Análise da crescente influência da cultura maker na educação: revisão sistemática de literatura.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, v.7, e134921, 2021. país

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental:** da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984. 204p.

PINAZZA, Mônica Appezzato; FOCHI, Paulo Sérgio. **Documentação Pedagógica: observar, registrar e (re)criar significados.** Revista Linhas. Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 184-199, maio/ago.2018

PINO, A. **As Marcas do Humano. Às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski.** 01. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

PINO, A. **Violência, Educação e Sociedade: Um Olhar Sobre o Brasil Contemporâneo.** Campinas: *Educação e Sociedade*, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 763-785, out. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0728100.pdf>>. Acesso em 05 jan, 2024.

PINTO, M.; SARMENTO, M.J. (Coord.). **As crianças: contextos e identidades.** Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.

PLETSCH, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. **La inclusión escolar de alumnos con necesidades especiales: directrices, prácticas y resultados de la experiencia brasileña.** Revista Educar, Jalisco, México, n. 37, p. 87-97, 2006.

PUCCI, Bruno. **A escola e a semiformação mediada pelas novas tecnologias.** Piracicaba: PPGE/UNIMEP, Congresso Internacional Teoria Crítica e Educação, 2004. Disponível em: <<https://silo.tips/download/a-escola-e-a-semiformacao-mediada-pelas-novas-tecnologias>> Acesso em: 05 jan, 2024.

RODRIGUES, D. (Org.). **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo.** São Paulo: Artes Médicas, 2006.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 6ª Edição. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas: Editora Autores associados, 199 p.

SHERRILL, C. **Adapted physical activity, recreation and sport: cross disciplinary and lifespan.** 5. ed. Boston: McGraw-Hill, 1998.

Silva, F. D. A. **Planejamento e avaliação educacional no exercício profissional docente.** Revista Partes, São Paulo, ago., 2008.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Paulista.** São Paulo: SEE, 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7854, de 16 de agosto de 2006, da Câmara Municipal de Sorocaba. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política municipal de educação ambiental e dá outras providências.** 2006. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/2006/785/7854/lei-ordinaria-n-7854-2006-dispoe-sobre-a-educacao-ambiental-institui-a-politica-municipal-de-educacao-ambiental-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 05 jan, 2024.

SOROCABA. Lei nº 9.483, de 23 de fevereiro de 2011. **Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas municipais de educação básica,** 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.515, de 23 de março de 2011. **Dispõe sobre a notificação compulsória de casos de “bullying” pelas escolas públicas municipais e dá outras providências.** 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.133, de 25 de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação - PME do Município de Sorocaba. Jornal Município de Sorocaba, Sorocaba, SP, 26 jun. 2015, p. 5-9. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/plano-municipal-de-educacao-sorocaba-sp>> . Acesso em: 05 jan, 2024.



\_\_\_\_\_. Lei Municipal nº 10.799, de 6 de maio de 2014. Dispõe sobre a obrigação dos estabelecimentos de ensino municipais em manterem em sua merenda alimentação diferenciada e adequada aos alunos portadores de diabetes e dá outras providências. 2014. Disponível em: <<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/propositura.html?id=5e3f0e0905d7040f28b452b6&print=1>> Acesso em: 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 11.797 de 01 de outubro de 2018. Dispõe sobre a proibição de alimentos do tipo embutidos na alimentação escolar e dá outras providências. 2018. Disponível em: <<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/propositura.html?id=5e3f0e0c05d7040f28b4570b>> Acesso em: 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Leis Municipais nº 11.322, de 16/05/2016 e nº 12.010, de 29/05/2019. Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação do cardápio da merenda escolar. 2016. Disponível em: <<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/propositura.html?id=5e3f0e0d05d7040f28b457fa>>. Acesso em: 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. Marco Referencial da Rede de Ensino Municipal. Sorocaba: SEDU, 2017. Disponível em: <[https://drive.google.com/drive/folders/1MlyrgLcKWbshskJ5pacKnrGxOc\\_A3eik](https://drive.google.com/drive/folders/1MlyrgLcKWbshskJ5pacKnrGxOc_A3eik)>. Acesso em: 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. Caderno de Orientações SEDU nº 01. Diretrizes do Conselho de Classe/ Ano/ Série/ Termo da rede Municipal de Sorocaba. Sorocaba: SEDU, 2014. Disponível em: <<https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadernos/caderno-de-orientacoes-e-marco-referencial/>>. Acesso em: 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. Caderno de Orientações SEDU nº 03. Diretrizes pedagógicas para escola de ensino fundamental integral. Sorocaba: SEDU, 2016. Disponível em: <[https://drive.google.com/drive/folders/1MlyrgLcKWbshskJ5pacKnrGxOc\\_A3eik](https://drive.google.com/drive/folders/1MlyrgLcKWbshskJ5pacKnrGxOc_A3eik)>. Acesso em: 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. Caderno de Orientações SEDU nº 04. Diretrizes para Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba. Sorocaba: SEDU, 2016. Disponível em: <[https://drive.google.com/drive/folders/1MlyrgLcKWbshskJ5pacKnrGxOc\\_A3eik](https://drive.google.com/drive/folders/1MlyrgLcKWbshskJ5pacKnrGxOc_A3eik)>. Acesso em: 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. Caderno de Orientações SEDU nº 05. Diretrizes para construção do Projeto Político pedagógico nas instituições educacionais de Sorocaba. Sorocaba: SEDU, 2015. Disponível em: <[https://drive.google.com/drive/folders/1MlyrgLcKWbshskJ5pacKnrGxOc\\_A3eik](https://drive.google.com/drive/folders/1MlyrgLcKWbshskJ5pacKnrGxOc_A3eik)>. Acesso em: 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. Caderno de Orientações SEDU nº 12. Programas e Projetos. Sorocaba: SEDU, 2021. Disponível em: <<https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadernos/caderno-de-orientacoes-e-marco-referencial/>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. Conselho Municipal de Educação. Parecer CMESO/CEI nº 01/2020. Atividades Remotas para a Primeira Infância. Disponível em: << <<http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CMESO-CEI-01-2020.pdf>> Acesso em: 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Conselho Municipal de Educação. Deliberação CMESO nº 04/2020. Institui a Política Municipal para Atividades Não Presenciais (ANPs) no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba e fixa diretrizes para sua realização. Disponível em: << <[http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2020/06/Deliberacao\\_CMESO\\_04-2020.pdf](http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2020/06/Deliberacao_CMESO_04-2020.pdf)> Acesso em: 05 jan, 2024.

STRENZEL, Giandréa R. A Educação Infantil na Produção dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil: Indicações Pedagógicas para a Educação da Criança de 0 a 3 anos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

TEBET, Gabriela. Estudo de bebês e diálogos com a sociologia. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019.

TIRIBA, Lea. Prefácio. In: BARROS, Maria Isabel Amando de (Org.). Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto Alana/Criança e Natureza, 2018.

TREVISAN, Rita. **O que são os campos de experiência da educação infantil?** Disponível em: <<https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/58/o-que-sao-os-campos-de-experiencia-da-educacao-infantil>>. Acesso em: 05 jan, 2024.

VEIGA, I.V. (org). **Lições de Didática**. São Paulo: Papirus, 2006.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 8ª ed. Campinas: Papirus, 2010.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de F. (org.). **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 2ªed. Campinas: Papirus, 2011.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 5 out. 1988. [Versão atualizada até a emenda n. 103, de 12 nov. 2019]. Disponível em: . Acesso em: 07 jan. 2022.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996a. Disponível em: . Acesso em: 07 jan. 2022.

Lei n. 8.069, de 17 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990 – Seção I. Disponível em: . Acesso em: 07 jan. 2022.

Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria Executiva. Conselho Nacional de Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Currículo Paulista. São Paulo: SEE, 2019

Secretaria da Educação. Marco Referencial da Rede de Ensino Municipal. Sorocaba: SEDU, 2017. Disponível em: . Acesso em: 07 jan. 2022.

CHICON, José Francisco. Educação física na escola: caminhos para a inclusão. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (orgs.). Educação especial inclusiva: Legados históricos e perspectivas futuras. São Carlos, SP: Marquezini & Manzini: ABPEE, 2015, p. 209-224.

DARIDO, Suraya Cristina. Temas transversais e a educação física escolar. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 76-89, v. 16. Disponível em . Acesso em: 12 ago 2016. Acesso em 07 jan. 2022.

MUNSTER, Mey de Abreu van. Educação física especial e adaptada. In: Centro Universitário Claretiano de Batatais (SP). Caderno de referência de conteúdo: unidade 2 e 3. Batatais, SP: Centro Universitário Claretiano, 2011.

BUENO, Salvador Toro; RESA, Juan A. Zarco. Educación Física para niños y niñas con necesidades educativas especiales. Málaga: Aljibe, 1995.

ROSSETTO JR, A. J. et AL. Jogos Educativos: estrutura e organização da prática. São Paulo: Phorte Editora, 2005.

UNESCO. Declaração da IV Conferência Internacional de Ministros, Altos Funcionários Encarregados da Educação Física e do Esporte - MINEPS IV. Atenas, Grécia, 2004.

<https://hospitalpequenoanio.org.br/clubinho/cuidados-bebes/como-usar-o-repelente-da-forma-certa-no-meu-filho/>

portal.fiocruz.br: "Os cuidados no uso de repelentes em crianças" - Disponível em: <[https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/2012/12/Repelentes-2015.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2012/12/Repelentes-2015.pdf)>. Acesso em 05 jan, 2024.

Cuidados com o bebe - Unhas cuidados e alterações frequentes. Disponível em: <<https://www.sbp.com.br/especiais/pediatria-para-familias/cuidados-com-o-bebe/unhas-cuidados-e-alteracoes-frequentes/>>

Acesso em: 05 jan, 2024.

Cuidados com a saúde, uso de cosméticos. Disponível em:

<<https://www.sbp.com.br/especiais/pediatria-para-familias/cuidados-com-a-saude/uso-de-cosmeticos-em-criancas-o-que-os-pais-devem-saber/>> Acesso em: 05 jan, 2024.

BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2006 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes\\_eticoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf) Acesso em: 05 jan, 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil.** Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Hist%C3%AB3ria-e-cultura-africana-e-afro-brasileira-na-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-livro-do-professor.pdf>. Acesso em: 05 jan, 2024.

**Expressões racistas : como evitá-las** [recurso eletrônico] / Tribunal Superior Eleitoral. Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/11048> Acesso em: 05 jan, 2024.

**Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares** [recurso eletrônico] / Thiago Henrique Mota (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1RxGyS-R16ez0uWEk8ZunJ9ZrnixBwJgh/view?usp=sharing>. Acesso em: 05 jan, 2024.

**Produção de recursos em meio digital para implementação da Lei n. 10.639/03.** Disponível em: <https://bit.ly/3F4fwDd> . Acesso em: 05 jan, 2024.

**Projeto A Cor da Cultura - livros animados.** Canal Futura - YouTube. Disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLNM2T4DNzmq5aA3D0dOxNSrhu9g7xcS>. Acesso em: 05 jan, 2024.

**Bino e Fino - A Sopa Secreta da Vovó** (em Português). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Lml\\_KuVvDKM](https://www.youtube.com/watch?v=Lml_KuVvDKM). Acesso em: 05 jan, 2024.

**A verdadeira história da boneca Abayomi** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=34Ek5GV11wQ>. Acesso em: 05 jan, 2024.

**Funga Aláfia - canção de saudação da Libéria.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jn07WCBjhYg>. Acesso em: 05 jan, 2024.

**Roda Africana – Palavra cantada.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QilmRDk9kti&t=106s>. Acesso em: 05 jan, 2024.

**Canção africana para crianças** - Olélé Moliba Makasi. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LbB4xM-juY>. Acesso em: 05 jan, 2024.